MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL



1937

RIO DE JANEIRO

REVISTA DO SERVÍÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Preço do numero avulso ..... 4$000

Assinatura anual ..... 8$000

ORGÃO DO

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

(MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE)

Séde: Avenida Nilo Peçanha, 155, 7.° andar, salas 710/11

R I O D E J A N E I R O

B R A S I L

A. 19
P
709.81
R45y
ex.2

Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMARIO:

		Pags.
Programa	Rodrigo M. F. de Andrade	3
O Forte de São Tiago da Bertioga	Afonso de E. Taunay ...	5
Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil	Heloisa Alberto Torres	9
Documentação necessária	Lucio Costa	31
Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das Colonias	Gilberto Freyre	41
MOBILIARIO NACIONAL (Documentação fotográfica)		
A litografía no Rio de Janeiro	Francisco Marques dos Santos	45
Estilização	Roquette Pinto	51
Uma casa de fazenda em Jurujuba ...	Paulo T. Barreto	69
A natureza e os monumentos culturais	Raimundo Lopes	77
ALGUNS MONUMENTOS DE ARQUITETURA RELIGIOSA NO BRASIL:		
Igreja do antigo Colegio dos Jesuitas em S. Pedro da Aldeia	(Document. fotográfica)	99
Seminário de Belém da Cachoeira	Godofredo Filho	101

A Igreja dos Montes Guararapes ..... Anibal Fernandes 113

Planta da Igreja do Carmo de Ouro Preto 117

A Capela de Santo Antonio ..... Mario de Andrade 119

A Igreja dos Remedios ..... Nuto Sant'Anna 127

A Igreja de São Francisco Xavier .... Noronha Santos 139

A Capela de N. S. de Sant'Ana ..... Epaminondas de Macedo 151

N O T A S :

Louis Vauthier e o seu diário inédito de uma viagem ao Brasil 155

Museu Regional de Olinda 163

Museu Mariano Procopio, de Juiz de Fóra 165

Museu Coronel David Carneiro, em Curityba 169

BIBLIOTECA
da DPHAN
Reg./842-56

PROGRAMA

A publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possue e contribuir empenhadamente para o seu estudo.

A esse respeito, ha uma tarefa da maior importância a realizar, pois o que se tem feito até agora é escasso e dificil de coligir-se. Ainda recentemente, um escritor inglês pretendia que no Brasil ninguem manifestava o mínimo interesse pelos assuntos relacionados com os seus monumentos artísticos:"no one in Brazil seems to have the very slightest interest in these things. There is an absolute lack of information"...

Sem dúvida, ha injustiça e exagero na observação, porque os trabalhos brasileiros sobre as questões a que se dedica o especialista britânico são bem mais consideraveis e valiosos do que ele assevera com ligeireza, sem se ter dado ao incômodo de procurá-los. De facto, existem estudos de grande interesse sobre vários aspectos do patrimônio artistico nacional. O que sucede é que eles se acham dispersos em folhetos, jornais e revistas, cuja procura requer esforço e paciência.

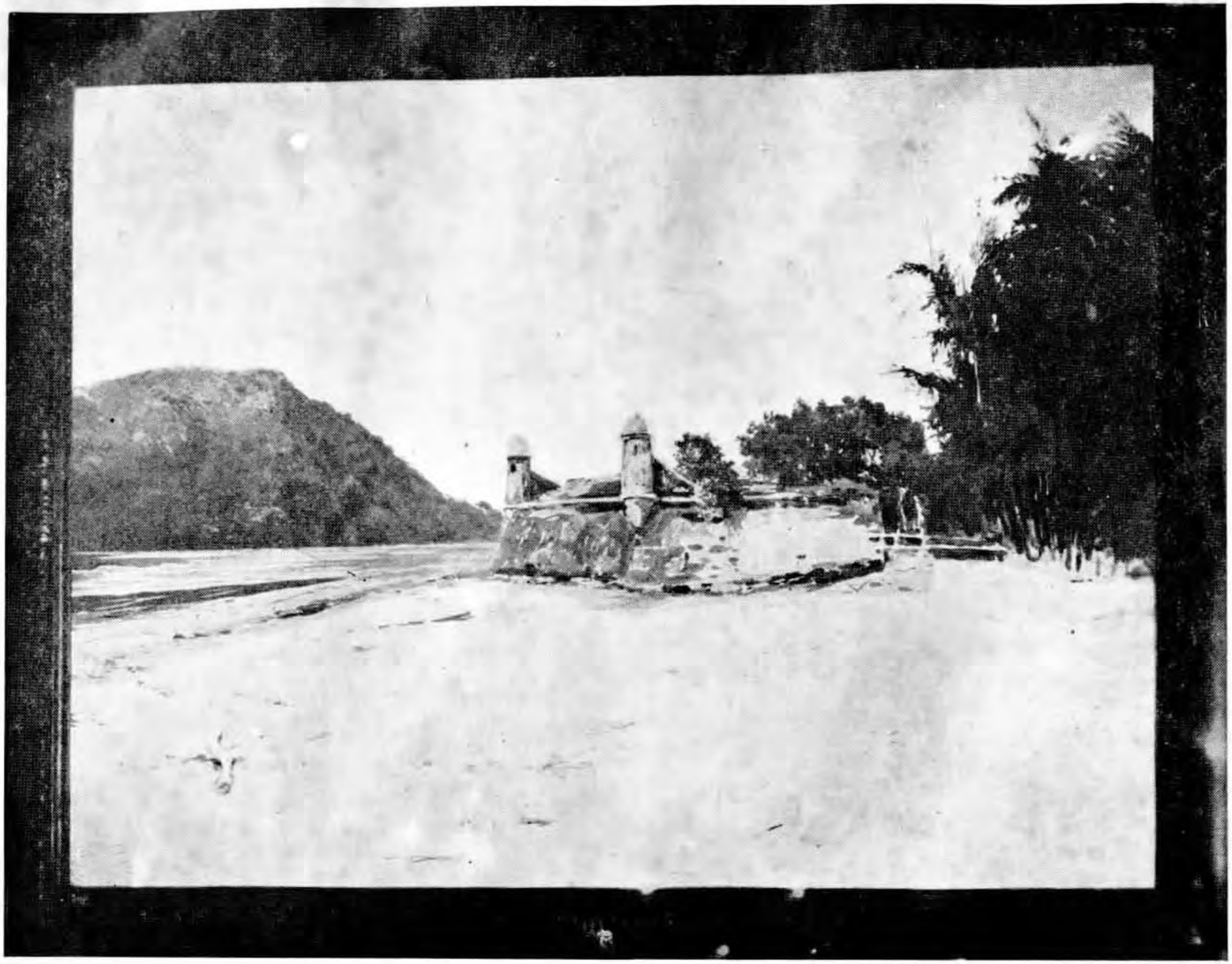
Mas, se é inexato e leviano dizer-se, como o citado escritor inglês, que, em relação ao Brasil, sob aquele ponto de vista, "a most irritating state of ignorance exists on the part of the Brazilians", ninguem contestará, no entanto, que ha necessidade de uma ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e de história de nosso país. A tendência entre nós, quando se trata desses assuntos, é descambar para um gênero de literatura impróprio para o estudo objetivo das questões que ha a esclarecer. Essa balda pouco apreciavel nos tem feito perder um tempo precioso, que cumpre recuperar.

A criação da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional *visa contribuir para esse efeito. Sem pretensões a estampar trabalhos definitivos ou completos, uma vez que, a certos respeitos, os estudos daquela natureza se acham ainda no Brasil numa fase quasi primária, esta publicação procurará corresponder ao fim a que se destina.*

Isso, aliás, a princípio, só em parte muito reduzida poderá ser alcançado. O presente número desde logo se ressente de grandes falhas, versando quasi todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes. A verdade, entretanto, é que, tal como foi definido pelo decreto-lei de 30 de novembro, aquele patrimônio se constitue do "conjunto dos bens moveis e imoveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por se acharem vinculados a factos memoraveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". Equiparam-se ainda a esses valores "os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notavel com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana."

Trata-se, por conseguinte, de um vasto domínio, cujo estudo reclamará longos anos de trabalho, assim como a preparação cuidadosa de numerosos especialistas para empreendê-lo. Esta revista registrará semestralmente uma pequena parte do que se houver tentado ou conseguido com esse objetivo. Ela conta com a contribuição dos doutos nas matérias relacionadas com a sua finalidade e bem assim com o apoio e a simpatia de todos os brasileiros interessados pelo patrimônio histórico e artístico nacional.

RODRIGO M. F. DE ANDRADE
Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



O forte de S. Tiágo ou S. João da Bertioga (aquarela de Alfredo Norfini)

UMA RELÍQUIA NOTABILÍSSIMA A CONSERVAR: — O FORTE DE SÃO TIAGO DA BERTIOGA

Quer nos parecer que os relativamente avultados restos do forte de São Tiago da Bertioga sejam os únicos vestígios hoje subsistentes da era quinhentista em terras de S. Paulo.

Situada à margem setentrional da barra da Bertioga, a dominar esplendoroso panorama oceânico, defrontava-se a velha fortaleza à da ilha de Santo Amaro, chamada de São Felipe, de que nada mais subsiste.

Data São Tiago de Bertioga já dos anos martim-afonsinos pois reza a tradição que no local onde se ergue levantou o navegador do Ocidente e do Oriente uma espécie de trincheira. Já na primeira metade do século XVI era o local frequentemente assaltado por tamoios, incitados pelos franceses do Rio de Janeiro. Assim, em janeiro de 1547, os índios desembarcados de setenta grandes igaras afrontavam a resistência heróica e improfícua dos cinco irmãos, filhos de Diogo de Braga, e mais alguns colonos. Triunfantes, devoraram diversos dos poucos prisioneiros sobreviventes do encarniçado embate.

Em 1549 era fortificado novamente o local cuja cidadela foi confiada ao comando do famoso Hans Staden. No ano seguinte via-se o célebre alemão atacado pelos tamoios, que se apoderaram do seu fortim e o levaram prisioneiro; circunstância de que lhe proviria eterna fama nos fastos do Brasil primevo e da bibliografia americana.

Tão importante a posição que Dom João III, por provisão de 18 de junho de 1551, ordenava que se refortificasse a barra da Bertioga autorizando o Governo Geral do Brasil a despender a esta obra a soma, enorme para a época, de três mil cruzados.

Em 1557, dizem-no Frei Gaspar da Madre de Deus e Varnhagen, citados por Azevedo Marques, encetou Jorge Ferreira, capitão mór vicentino, as obras do forte de S. Felipe na ilha de Santo Amaro.

E' de crer que um dos grandes combates de março de 1566 se haja dado na barra da Bertioga quando, em diversão, operando os Tamoios,

por ordem dos franceses atacados no Rio de Janeiro por Mem e Estacio de Sá, assaltaram as vilas de São Vicente e de Santos. Repelidos e destroçados pelos habitantes de ambas, capitaneadas por um "índio prcto" fiel, cujo nome os cronistas não conservaram, voltaram à carga, mas aí ainda mais desastradamente. Com o correr dos anos e sobretudo depois da expulsão definitiva dos franceses da Guanabara e do Cabo Frio, os fortins da Bertioga se arruinaram progressivamente, tanto mais quanto cada vez menos se tornou frequentada a sua barra, que os navegantes deixaram pela de Santos.

Em 1710 e 1711 receosas as autoridades coloniais de novo assalto francês, com as agressões ao Rio de Janeiro, de Duclerc e Duguay Trouin, realizaram-se alguns reparos nas fortificações da Bertioga.

Em 1770 dispunha o único fortim subsistente, o de S. Tiago, crismado para S. João, de seis canhões de calibre 8, dois de 6, um de 4 e ainda de dois pedreiros de bronze.

O morgado de Mateus, capitão general de S. Paulo, de 1765 a 1775 ordenara que no local do antigo forte de São Felipe se erguesse novo baluarte que devia ter o nome de seu santo padroeiro: São Luiz. Foram as obras da nova praça encetadas, começando a levantar-se a muralha respectiva, que não se concluiu. Dele existem escombros, e provavelmente foi das ruínas de sua capela que o snr. Jorge Besser, morador na barra da Bertioga, encontrou singelo e elegante cruzeiro de pedra, que, por intermédio do Dr. Paulo Duarte, se incorporou á coleção do Museu Paulista.

Â barra de Bertioga havia então uma das tres armações paulistas de baleias. Nela se fazia assaz ativa pesca.

Por verdadeiro milagre, subsiste até hoje um pano de muralha do velho forte quinhentista, que é preciso a todo o transe conservar.

Com o seu alto e fervente espírito de tradicionalismo, restaurou-o o Presidente Washington Luís. E aliás com grande tacto. Restava-lhe uma única guarita de atalaia e almenara; mandou o benemérito zelador do patrimônio nacional fazer-lhe a simétrica, como se pode ver da estampa que ilustra estas singelas notas.

Um grande perigo ameaça o fortim martim-afonsino e de Hans Staden: o oceano assustadoramente avança pela praia da Bertioga a dentro,

e em breve irão as vagas quebrar-se sobre o fragil paredão, hoje quasi quadri-secular, se não encontrarem a resistência oposta por um enrocamento que o proteja eficazmente.

Urge tal providência, em prol da conservação do único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo.

AFONSO DE E. TAUNAY.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA PROTEÇÃO AO MATERIAL ARQUEOLÓGICO E ETNOGRÁFICO NO BRASIL

No plano geral de proteção á documentação arqueológica e etnográfica (quer indígena, quer de populações néo-brasileiras), ha uma série de aspectos a considerar sucessivamente. Aspectos muito vários por sua natureza e, por isso mesmo, interessando, às vezes, serviços públicos já existentes mas enquadrando-se perfeitamente dentro das finalidades visadas pelo SPHAN.

Bem estudados, entretanto, os interesses de cada serviço, só poderão resultar grandes vantagens gerais da sua colaboração.

Assim, haveria que ser tomada em conta a proteção a:

I) jazidas arqueológicas;

II) coleções e espécimes arqueológicos e etnográficos que se achem em museus ou quaisquer outras instituições federais, estadoais, municipais, públicas ou de propriedade particular.

III) produtos de arte de populações indígenas ou néo-brasileiras atuais que, tendo possuido um patrimônio de cultura original, se encontrem em condições precárias econômicas e sociais e se revelem, assim, incapazes de defender o seu regime normal de vida.

Cada um desses aspectos requer um estudo minudente. Cada caso exigirá uma medida especial. Só o conhecimento das circunstâncias cercando cada um deles poderá inspirar as normas a serem aplicadas. Alguns parecerão, de início, insolvaveis e possivelmente o serão. Mas o certo é que uma atuação *continuada, esclarecedora e suasória* e ao mes-

mo tempo *enérgica* ainda poderá salvar muita coisa do nosso patrimônio artístico e científico no dominio da antropologia.

* * *

Para começar já se pode fazer um pouco mais do que apresentar idéais gerais sobre o assunto. Já se podem registrar alguns dados peculiares a certos tipos de jazidas e mesmo informações referentes a algumas delas.

No entanto, para melhor conhecimento do terreno em que se haverá de operar, importa, antes de tudo, organizar mapas em que se assinalem as nossas principais jazidas arqueológicas, grupadas por tipos, para maior facilidade de compreensão. Convem ainda divulgar alguns dos elementos mais característicos das nossas culturas extintas e atuais. Interessados no que possuimos, por melhor conhece-lo, poderemos julgar mais convenientemente do valor dos achados que se nos deparem.

Não foi, nem podia ser propósito nosso apresentar uma relação completa dos achadouros. Em face da documentação que possuimos, não somente bibliográfica, mas de informações por nós recolhidas, no arquivo do Museu Nacional, desde a sua fundação, ou contidas em cartas que nos são enviadas, bem como pelo testemunho das peças das coleções do nosso Museu, poderiamos apresentar um quadro muito mais detalhado. Não nos pareceu aconselhavel esse alvitre logo no início da campanha em que se empenha SPHAN. O detalhe prejudicaria a formação de uma idéia equilibrada do conjunto das nossas riquezas arqueológicas.

Quando, em próximo número da *Revista,* tentarmos fazer uma revisão do que se tem estudado e apurado com relação a cada tipo de achadouro arqueológico e ministrar algumas instruções, que orientem as pessoas desejosas de realizar observações, será fornecida uma relação mais minuciosa dos repositórios. Mas esses mapas e essas relações, ainda assim, só poderão ser completos quanto exige um estudo scientífico acurado, quando o grande público estiver capaz de concorrer com a sua contribuição. A colaboração dos habitantes das diferentes regiões do país, brasileiros ou não, mas todos amigos da terra em que trabalham, é um contingente indispensavel para a realização desse desiderato. Um sem número de achadouros que existem pelo nosso território e cuja

descoberta tem permanecido calada, só poderá ser conhecido com o auxílio dos particulares. Ha uma série de achados noticiados apenas em modestos órgãos de imprensa local, que não ultrapassam região restrita, e ficam, assim, desconhecidos dos grandes centros.

A não ser a campanha em prol da organização da Exposição Antropológica de 1882, desenvolvida pelo nosso grande Ladisláu Netto, não me consta que já se tivesse realizado outra tentativa no gênero da que inicia SPHAN. Pelo menos nada de sistemático se fez. Alguns esforços individuais têm tido surto mas em medida muito pequena para que os resultados pudessem ser apreciaveis. No próprio Museu Nacional não ha elementos para que se possa ir alem de uma modesta campanha movida pelos naturalistas e mantida exclusivamente pelas suas possibilidades individuais. Nesse particular poderiam ser memorados muitos episódios curiosos. Mas não interessam ao caso.

I — PROTEÇÃO A'S JAZIDAS ARQUEOLOGICAS

Fatos de diversas naturezas vão condicionando a destruição das nossas jazidas arqueológicas. Pelo menos de tres ordens diferentes podem ser logo apontados: danos causados pelo tempo; ignorância ou descaso do povo, mesmo das classes medianas quanto ao valor desses repositórios; interesses econômicos imediatos.

A primeira destas causas nem sempre poderá ser combatida; tal é o caso de jazidas que se achem no litoral ou á margem de rios. Essas faixas de solo mais ou menos móveis vão sendo solapadas pelo atrito das aguas e esboroam-se, por fim, as barrancas, desaparecendo o terreno que encerrava a documentação arqueológica. Temos no Brasil um exemplo clássico, documentado em diferentes fases da pesquisa arqueológica entre nós. Quando, por volta de 1870, Barboza Rodrigues se pôs a estudar os *miracanguera* situados á margem esquerda do Amazonas, um pouco acima de Itacoatiára, já encontrou vestígios de que o antigo cemitério dos Manáo não estava íntegro, parte havia sido arrebatada pelo curso do Rio. Essa destruição, que o naturalista patrício estimou consideravel, foi se ampliando sempre; hoje, nada mais resta do antigo enterratório. Curt Nimuendajú, quando o procurou, pelo ano de 1925,

nada mais encontrou. O Amazonas encerrará, no seu leito, muito documento precioso daquela velha cultura. Sem falar de outros...

Ainda um fato documentando idêntica ação das aguas do mesmo rio foi por nós observado em Marajó. Na contra-costa da grande ilha (como se exprimem os paraenses moradores ao sul do Amazonas), desde a cidade de Chaves, aproximadamente, até, pelo menos, o lugar em que se acha a casa grande da Fazenda Catarina, de propriedade da Familia Pedro Chermont, a ilha vem sofrendo constante erosão. As casas mais antigas da cidade de Chaves, estão atualmente dentro do Rio. A bela casa de madeira da Fazenda Catarina já foi recuada e o curso d'agua cada vez lhe chega mais próximo.

A erosão ali, ficou bem documentada, vem se processando desde tempos precolombianos. Não somente as instalações de néo-brasileiros a atestam, em tempos históricos, mas tambem uma jazida arqueológica indigena, contendo elementos de cultura não referida em documento histórico até hoje conhecido, a recuam a tempos anteriores à conquista européia. Nas proximidades da casa da fazenda a que me venho referindo, aproveitando o quarto minguante, com a sua consequente baixa de maré, pudemos, em certa hora do dia, fazer excavações em lugar que os vaqueiros haviam apontado como contendo cerâmica. Verificamos, então, que se tratava de uma *ilha* (1) assentando em terras conquistadas pelo rio e que teria constituido um *teso* (2) artificial em tempos distantes.

Ainda pudemos recolher, ali, fragmentos da cerâmica, por assim dizer clássica de uma cultura de Marajó (gravada *au champ levé*); de

---

1) — *Ilha*, em Marajó, como em outras regiões alagadiças amazonicas, corresponde ao que aqui no sul chamamos *capão de mato*. E' o tufo de vegetação que sobresáe ao nivel do campo e que lá, ao tempo de inverno (estação chuvosa), em que as aguas cobrem a planicie imensa, simula perfeitamente uma ilha verdadeira, emergindo das aguas. Daí a sua designação, como a de muitos outros acidentes geográficos maritimos, aplicados a acidentes geográficos terrestres, nesses lugares. A frase de um vaqueiro com quem viajávamos para o Pacoval do Cururu' merece registro pelo pitoresco com que documenta o fato: "Branca, depois que a gente passar a ilha do Atalaia, damos numa enseada que abre na baía onde se avista o Pacoval". Note-se que viajávamos a cavalo. De fato, depois de atravessarmos um capão de mato, de chão muito limpo, e que na orla oposta á da nossa entrada tinha uma forma circular, demos num imenso campo que, na linha do horizonte tocava o céu. Uma pequena mancha acinzentada que foi crescendo aos nossos olhos á medida que avançávamos, cortava essa linha: era o Pacoval do Cururu'.

2) — Terreno elevado que fica a seco ao tempo das inundações.



Fig. 1
Campo de Marajó — Ao fundo uma ilna. *No primeiro plano. o algodão bravo, denunciando a baixa.*



Fig. 2
Vestigios de um antigo teso *artificial indigena, dentro do Amazonas. Praia da fazenda Catarina, Marajó*

permeio encontramos raizes de arvores, resquícios da vegetação da *ilha* desaparecida.

Obras de arte de engenharia tais como quebra-mares, diques, desvio de cursos de agua, etc., visando proteção de remanescentes arqueológicos em tais condições, custariam tamanhas somas de dinheiro que é inútil cogitar delas. Ha, no entanto, processos de fixação de solos móveis ou constantemente atritados por agentes naturais e que têm provado de modo eficiente. Alem dos casos de fixação de dunas por meio de pinheiros marítimos e outros vegetais que têm sido experimentados com êxito, em climas e condições gerais muito diversos dos nossos, ainda encontramos muitos exemplos desenrolados em climas tropicais e em circunstâncias análogas às do nosso meio.

Pierre Deffontaines recorda como, na embocadura do Mekong, na Cochinchina, a vegetação vai permitindo ao delta ganhar espaço em prejuizo do mar. Nas proximidades do Tonkin fizeram-se grandes plantações de mangue, espécie vegetal particularmente propícia á fixação do solo, não só pela abundância e tipo de raiz, como pela multiplicação rápida e segura que lhe determina processo peculiar de germinação da semente.

Ainda é o antropogeógrafo francês que acentua o fato de como a destruição de florestas concorre para a intensificação dos processos de erosão pelas águas fluviais; a mata é uma possante absorvedora de água: uma vez destruida, os cursos que a atravessavam, achando-se sobrecarregados do excesso de líquido que ela devera ter absorvido, engrossam e atacam com maior violência as margens. Assim, como causa remota de destruição de certas jazidas arqueológicas, ainda poderia entrar em conta a destruição das florestas. Como se já não respondessem, entre nós, por tantos outros males. Entre nós a fixação de dunas pelos vegetais já tem sido tentada com êxito: (Vide Miranda Carvalho — *Estudos de Portos no Brasil* — Rio, 1930). A defesa do solo contra erosão marítima ou fluvial, parece-me ter sido menos estudada. No entretanto, essa proteção, valendo-se de certos tipos vegetais, escolhidos dentre os que apresentassem melhores condiçõs para a finalidade visada, e tanto quanto possível, dentre as espécies existentes em cada lugar em questão, no momento, não pode ser desprezada. Seria assunto a assentar entre engenheiros, botânicos e etnógrafos.

Na mesma praia de Marajó de que venho tratando, os proprietários da fazenda procuram estimular o desenvolvimento do aturiá (*Machaerium lunatum* ou *M. ferox*), espécie que cresce espontaneamente ali. O emaranhado das raizes do aturiá e o seu processo natural de multiplicação por mergulho dos galhos resultam em uma trama resistente que protege bastante o solo contra os embates do rio. E' verdade que a planta se mostrava, às vezes, rebelde á vontade do homem; nem sempre se desenvolvia no sentido que era desejado. Isso pudemos observar em 1930; nestes sete anos, a experiência recolhida pelos fazendeiros do logar, pessoas cultas, zelosas da sua propriedade e grandemente interessadas em qualquer movimento progressista, já poderá dar alguma indicação utilizavel nesse particular.

Aliás, o aturiá não será o único vegetal a empregar. Cada solo, cada feição topográfica elegerá o seu.

Ha certos casos de erosão em que a defesa por meio de uma construção deve ser experimentada. Trata-se de erosão de monticulos em terra firme. Talvez que, no pacoval do Ararí (1) ou em outros *tesos* de Marajó, um escoramento, por estacas, das encostas da elevação, sustasse o processo de esboroamento que se realiza durante todo o ano, intensificando-se notavelmente de inverno. Não resta dúvida de que não somente os invernos respondem por essa destruição; ha outro fator, que arrolamos entre os de ordem econômica, cuja ação será, pelo menos, tão intensa como a das águas, se não mais forte, e de que trataremos adiante.

O emprego de vegetais para a sustentação direta das encostas dos *tesos* carece de atenção especial. E' preciso não esquecer o prejuizo causado ao material arqueológico pelas raizes de certas plantas que crescem sobre as jazidas. Nos *tesos,* como nos conchais, os exemplos são numerosos. Talvez algumas plantas de raizes fasciculadas e relativamente delicadas dessem bons resultados.

* * *

Só uma campanha longa e insistente, lançando mão de múltiplos recursos, poderá vir corrigir todos os males que decorrem da ignorância

---

1) — Por informação do Dr. Carlos Estevão soubemos que esse *téso* cuja conservação constava estar em condições precaríssimas, já desapareceu.



Fig. 3
Interior de uma ilha *de chão limpo. Marajó.*

do povo sobre o interesse que têm esses documentos de culturas primitivas, guardados no seio da terra e que, entre nós, vão se revelando quasi que ao acaso. A's vezes, manifesta-se não somente descaso mas um sentimento de avidez que leva as pessoas, ao encontrarem peças de cerâmica, a destrui-las, ato contínuo ao descobrimento, no propósito de apoderar-se depressa do ouro que supõem estar ali guardado.

A par dessa ignorância do povo, ainda ha os perigos que um falso espírito científico ou zelo de colecionador mal esclarecido condicionam. Procedem esses indivíduos à desarticulação de todo um repositório arqueológico no simples propósito de *achar* peças, descurando da observação e registro de todas as condições que possam conduzir á compreensão da marcha de formação da jazida, á reconstituição dos fatos passados. Destróem, sem a preocupação de deixar blocos-testemunho que, em qualquer tempo, possam responder da exatidão das suas asserções ou constituir objeto de novas pesquisas por outros observadores.

Pequenas publicações em linguagem accessivel aos leigos serão um dos elementos de que SPHAN poderá se servir para a sua campanha nesse particular. Autoridades, com jurisdição sobre territórios relativamente restritos, deverão ser interessadas nesse trabalho como elementos primaciais para seu resultado feliz. E não somente autoridades leigas como tambem religiosas. Os funcionários itinerantes de certos serviços como, no Ministério da Agricultura, (geólogos em excursão, agrônomos e veterinários), no da Educação, (os que realizam trabalhos de saneamento), no da Viação (os das obras contra as secas), etc., poderão, com um pouco de boa vontade, representar uma ajuda de valor inestimavel nessa campanha educativa.

Ainda a publicação de pequenos guias e instruções sobre o modo de proceder no caso de encontro de jazidas ou de simples peças arqueológicas, com algumas indicações de exemplos a serem seguidos, na hipótese de impossibilidade absoluta — por premência de tempo ou por outra razão plausivel — de recorrer a algum instituto cultural, solicitando assistência para a coleta dos espécimes.

Na realidade, descoberta uma jazida, deveria ser feita a comunicação imediata ao prefeito, que por sua vez se obrigaria a dar ciência

do fato ao instituto sob cuja jurisdição SPHAN tivesse incluido o território em questão.

* * *

Os fatos, envolvendo questões de interesse financeiro ou de economia regional, que se acham ligados á exploração de certas jazidas arqueológicas, precisam ser estudados muito cuidadosamente. Trata-se, às vezes, de questões vitais para pequenas populações. Certas imposições, no modo de exploração economica das jazidas poderiam, talvez, solucionar alguns casos; seria compensado, de qualquer maneira, o individuo cujas atividades fossem cerceadas por essas imposições, de modo a não sofrer perdas maiores. A desapropriação completa da jazida seria indicada eventualmente. O Estado de São Paulo já se pôs na vanguarda, desapropriando as cavernas calcáreas do vale do Ribeira.

No caso de exploração industrial, acham-se sobretudo as cavernas calcáreas, os conchais e alguns areais constituindo enterratórios. E' especialmente para obter materiais de construção que essas jazidas são procuradas: a fabricação da cal e o provimento de areia para o preparo da argamassa. A mineração tambem entra em conta, pela exploração do salitre das cavernas, o qual foi bastante aplicado no fabrico de explosivos. Do que representou essa exploração dá idéia José Vieira Couto em suas *Memórias sobre as nitreiras naturais e artificiais de Monte Rodrigo* (Serra do Cabral) e no seu *Itinerário Mineralógico*. O Vale do S. Francisco foi bastante batido. A devastação não foi maior porque a dificuldade de transporte tornava o salitre extremamente caro. Como fonte de material para construção, as cavernas têm sido mais poupadas que os conchais. Tal fato, aliás, se acha em função da densidade de população, nas regiões em que predomina cada um desses tipos de jazidas. Mas, convem não esquecer, as condições de habitabilidade da região em que se encontram as mais importantes das nossas cavernas prometem mudar rapidamente: a construção do aero-porto em Lagoa Santa, tão auspiciosa para o desenvolvimento do vale do São Francisco, faz pairar uma nuvem negra sobre o destino daquelas jazidas.

Quanto aos conchais, já no primeiro século da descoberta escrevia Fernão Cardim: "... os índios naturais antigamente vinham ao mar às ostras, e tomavam tantas que deixavam serras de cascas e os miolos

levavam de mòquem para comerem entre ano;... e destas cascas fazem", (os portugueses), "cal e de um só monte se fez parte do Collegio da Bahia, os paços do Governador e muitos outros edificios e ainda não he exgotado: a cal é muito boa...". Ha quatrocentos anos os conchais fornecem cal, ainda não estão esgotados, marcham para esse triste fim e estão longe de se achar convenientemente estudados.

Ainda no correr do ano passado, Raimundo Lopes, em excursão do Museu Nacional no Estado do Rio, poude ver que tambem ali é empregado o material de conchais para a pavimentação de estradas (de Cabo Frio a Campos Novos). Tenho noticia de semelhante utilização em Santa Catarina e em outros Estados. Aliás, não ha o que admirar nisso.

Nas regiões pantanosas, que foram exatamente propícias à formação de conchais, pobres em pedras, não existe outro material mais adequado para tal fim. O meio e o homem primitivo parecem ter colaborado no preparo do elemento a que recorreria mais tarde o homem, em estágio de cultura mais desenvolvido, para expandir o seu progresso.

Ainda são os brejos que levam os moradores de regiões pantanosas a escolher as elevações dos conchais para as suas plantações. A própria terra, tão misturada de matéria calcárea das conchas e propicia por isso a certas culturas, estimula esse aproveitamento. O preparo do terreno para plantações acarreta sempre prejuizos para o material arqueológico contido nos conchais. Mas, ao caboclo interessa mais a roça que a arqueologia e ele tem toda razão. E' muito provavel que a construção de *tesos* artificiais, destinados expressamente para plantações, viesse resolver o problema a contento dos caboclos e dos arqueólogos.

Alguns conchais têm sido sacrificados pela instalação de rodovias. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Itapura—Corumbá), cerca de trese quilômetros antes de alcançar Porto-Esperança, na chamada Baia Margarida, valendo-se de terreno mais firme desviou da rota do seu traçado primitivo, que deverá mais tarde vigorar, indo ferir de cheio um interessantissimo conchal (1).

---

1) — Por solicitação nossa o Prof. Claude Lévi-Strauss, de viagem a Mato Grosso, deteve-se alguns dias nessa jazida. A época imprópria em que viajava não permitiu delonga maior no local e os trabalhos revelaram-se extremamente dificeis. A jazida, no entanto, por ocasião da sua descoberta, ofereceu documentação muito interessante que foi remetida ao Museu Nacional pelo engenheiro Dr. A. Penido.

Em São Luiz do Maranhão, foi demolida pela estrada, parte do sambaquí da Maiobinha, estudado pelo sr. Raimundo Lopes e que revela interesse singular, na série de variantes que os conchais apresentam.

Claro que essas destruições parciais, decorrentes de abertura de rodovias, poderão encontrar compensação nas condições especialmente propícias para estudos, que a instalação de trabalhos de engenharia proporcionam, na ocasião, e a facilidade de comunicações, em qualquer tempo. Revelada a jazida, caberia ao encarregado do serviço de rodovia solicitar o auxílio de um especialista, ou, quando impossível isso, de instruções que o orientassem na demolição da parte condenada a desaparecer em benefício dos seus próprios trabalhos. Na verdade, qualquer indivíduo empenhado em serviços no interior, dificilmente pode desviar sua atenção dos afazeres pessoais para atender a outros. O indispensavel é que seja dado aviso da descoberta da jazida. Para os nossos naturalistas, viajando sempre em condições tão precárias que, na maioria das vezes, não conseguem realizar senão parte mínima do que deveram ter feito, será uma felicidade inestimavel poder contar com a instalação próxima de um serviço mais convenientemente aparelhado que o seu e de cuja colaboração eventual poderão se socorrer.

Cabe aqui uma palavra de pesar pela incompreensão existente entre nós quanto ao valor de trabalhos de pesquisa científica. Somente à sombra de empreendimentos visando fins utilitários é que se podem instalar, quasi que sorrateiramente, trabalhos maiores de estudo desinteressado. Depois que se intensificou a *caça ao petróleo*, tem sido possível realizar observações geológicas de certo vulto, levantar cartas geográficas mais seguras e proceder a outras observações de que a ciência tem beneficiado.

* * *

O processo de destruição dos remanescentes lacustres (esteiarias) do Maranhão vai sendo acelerado por motivos de ordem econômica, muito ponderaveis, aliás. A navegação do Turí, estrada natural da região, traz em constante ameaça as estacas restantes dos antigos aldeiamentos indígenas. Acresce que o rio, não tendo sofrido modificações consideraveis em seu curso e nível, os poções, fartos em peixe, ocupando aproximadamente a mesma situação que ao tempo do domínio indígena, deter-

mineram, como o haviam feito para os selvícolas, a localização das populações pescadoras ribeirinhas atuais. Estas, na sua faina de pesca, vão aos poucos destruindo os restos das antigas aldeias, segundo poude ser documentado pelo sr. Raimundo Lopes.

Ainda são interesses de ordem econômica que estão contribuindo, mais do que a erosão do tempo e dos invernos, para o desaparecimento das jazidas contendo o material arqueológico mais rico do Brasil: os *mounds* funerários da ilha de Marajó. Nessas regiões, sujeitas a inundações periódicas, as populações indígenas, provavelmente no propósito de defender os seus cemitérios, construiram pequenos montículos artificiais. Durante a estação chuvosa, esses *tesos* oferecem abrigo vantajoso para o gado. São por isso prezados, não tanto para construção de casas — que geralmente fazem sobre estacas — como para abrigo do gado. As excavações, por esse motivo, não interessam aos fazendeiros, ao contrário, alguns as impedem. As peças de cerâmica calcadas debaixo dos pés dos animais ficam completamente destruidas. Alem disso, quando encontradas pelos vaqueiros, são, muitas vezes, utilizadas como vasilhame de uso doméstico, seja para guardar comida de animais, seja como panela de cozinha.

No caso em consideração, poderia SPHAN facilitar, auxiliar o levantamento de *tesos* especiais para resguardo do gado durante as cheias, passando a ser os de construção indígena, uma vez escorados artificialmente, monumentos protegidos (1).

Eu mesma tive oportunidade de ver, na grande ilha, modestos *tesos* artificiais levantados por vaqueiros, para abrigar os seus pequenos jar-

---

1) — O regime de águas em Marajó, apresenta dois problemas capitais: o escoamento, tão rápido quanto possível das águas ao fim da estação chuvosa e o seu armazenamento nas fazendas centraes da ilha para o tempo de verão. Este é resolvido atualmente pelas barragens praticadas nas cabeceiras dos igarapés. Aquele de muito mais difícil solução, dada a sensivel depressão do terreno para o centro da ilha tem sido objeto de vários estudos e as suas condições ainda não são satisfatórias.

O *Dr. Inocêncio Bentes* que durante 3 anos consecutivos realizou trabalhos geo e hidrográficos na ilha é certamente a pessoa mais autorizada a opinar sobre a proteção a ser aplicada aos têsos artificiais. Não lhe parece impossivel o plano acima proposto. Receia que, em alguns casos seja dispendioso e acredita que a boa vontade e cultura dos fazendeiros encaminharão a questão para uma solução mais vantajosa.

dins das aguas do inverno. Um de maior vulto tambem vi, igualmente obra de néo-brasileiros, segundo me informaram, e no qual assenta a casa da pequena fazenda do Pacoval do Cururú.

A solução de cada caso, repetimos, só pode ser dada pelo seu estudo e exame direto. As sugestões dos fazendeiros de Marajó, na maioria pessoas cultas e perfeitos conhecedores do meio em que vivem, concorrerão certamente para o encontro de uma solução feliz. Ademais, o Pará, uma das nossas mais ricas províncias arqueológicas, se não a mais rica, tem a ventura de poder contar com os esclarecimentos judiciosos de Carlos Estevão de Oliveira, diretor do Museu Goeldi.

II — COLEÇÕES OU ESPECIMES ARQUEOLOGICOS E ETNOGRAFICOS EXISTENTES EM MUSEUS PERTENCENTES A UNIÃO, AOS ESTADOS, AOS MUNICÍPIOS OU A PARTICULARES.

Quem trabalha num Museu de etnografia tem frequentemente ocasião de ser procurado por pessoas trazendo peças para serem examinadas e sobre as quais desejam algumas informações. São inúmeros os casos em que o consulente se mostra completamente incapaz de dizer alguma coisa sobre os antecedentes do espécime. Ignora onde foi achado, quem o encontrou, as circunstâncias em que se deu a descoberta, enfim tudo quanto constitue o fundamento sobre o qual se pode estabelecer qualquer estudo. No nosso Museu Nacional são inúmeras as peças, entradas por oferta, e que se acham nessas condições.

E', por conseguinte, indispensavel começar o trabalho de proteção ao material arqueológico e etnográfico já incorporado a coleções pela distribuição de instruções no sentido de organização de catálogos em que seja feito o arrolamento dos espécimes juntamente com o registro de todas as circunstâncias que puderam ser apuradas com referencia a eles.

No Brasil já avulta o número de instituições e pessoas possuindo coleções ou objetos que têm interesse do ponto de vista arqueológico ou etnográfico. Aqui fornecemos relação daqueles de que temos conhecimento, seja direto ou por informações.



Fig. 4
Os aturiás na praia da Fazenda Catarina, Marajó



Fig. 5
A casa da Fazenda do Pacoval (Cururú), sobre estacas e assentando num teso artificial, Marajó

Museus Federais

Distrito Federal: *Museu Nacional.* Secção de Antropologia, Etnografia, Arqueologia. — No terreno da arqueologia, material do Perú, da Bolívia, etc.; Brasil: documentação de quasi todas as primeiras explorações realizadas no país: Marajó, Santarem, Maracá, Miracanguera, Monte Alegre, faixa ocupada pelos Tupis orientais, Conchais do Norte e do Sul, etc., bem como espécimes recolhidos em diversos pontos do território nacional. No terreno da etnografia cumpre salientar, dentre um sem número de espécimes e coleções preciosissimos, as dos Mundurucú, do Rio Negro, dos Nambikuara, dos Urubús, dos Apinajé, dos Canelas, Karajás, Xingú, etc. Para terminar, uma alusão ás peças da coleção etnográfica que, a serviço da Comissão Científica, recolheu, na Amazonia, Gonçalves Dias, o fundador dos estudos etnográficos entre nós. Coleção de etnografia sertaneja (regional). Coleção Egiptológica.

Museu Histórico Nacional: Merece referência especial o material de documentação etnográfica e histórica dos negros no Brasil.

Museus Estaduais

Pará: Belem — *Museu Paraense Emílio Goeldi.* Ricas coleções de cerâmica: Marajó, Santarem, Cunani, Maracá. Valiosas coleções etnográficas, salientando-se as de Frei Gil de Villanova e as de Curt Nimuendajú.

Ceará: Fortaleza — *Museu da Escola Normal* — Algumas peças de arqueologia.

Pernambuco: Recife — *Biblioteca.* Museu em formação contendo algumas peças arqueológicas.

Distrito Federal: — Museu de magia negra, pertencente á Policia.

São Paulo: S. Paulo — *Museu do Ipiranga*. Belas coleções arqueológicas do Estado. Boas coleções etnográficas.

Museu da Universidade. Em formação. Belas coleções etnográficas dos Canelas, Tapirapé, etc.

Paraná: Curitiba — *Museu Paranaense,* recentemente transferido para a Municipalidade. Coleções etnográficas e arqueológicas, especialmente do Estado.

Rio Grande do Sul: Porto Alegre — *Museu Júlio de Castilhos*. Arqueologia e etnografia do Estado. Acha-se, segundo estou informada, em estado precário de conservação.

Museus Particulares

A maioria deles é constituida por pequenos museus pertencentes a instituições (*a*) particulares, quasi todas institutos históricos, arqueológicos e geográficos de cada Estado. Alguns pertencem a particulares (*b*).

a) *Amazonas:* Manáus — *Instituto Histórico*. Coleções etnográficas e arqueológicas, especialmente do Estado, acrescidas ha pouco tempo da coleção do sr. C. Jobim.

Pará: Belém — *Instituto Histórico*. Pequena coleção de peças arqueológicas.

Maranhão: São Luiz — *Instituto Histórico*. Material arqueológico indígena; etnográfico indígena e negro.

Pernambuco: Recife — *Instituto Histórico*. Peças etnográficas e arqueológicas.

Alagoas: Maceió — *Instituto Histórico*. Bela coleção arqueológica de Marajó e uma peça da Caviana. Alguns objetos etnográficos. Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio. Coleção etnográfica negra.

Baía: Salvador — *Instituto Histórico*. Artefactos de cerâmica e líticos indígenas. Coleção de etnografia negra.

Distrito: Federal — *Instituto Histórico*. Objetos arqueológicos e etnográficos.

Minas Gerais: Belo Horizonte — *Academia de Ciências*. Algum material paleontológico e peças líticas do vale do Rio das Velhas.

b) *Pará:* Belém — *Senhora Justo Chermont*. Peças de documentação arqueológica de Marajó.

— *Carlos Estevão de Oliveira* — Coleções etnográficas e arqueológicas de valor consideravel (muiraquitans, cerâmica de Marajó, da Guiana Paraense, etc.).

Ceará: Fortaleza — *Museu Dias da Rocha.* Especialmente material de arqueologia do Estado.

— *Baltar* — Arqueologia do Ceará.

Pernambuco: Recife — *Severiano Filho.* Vaso de cerâmica encontrado na Serra dos Cariris.

Baía: Salvador — *Vital do Rego.* Coleção arqueológica do vale do São Francisco.

Distrito Federal — Anna Amélia de Queiróz Carneiro de Mendonça — Cerâmica arqueológica de Santarém.

— *Arthur Ramos* — Coleção etnográfica negra.

— *Família Barboza Rodrigues* — Peças valiosas de arqueologia indígena. Algumas de etnografia.

— *Cacilda Martins* — Muiraquitan, notável pelo tamanho e colorido da pedra.

— *Getúlio Dornelles Vargas* — Muiraquitan. Peça interessante por tratar-se, segundo estou informada, de espécime inacabado.

— *Lemos Basto* — Objetos etnográficos do Alto Amazonas.

— *Paula Barros* — Objetos etnográficos e arqueológicos especialmente amazônicos.

— *Raphael Pinheiro* — Objetos etnográficos.

— *Raimundo Lopes* — Primeiras coleções feitas em jazidas lacustres e conchais do Maranhão. Três muiraquitans.

— *Simões da Silva* — Museu. Coleções arqueológicas e etnográficas.

São Paulo: S. Paulo — *R. Krone* — Coleção de cranios e de material lítico de conchais do Estado. Idolo antropomorfo de pedra, recentemente adquirido por um particular.

Paraná: Curitiba — *Museu David Carneiro.* Coleção etnográfica, sobretudo do Rio Negro. Amazonas. SPHAN já possue catálogo desse material.

Santa Catarina: S. Joaquim da Costa da Serra — *Padre Ernesto Schultz* — Coleção arqueológica.

São Francisco — Carlos Berenhauser — Coleção arqueológica constituida sobretudo de material da Ilha de São Francisco do Sul.

Rio Grande do Sul: Torres — *Família do sr. Balbino de Freitas* — Coleção arqueológica, sobretudo de material de conchais do litoral sul.

Minas Gerais: Belo Horizonte — *Harold Walter* — Material paleontológico do vale do rio das Velhas e algum material lítico da mesma região, bem como de outras localidades.

Cidade de Rio das Velhas — *Aurélio Dolabella* — Juntamente com as peças de interesse histórico, que constituem a maior parte da sua coleção, encontram-se alguns elementos de interesse arqueológico.

As informações, sumaríssimas e tão incompletas, aqui registradas, virão destruir a idéia falsa, que vem sendo propalada ardentemente, de que, em nosso país, ninguem se interessa pela arqueologia e pela etnografia. A relação supra — que não pode deixar de estar cheia de lacunas — mostra que o desinteresse não é tão grande como se pretende fazer crer. Longe de nós o propósito de espalhar que os estudos antropológicos não carecem de ser incentivados. Precisam e muitissimo.

E' indispensavel que se estabeleçam relações estreitas entre os colecionadores espalhados por todo o Brasil e os institutos mais diretamente dedicados à pesquisa antropológica. Acreditamos que seja grandemente útil essa aproximação; aos institutos, pelas informações que receberem e aos particulares, pela melhor orientação e estímulo que, em benefício das suas observações, lhes podem ministrar aqueles.

III — PRODUTOS DE ARTE DE POPULAÇÕES ATUAIS.

Finalmente, o problema de proteção aos produtos de arte de populações atuais, indígenas ou néo-brasileiras. Entende-se, naturalmente aqui, a expressão "produtos de arte", no sentido amplo de quaisquer manifestações da indústria humana, originais e peculiares a certos grupos e documentando aspectos do seu patrimônio material ou espiritual de cultura. E' claro que essa proteção implicaria necessariamente em proteção às próprias populações. Com referência aos indígenas, a incumbência é da imediata competência de serviço público já em funcionamento. Com relação a outros casos, seja proteção ao trabalhador nacional, sejam questões atinentes a pequenos problemas de economia regional, tambem interferem, pelo menos indiretamente, alguns serviços públicos já existentes. Não pode, porem, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deixar de considerar a sorte dessas popula-

ções como estreitamente ligada aos propósitos visados, no seu programa geral de trabalhos.

A questão de amparo a populações néo-brasileiras quasi que não pode ser caracterizada em traços gerais. E' por demais particular, especial, e só como tal poderá ser considerada.

O problema de proteção ao indígena, por sua vez, embora pedindo tambem estudo especial para cada caso, comporta algumas considerações mais generalizadas.

O simples fato de nos encontrarmos em face de gente que não consegue exprimir, ou sugerir sequer, o modo por que desejara ser amparada, que nem sempre é capaz de discernir o que convem lhe seja aplicado, deixa ao nosso inteiro arbítrio a decisão sobre o modo de proceder. Sem tirar da mente o nosso ponto de vista de civilizados — o que, me parece, nem corre risco de acontecer — seriamos obrigados a mergulhar profundamente, no tempo, de modo a nos colocarmos a nível capaz de julgar do maior interesse dessas populações, tão próximas de nós, no espaço.

Parece ocioso repetir aqui que a existência de serviços púbilcos da natureza daqueles a que vimos aludindo decorre do reconhecimento por parte dos civilizados de que os indígenas devem ser conservados, pela constatação do direito á terra que habitavam; pelo interesse que fornecem, para a melhor compreensão do *espírito humano*, que eles representam em condições mais primitivas; pela reparação que lhes é devida ao cabo de alguns séculos de perseguições. Em nossa terra, ainda persiste em muito espírito que se arvora em *progressista* a idéia de que o elemento aborígene deve desaparecer, quanto mais depressa, melhor. O grande *espírito progressista* dessa natureza não faz, na maioria das vezes, senão acobertar grandes ambições materiais; quer apoderar-se de terras pertencentes aos selvícolas. E' a castanha, é a seringa, é a madeira das terras demarcadas para índios que desperta neles tamanhos pruridos de progresso; que os leva a manifestar-se desse modo e pior do que isso, a agir no sentido de apressar o desaparecimento do índio *atrasado e inaproveitavel*. Ilustrar a asserção por meio de exemplos levaria à constituição de uma biblioteca de muitas centenas de volumes...

Mais fácil fora registrar as exceções. São tão raras que não me ocorre uma só. Mas devem existir.

Ha quatro séculos não temos feito outra coisa senão proceder junto ao indigena de modo a faze-lo acreditar na sua inferioridade, colocando-o em condições inadequadas para o desarrolo do papel que o seu nível cultural permite desempenhar com eficiência. Todo o mal tem sido pretender desloca-lo do seu quadro, destruindo uma cultura que rege a sua vida e oferecendo-lhe outra que ele ainda não está capaz de aproveitar. A própria atitude de passividade de certos grupos, já em contacto estreito com civilizados, não deve ser explorada no sentido de acelerar a adoção por eles do nosso modo de vida. Convem salientar perante eles todas as vantagens que, para o meio, representava a cultura que haviam possuido, de modo a que o seu ânimo se conserve erguido. Sem que se lhes levante o moral deprimido, nada de duradouro se poderá conseguir. Conhecedores que já são dos elementos de cultura da nossa vida, pelo menos rural, conservarão deles o que lhes aprouver, mas é necessário que sintam que antes desse conhecimento, eles dispunham de meios que lhes permitiam viver livremente no seu ambiente, que dominavam de certa maneira. Quando a nossa cultura os interessar, eles que venham a nós, em vez de irmos nós a eles, levando-lhes elementos que, por mais vantajosos que nos pareçam, não se ajustam às suas condições de vida, sem causar choques, às vezes de consequências lastimaveis. Não se pretende, com isso, conservar os índios em estado de primitividade "para maior gáudio dos senhores etnógrafos" como já me foi dado ouvir certa vez. Mas para evitar que os selvícolas, *deculturados,* sentindo-se estrangeiros dentro do seu próprio meio, ao ouvir o motor de um barco a vapor, não acorram às margens do rio suplicando que os levem para a cidade, como é frequente ocorrer no Rio Negro, segundo o testemunho de tantos viajantes. Não são as *maravilhas* da nossa civilização que os atraem, move-os a repulsa que o seu próprio meio lhes inspira; a incapacidade em que se encontram de viver naquele lugar em que nasceram e onde teriam passado uma existência industriosa, livre e honesta, se uma *deculturação* brusca não lhes tivesse desajustado completamente as condições de vida. Esse meio eles não o reconhecem mais como o seu. Vindos para a cidade, não encon-

tram o ambiente que haviam sonhado. Raríssimos conseguirão situação apreciavel porque as condições de concorrência são muito diversas. Mas ha sempre para os rapazes o recurso da malandragem e para as raparigas o da prostituição...

Os exemplos de desmoralização de índios causados por *deculturação* podem ser apontados quasi que em cada história de contacto de civilizado com índio. Na história do Rio Negro, talvez isso tenha sido mais bem documentado. Aquelas populações indígenas laboriosas e pacíficas, habitando grandes casas para muitas famílias, acham-se subordinadas a um chefe que regula todas as atividades direta ou indiretamente ligadas à economia da coletividade. Chega o civilizado, do seu ponto de vista e conceito de moralidade, considera as grandes casas como inconvenientes. Imediatamente a sua destruição é visada. Não é tarefa de realização fácil enquanto viva o velho chefe, imbuido da certeza de que a sua gente deve viver assim. Mas o futuro *tuchaua* vai sendo trabalhado lentamente, e, quando assume o poder, concorda na destruição da maloca tradicional do seu povo. Constroem-se as pequenas casas para cada família, arruadas. E' a desgraça que entra. A paisagem material muda completamente e, de modo mais nefasto ainda, o quadro moral. O chefe tem o seu poder afrouxado; houve outro, estranho à aldeia, que bruscamente mudou todos os velhos costumes. As diretrizes econômicas que regeram, até então, a vida do povo são completamente subvertidas. As novas crenças, que não destroem por completo as velhas, mas que as abalam sensivelmente, nunca chegam a penetrar profundamente na alma. O descrédito invade os espíritos; o desânimo, a pobreza se seguem irremissivelmente.

A destruição do grande abrigo, a cuja sombra se alentava tambem a lembrança da tradição de grandeza do povo, solapara o regime econômico cujos fundamentos residiam igualmente debaixo da imensa cobertura. Os indígenas nunca se haviam apercebido disso mas um dia sentiram a derrocada completa da sua grandeza. Todos os aspectos grandiosos do edifício haviam ruido.

No seu Relatório referente à fronteira com a Venezuela e Colômbia, feito no ano de 1928, de que me foi dado ler os trechos interessando a

etnografia, o coronel Boanerges Lopes de Souza traça um quadro impressionante sobre as condições sociais dos índios do Rio Negro.

O depoimento recente, feito por carta, de Curt Niemuendajú, com referência aos Cherentes *civilizados* não é menos desolador.

A chave do problema de proteção aos indígenas reside — e isso está bem claro na consciência de quantos já reflectiram no assunto — na demarcação de terras. Elas deverão ser suficientemente grandes para garantir o sustento dos selvícolas, de modo conforme às normas econômicas peculiares a cada grupo (caça, pesca, agricultura). Mas o seu sustento eles deverão consegui-lo a custa do seu próprio esforço e para que este possa ser rendoso cumpre não impor deformações ao quadro natural de vida dos selvícolas. Essas terras, no caso de índios ainda hostís ou vivendo segregados, deveriam ser completamente fechadas à penetração do civilizado e unicamente visitadas por empregados do Serviço de Proteção e por pesquisadores, sob o controle do Serviço. Aos índios seria dado instrumental mais adequado do que o que possuem para o amanho das terras. Saberiam que havia um posto accessivel a que poderiam recorrer em caso de necessidade. Resta a questão, mais grave, de regulamentação e fiscalização das atividades do *civilizado* com relação ao índio; deveriam ser rigorosíssimas e sem elas todos os esforços do Serviço seriam baldados. Na proteção ao indígena, é curioso, o *policiamento do civilizado* constitue, certamente, o aspecto mais complicado.

O mais seria trabalho do tempo e dos próprios selvícolas.

As grandes nações modernas já sentiram que, para resolver certos problemas econômicos coloniais, não se pode abstrair, sem risco de erro, dos ensinamentos que as ciências aplicadas vêm fornecendo. O que a antropologia tem podido apurar, especialmente com referência à psicologia do primitivo, constitue matéria de que não se pode fazer táboa rasa no planejamento de meios de proteção a indígenas. Só assim se poderá estabelecer bases científicas para tais trabalhos.

Alem disso, temos a felicidade de poder contar com um grande acervo de experiência que o Serviço de Proteção aos Indios tem acumulado nos

seus vinte anos de funcionamento e que, a cada instante, estará a ditar-lhe medidas mais adequadas de atividade.

O fato de estar, hoje em dia, o Serviço de Proteção aos Indios entregue ao Exército é muito promissor; é quasi que uma garantia da realização de um trabalho eficiente. Não só pela facilidade em fazer fiscalizar a aplicação das leis de proteção por intermédio dos numerosos destacamentos militares, espalhados por todo o país, como por uma questão de antecedentes históricos. O Exército tem sido, no Brasil, por tradição, um poderoso elemento de amparo ao selvicola.

Já em 1786, no seu *Diário da Viagem Philosóphica pela Capitania de S. Joseph do Rio Negro,* escrevia Alexandre Rodrigues Ferreira, referindo-se à povoação de Santo Antônio do Castanheiro: "o que escrevo desta, entenda-o V. Ex. de todas as outras povoações até a de S. Gabriel.... Constava de oito palhoças e então se fincavam os esteios para a residencia do Director. Elle e os das demais povoações são soldados da guarnição da Fortaleza de S. Gabriel; o commandante os destaca para as dirigirem; uma observação fiz a respeito delles, que ao menos são mais activos e menos distrahidores dos indios para as suas negociações secretas, do que os directores paisanos, porque ao minimo desgosto que dão ao Coronel e a menor queixa dos indios, verificada que seja, irremissivelmente se segue o serem logo removidos e castigados. Delles não consta o que diaria e successivamente está constando dos outros" (os paisanos) "quero dizer, que as povoações por mais proprias que sejam em todo o sentido para todo o genero de lavouras, não podem fazer um arrozal, ou um cafezal etc., por não terem indios, ao que dizem os directores e elles, com 8, 5 e menos indios de portaria fazem e podem fazer, cada anno, 2, 3 e mais arrozaes"....

Seria quasi impossível alinhar aqui, de pronto, sem risco de incorrer em omissão grave, os nomes de militares que, desde Gomes Carneiro, em realização de trabalhos de viação, de demarcação de limites, de inspecção de fronteiras, prestaram à causa indígena o mais eficiente apoio. E todos bem sentimos que, se ainda ha, no Brasil, populações indígenas e remanescentes de antigas populações, nós o devemos ao esforço ingente de um oficial do Exército, o "general do trabalho, do pa-

triotismo e da abnegação" que, secundado por uma plêiade de militares, desde os mais altos postos até os mais modestos, pôs o seu ideal acima de quaisquer outros interesses e pugnou, do modo mais enérgico, em favor dos nossos conterrâneos das selvas.

Esta nota se desdobrará em outras tratando de diferentes aspectos de proteção ao nosso patrimônio arqueológico e etnográfico.

As sugestões, as informações, as críticas que ela possa provocar constituirão uma compensação não pequena ao trabalho de te-la alinhavado. Ela valerá, quando mais não seja, por um apelo lançado a quantos possam auxiliar esta campanha cultural.

HELOISA ALBERTO TORRES.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

A nossa antiga arquitetura ainda não foi convenientemente estudada. Se já existe alguma coisa sobre as principais igrejas e conventos — pouca coisa, aliás, e girando o mais das vezes em torno da obra de Antônio Francisco Lisboa, cuja personalidade tem atraido, a justo título, as primeiras atenções —, com relação à arquitetura civil e particularmente à casa, nada, ou quasi nada, se fez. Compreende-se, pois, que surjam de vez em quando, a respeito dela, apreciações menos rigorosas. Ainda ha pouco, em artigo sobre *A arquitetura no Brasil,* afirmava-se: ... "as casas individualmente nada valem como obra de arquitetura"..., citando-se a seguir, em apoio de tal asserção, este período do sr. Aníbal Matos: "Fundadas todas as casas por portugueses incultos, trouxeram de suas aldeias o tipo *desproporcionado* e sombrio das velhas construções".

Ora, a arquitetura popular apresenta em Portugal, a nosso ver, interesse maior que a "erudita" — servindo-nos da expressão usada, na falta de outra, por Mario de Andrade, para distinguir da arte do povo a "sabida". E' nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de "make up", uma saúde plástica perfeita — se é que podemos dizer assim.

Tais características, transferidas — na pessoa dos antigos mestres e pedreiros "incultos" — para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à arquitetura portuguesa na colônia, esse ar despretencioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX.

Sem dúvida, neste particular tambem se observa o "amolecimento" notado por Gilberto Freyre, perdendo-se, nos compromissos de adaptação ao meio, um pouco daquela "carrure" típicamente portuguesa; mas,

em compensação, devido aos costumes mais simples e à largueza maior da vida colonial, e por influência tambem, talvez, da própria grandiosidade do cenário americano, — certos maneirismos preciosos e um tanto arrebitados que lá se encontram, jamais se viram aqui. Para tanto contribuiram, e muito, dificuldades materiais de toda ordem, entre as quais a da mão de obra a princípio bisonha dos nativos e negros: o índio, habituado a uma economia diferente, que lhe permitia vagares na confecção limpa e cuidada de armas, utensílios e enfeites, — estranhou, com certeza, a grosseira maneira de fazer dos brancos apressados e impacientes; e o negro, conquanto se tenha revelado com o tempo, nos diferentes ofícios, habilíssimo artista, mostrando mesmo uma certa virtuosidade um tanto "acadêmica" muito do gosto europeu, — nos trabalhos mais antigos, quando ainda interpreta desajeitadamente a *novidade* das folhas de acanto, lembra o louro bárbaro e bonitão do norte em seus primeiros contactos com a civilização latina, ou, mais tarde, pretendendo traduzir, com o sotaque ainda áspero e gótico, os motivos greco-romanos renascidos. Em ambos o mesmo geito de quem está descobrindo coisa nova e não acabou de compreender direito; sem vislumbre de "maitrise" mas cheio de intenção plástica e ainda com aquele sentido de revelação que num e noutro depois, com o apuro da técnica, desaparece. Por fim, a distância e necessidades de natureza vária e mais urgente concorreram tambem para uma diferenciação maior, notando-se nas realizações d'aqui um certo atraso sobre as da metrópole e, de um modo geral, acentuado desinteresse por toda a sorte de inovações.

A nossa casa se apresenta assim, quasi sempre, desataviada e pobre, comparada à opulência dos "palazzi" e "ville" italianos, dos castelos de França e das "mansions" inglesas da mesma época, ou à aparência rica e vaidosa de muitos solares hispano-americanos, ou, ainda, ao aspecto apalacetado e faceiro de certas residências nobres portuguesas. Contudo, afirmar-se que ela nenhum valor tem, como obra de arquitetura, é desembaraço de expressão que não corresponde, de forma alguma, à realidade.

Haveria, portanto, interesse em conhece-la melhor, não propriamente para evitar a repetição de semelhantes leviandades ou equívocos — que seria lhes atribuir demasiada importância —, mas para dar aos que de

tempos a esta parte se vêm empenhando em estudar de mais perto tudo que nos diz respeito, encarando com simpatia coisas que sempre se desprezaram ou mesmo procuraram encobrir, a oportunidade de servir-se dela como material de novas pesquisas, e tambem para que nós outros, arquitetos modernos, possamos aproveitar a lição da sua experiência de mais de trezentos anos, de outro modo que não esse de lhe estarmos a reproduzir o aspecto já morto.

Trabalho a ser feito, senão pelo homem do ofício, ao menos com a assistência dele, afim de garantir exatidão técnica e objetividade, sem o que perderia a própria razão de ser. E não se limitando, apenas, à casa de aparência mais amavel da primeira metade do século XIX, como se tem feito — certamente porque então uns tantos aspectos da nossa vida familiar já se desenhavam melhor —, mas abrangendo tambem a do século XVIII e mesmo os possíveis vestígios da do XVII, quando, sendo a vida ainda áspera, eram mais marcados os contrastes e, como arquitetura propriamente, ela apresentava interesse maior. E não para fixar sómente as casas grandes de fazenda ou os sobradões de cidade com sete, nove ou onze janelas e porta bem no meio, mas as casas menores, de três, quatro, até cinco sacadas, porta de banda e aspecto menos formalizado, mais pequeno-burguês, como essas que ainda se encontram nas velhas cidades mineiras (fig. 1), mostrando todas o mesmo saguão de entrada onde a escada primeiro se oferece com uns poucos degraus de convite e logo se esconde, meio fechada, entre paredes (fig.2);



Fig. 1

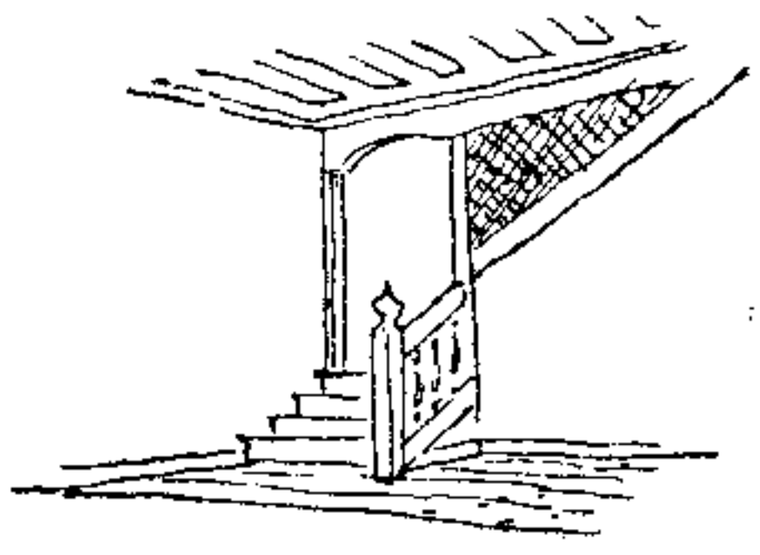


Fig. 2

e tambem as pequenas casas térreas, de pouca frente, muito fundo e duas águas apenas, alinhadas ao longo das ruas; sem esquecer, por fim, a casa "mínima" como dizemos agora, a do colono e — detalhe impor-

tante este — de todas elas a única que ainda continúa "viva" em todo o país, apesar do seu aspecto tão frágil. E' sair da cidade e logo surgem à beira da estrada, como se vê pouco além de Petrópolis, mesmo ao lado de vivendas de verão de aspecto *cinematográfico*. Feitas de "páu" do mato próximo e da terra do chão, como casas de bicho, servem de abrigo para toda a família — crianças de colo, garotos, meninas maiores, os velhos —, tudo de mistura e com aquele ar doente e parado, esperando... (o capitalista vizinho — esportivo, "aereo-dinâmico" e bom católico — só tem uma preocupação: que dirão os *turistas?*) e ninguem liga de tão habituado que está, pois "aquilo" faz mesmo parte da terra como formigueiro, figueira-brava e pé de milho — é o chão que continúa... Mas, justamente por isto, por ser coisa legítima da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitavel e digna; enquanto que o "pseudo-missões, normando ou colonial", ao lado, não passa de um arremedo sem compostura.

Aliás, o engenhoso processo de que são feitas — barro armado com madeira — tem qualquer coisa do nosso concreto-armado e, com as devidas cautelas, afastando-se o piso do terreno e caiando-se convenientemente as paredes, para evitar-se a humidade e o "barbeiro", deveria ser adotado para casas de verão e construções econômieas de um modo geral. Foi o que procuramos fazer para a vila operária de Monlevade, perto de Sabará, a convite da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (*) — não tendo sido o projeto levado a sério, já se vê.

O estudo deveria demorar-se examinando ainda: os vários sistemas e processos de construção, as diferentes soluções de planta e como variaram de uma região a outra, procurando-se em cada caso determinar os motivos — de programa, de ordem técnica e outros — por que se fez desta ou daquela maneira; os telhados que, de traçado tão simples no corpo principal, se esparramavam depois para ir cobrindo — como asa de galinha — os alpendres, puxados e mais dependências, evitando os lanternins e nunca empregando o tipo de Mansard tão em voga na metrópole, mas conservando sempre o *galbo* inconfundivel do telhado português e apresentando até, por vezes, nos telheiros enormes dos en-

(*) — Revista da Diretoria de Engenharia, maio de 1936.

genhos e fazendas — como se vê nas gravuras da época — uma linha mais frouxa e estirada que muito contribue para a impressão de sonolência que eles dão; os tetos forrados com "camisa e sáia" em gamela à feição do madeiramento da cobertura; as esquadrias e respectiva ferragem, particularizando os modelos usuais — portas de almofada, janelas de guilhotina com folhas de segurança e gelosias de proteção — só aparecendo no século XIX as venezianas; o mobiliário, desde o mais tosco dos primeiros tempos até aos fins do império, quando surgiram — para desespero dos requintados e depois de toda uma série de esplêndidas peças em jacarandá, que ainda andam por aí nos antiquários — as cadeiras "Thonet" de palhinha, tão bonitas e cômodas, "austríacas" como se diz.

Resultariam, de um exame assim menos apressado, observações curiosas, por isto que em desacordo com certos preconceitos correntes e em apoio das experiências da moderna arquitetura, mostrando, mesmo, como ela tambem se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando.

Diz-se, por exemplo, que os beirais das nossas velhas casas tinham por função proteger do sol, quando a verdade é no entanto bem outra. Um simples córte (fig. 3), faz compreender como, na maioria dos casos, teria sido ineficiente tal proteção; e os bons mestres jámais pensaram nisto, mas na chuva, isto é, afastar das paredes a cortina de água derramada do telhado. Depois, com o aparecimento das calhas (fig. 4), surgiram aos poucos, logicamente, as platibandas, continuando as cornijas — já sem função — presas ainda à parede pela força do hábito e meio sem geito (fig. 5), até que, agora, com as coberturas em terraço-jardim,

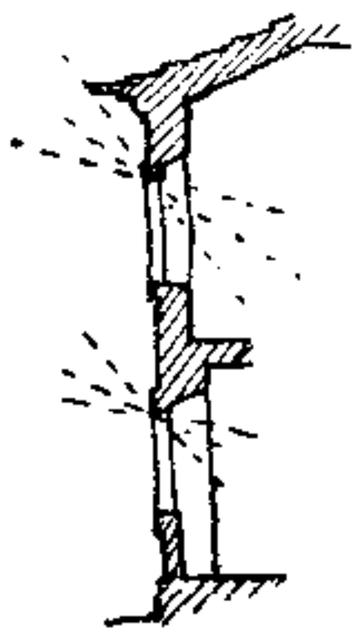


Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

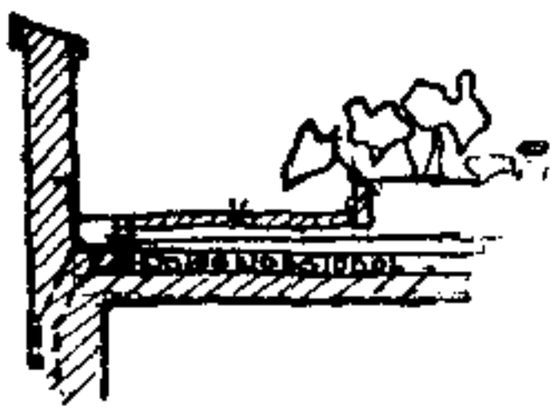


Fig. 6

a transformação se completou (fig. 6). E a prova melhor de que só excepcionalmente se atribuia ao beiral outra finalidade, é que na Califórnia, no México, em Marrocos, etc., onde o sol tambem é muito mas a chuva escassa, ele, quando existe, se reduz o mais das vezes à própria telha (fig. 7).

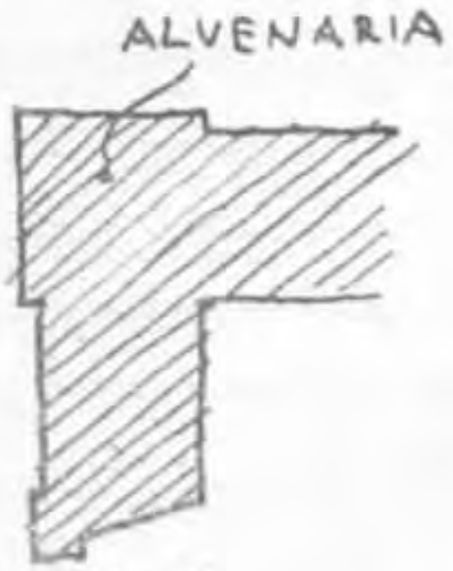


Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9

Pretende-se, tambem, que os antigos faziam as paredes de espessura desmedida (fig. 8), não apenas por precaução, por causa "das dúvidas" — empíricas como eram as noções de então sobre resistência e estabilidade — mas, ainda, com o intuito de tornar os interiores mais frescos. Ora, nas construções de arcabouço de madeira e da mesma época, as paredes têm, invariavelmente, a espessura dos pés-direitos (fig. 9), e nada mais, exatamente como têm agora a espessura dos montantes de concreto (fig. 10).



Fig. 10



Fig. 11

Outro ponto digno de atenção é o que se refere à relação dos vãos com a parede. Nas casas mais antigas, presumivelmente nas dos fins do século XVI e durante todo o século XVII, os cheios teriam predominado (fig. 11), e logo se compreende porque; à medida, porém, que a vida se tornava mais fácil e mais policiada, o número de janelas ia

aumentando; já no século XVIII cheios e vazios se equilibram (fig. 12), e no começo do século XIX predominam francamente os vãos (fig. 13); de 1850 em diante as hombreiras quasi se tocam (fig. 14), até que a fachada, depois de 1900, se apresenta praticamente toda aberta, tendo os vãos, muitas vezes, hombreira comum (fig. 15). O que se observa, portanto, é a tendência para abrir sempre e cada vez mais. E compreende-se que, com este nosso clima, tenha sido mesmo assim, pois, embora se fale tanto na luminosidade do nosso céu, na claridade excessiva dos nossos dias, etc., o fato é que as varandas, quando bem orientadas, são o melhor lugar que as nossas casas têm para se ficar; e que é a varanda, afinal, senão uma sala completamente aberta ? Entretanto quando nós, arquitetos modernos, pretendemos deixar todo aberto o lado bem orientado das salas: *aqui del rey !*



Fig. 12



Fig. 13



Fig. 14

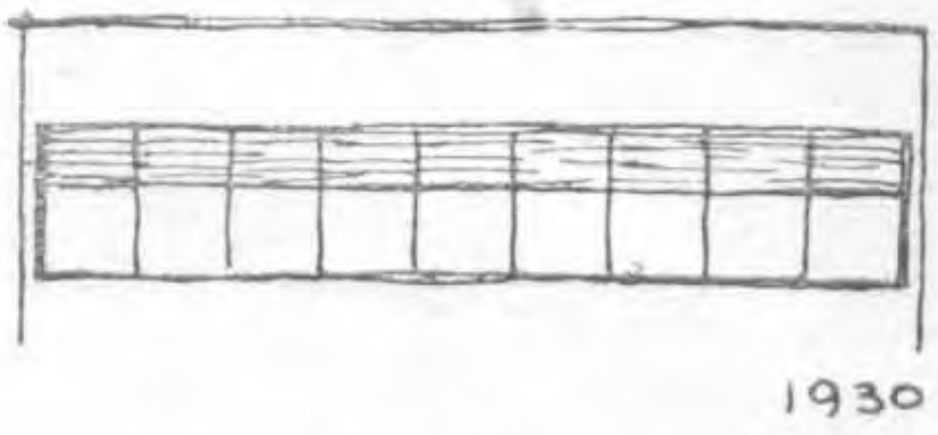


Fig. 15

Verifica-se, assim, portanto, que os mestres de obra estavam, ainda em 1910, no bom caminho. Fieis à bôa tradição portuguesa de não mentir, eles vinham aplicando, naturalmente, às suas construções meio feiosas todas as novas possibilidades da técnica moderna, como, além das fachadas quasi completamente abertas, as colunas finíssimas de ferro, os pisos de varanda armados com duplo *T* e abobadilhas, as escadas

tambem de ferro, soltas e bem lançadas — ora direitas, ora curvas em *S*, outras vezes em caracól e, ainda, várias outras características, além da procura, não intencional, de um equilibrio plástico diferente (figs. 16 e 17).

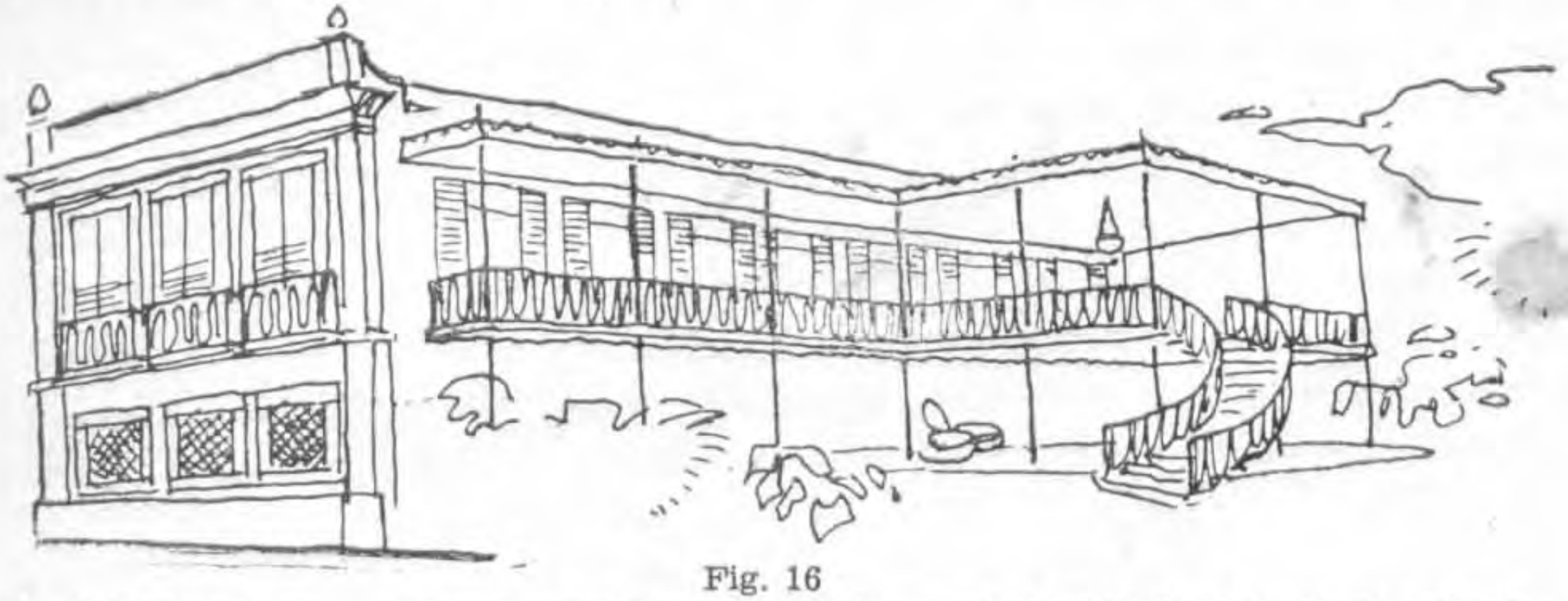


Fig. 16

A fachada da rua — como um "nariz postiço" — ainda mantem certa aparencia carrancuda; mas, ao lado do jardim, que liberdade de tratamento e como são acolhedoras; e tão "modernas" — puro Le Corbusier.



Fig. 17

Levaram até ao exagero o apêgo a certos principios de boa arquitetura, como esse de se manter uniforme a altura das vergas: em casas com o pé direito de cinco metros então exigido pelos regulamentos municipaes —, vêm-se portas estreitissimas, de acesso a qualquer dependencia sanitaria, subir pela parede acima até alcançar a altura das outras vergas.

Conviria, pois, trazer o estudo até os nossos dias, procurando-se determinar os motivos do abandono de tão boas normas e a origem dessa "desarrumação" que ha vinte e tantos anos se observa.

Excluida a causa maior, que faz parte do quadro geral de transformações, de fundo social e econômico, iniciadas no século XIX — mesmo porque os nossos mestres vinham atendendo sem qualquer constrangimento, conforme vimos, às imposições da nova técnica —, restam aquelas que poderiamos classificar, talvez, como sendo de ordem "doméstica": primeiro, o imprevisto desenvolvimento do máu ensino da arquitetura — dando-se aos futuros arquitetos toda uma confusa bagagem "técnico-decorativa", sem qualquer ligação com a vida, e não se lhes explicando direito o *porque* de cada elemento, nem as razões profundas que condicionaram, em cada época, o apareciniento de características comuns ou seja, de um estilo; depois o desenvolvimento, tambem não previsto, do "cinematógrafo", que abriu ao grande público, até então despreocupado "dessas coisas" e habituado às casas simplórias, mas honestas, dos mestres de obras, novas perspectivas — "bungalows", casas espanholas americanizadas, castelos, etc.

Do encontro desses dois indivíduos — o proprietário, saido do cinema a sonhar com a casa vista em tal fita, e o arquiteto, saido da escola a sonhar com a ocasião de mostrar as suas habilidades —, o resultado não se fez esperar: em dois tempos transferiram da tela para as ruas da cidade — desfigurados, pois haviam de fazer "barato" — o "bungalow", a casa espanhola americanizada e o castelinho.

Foi quando surgiu, com a melhor das intenções, o chamado movimento tradicionalista de que tambem fizemos parte. Não percebiamos que a verdadeira tradição estava ali mesmo, a dois passos, com os mestres de obras nossos contemporâneos; fomos procurar, num artificioso processo de adaptação — completamente fóra daquela realidade maior que cada vez mais se fazia presente e a que os mestres se vinham adaptando com simplicidade e bom senso — os elementos já sem vida da época colonial: fingir por fingir, que ao menos se fingisse coisa nossa. E a farça teria continuado — não fôra o que sucedeu.

Cabe-nos agora recuperar todo esse tempo perdido, estendendo a mão ao mestre de obras sempre tão achincalhado, ao velho "portuga" de 1910, porque — digam o que quiserem — foi ele quem guardou, sozinho, a boa tradição.

LUCIO COSTA.

SUGESTÕES PARA O ESTUDO DA ARTE BRASILEIRA EM RELAÇÃO COM A DE PORTUGAL E A DAS COLÔNIAS

Creio que em nenhum gênero de estudos se impõe com maior insistência a cooperação de brasileiros com portugueses e luso-descendentes de outras terras do que neste: o estudo de problemas de arte culta e popular comuns aos nossos paises. O inventário, a análise e a interpretação das obras de arte realizadas pelos portuguêses na Europa, principalmente depois das conquistas e navegações e, por influência deles, nos paises onde predominou o tipo lusitano de colonização.

Só por esse esforço, em comum, será possível determinar com segurança as características gerais da arte de sabor português e as suas diferenciações, nas várias terras onde se fez sentir não só a influência do sangue como a da cultura da gente de Portugal. Um povo com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo.

A arte de origem portuguêsa na América como na África, na Ásia e nas ilhas, está cheia dos riscos de tão esplêndida aventura de dissolução. Portugal seguiu em sua política colonizadora aquelas palavras misteriosas das Escrituras: ganhou a vida, perdendo-a. Dissolvendo-se. Por isso tantos dos seus valores de arte mais característicos persistiram. Persistiram e persistem. E persistem em combinações e diferenciações inesperadas, mas que guardam o sabor do original: das raizes hispânicas.

A arquitetura religiosa portuguêsa conservou-se no Brasil quasi sem alteração. A militar, igualmente. Nas próprias casas-grandes patriarcais, tão cheias de combinações novas e de diferenciações às vezes profundas,

os traços predominantes conservaram-se os portugueses. Na arte do doce, na da cozinha, na da louça, na do jardim, na do móvel, na da escultura religiosa, na dos trabalhos de ouro e prata, na dos instrumentos de música, na dos brinquedos dos meninos, na das embarcações de rio e de mar, a força creadora do português, em vez de se impor, com intransigência imperial, ligou-se no Brasil ao poder artístico do índio e do negro e, mais tarde, ao de outros povos, sem entretanto desaparecer: conservando-se em quasi tudo o elemento mais característico.

Esse poder de persistência na arte portuguêsa é admiravel e merece ser estudado com amor e vagar, no Brasil como nos outros paises de colonização lusitana. Do mesmo modo é preciso que se estude nos objetos de arte brasileira, a influência da India, da Africa, da China, do Japão, através de Portugal, onde tantos traços exóticos foram assimilados, antes de se comunicarem ao Brasil. Outros nos vieram diretamente daquelas e de outras terras e aqui é que foram assimilados ao todo luso-brasileiro.

Por outro lado, não deixou de haver sobre a arte culta e popular de Portugal, sugestão da natureza brasileira. E não só sugestão dessa natureza em seu estado crú como influência de uma paisagem e de um meio social coloridos fortemente pela escravidão e pela miscegenação. Esses traços de influência ou de sugestão brasileira sobre a arte portuguesa da Europa estão exigindo uma análise pachorrenta e demorada. Eles se encontram nos doces — nos quais certos ingredientes brasileiros se juntaram aos da Índia ou da África, ou simplesmente aos tradicionais, portugueses, para produzirem combinações novas para o paladar, para o olfato, para a vista. Nos jardins — os bons jardins portuguêses — onde mais de uma planta brasileira se tornou elemento valiosíssimo de côr ou de forma artística nova para a Europa. E o pesquisador ha de descobri-los tambem na arte do azulejo — influenciando-lhe os motivos; na da escultura em madeira; na da própria filigrana; na da pintura; na da louça. Dentre os trabalhos em madeira — e madeira quasi sempre brasileira, que desde o século XVII se tornou a das construções nobres em Portugal — recordarei, de passagem, os que se podem admirar na sala de jantar da casa dos condes de Sabugosa em Santo Amaro. E de plantas brasileiras em jardins portuguêses, as que se encontram

tão à vontade e cuidadas pelas mãos de um chacareiro velho, que por muito tempo viveu em Pernambuco, nos jardins dos marqueses de Fronteira e atuais condes da Torre. Jardins que me parecem da maior significação para o estudo do espírito artístico do português nas suas qualidades mais características, entre elas, o poder de assimilação do exótico e a capacidade para combina-lo com os elementos mais tradicionalmente portuguêses.

Na pintura portuguêsa são traços ou sugestões brasileiras a surpreender e fixar certas notas de côr local que aparecem em retratos de personagens portuguêses que estiveram no Brasil. Não só manchas de côr convencionalmente brasileira — papagaios, araras, outros pássaros — como evocações de nossa vida patriarcal e perto da mata virgem: figuras de índios e de escravos negros; trechos de natureza ou de paisagem meio bruta; vultos de animais terriveis.

E não devemos nos esquecer dos numerosos retratos de brasileiros — por conseguinte interpretações artísticas de um tipo de homem ou de mulher de origem portuguêsa já diferenciado do europeu pelo cruzamento ou por influências poderosas de meio físico e de condições sociais — que se encontram em Portugal. Uns em museus, outros em casas particulares.

Ainda recentemente, em Lisbôa, o sr. Carlos da Silva Lopes — que é um dos pesquisadores mais esclarecidos dentre os da geração mais nova de estudiosos de assuntos de história da arte e de conservação de museus de arte antiga que ali encontrei — mencionava-me quatro retratos, existentes no Museu das Janelas Verdes — onde trabalha — de brasileiros ilustres dos princípios do século XIX. Trabalhos do maior valor artístico: obra de Domingos Antônio de Sequeira. Os retratados, deputados brasileiros às Côrtes de Lisbôa — Alexandre Gomes Ferrão, Cipriano José Barata de Almeida, Francisco Agostinho Gomes, José Lino Coutinho — faziam parte do grupo de representantes às Côrtes de 1820, que o ilustre pintor português teve a idéa de pintar. Seria um quadro grandioso. A expressão do seu entusiasmo pelas idéias liberais. Mas veio a reação e o projeto fracassou, restando-nos dele apenas algumas figuras.

E' ainda ao sr. Carlos da Silva Lopes que devo interessante comunicação sobre um retrato do Conde de Paratí, hoje pertencente ao genro daquele titular, o Comandante Paiva Couceiro, que gentilmente me franqueou o quadro a exame e me autorizou a fotografa-lo, caso o desejasse. Retrato pintado no Rio de Janeiro e com atmosfera brasileira. Assina-o certo Almeida que o Comandante Paiva Couceiro supõe com bôas razões português, mas que pode ter sido artista brasileiro, discípulo de português ou de italiano de Lisbôa. Não devem ter sido raros os brasileiros que no século XVIII e nos princípios do XIX receberam em Lisbôa, de mestres portuguêses ou italianos, educação artística às vezes esmerada. Informa-me o sr. Carlos da Silva Lopes que o escultor italiano João Grossi teve em Lisbôa, no século XVIII, dois discípulos brasileiros: Felix da Rocha e José Tenório. São casos que devem ser estudados com minúcia, para que se esclareça melhor aquela interpenetração de influências e se iluminem aspectos do problema de influência italiana, por intermédio da Metrópole, sobre a arte brasileira do século XVIII.

Problemas dessa natureza — todos eles dentro do maior e mais complexo, que é o da interpretação das características gerais do velho espírito português ou do atual, luso-brasileiro, em suas expressões artísticas diversas e nas suas várias maneiras de reagir, pela arte, a influências estranhas e de assimilar, tambem pela arte, elementos exóticos — precisam de ser estudados em conjunto, por pesquisadores portuguêses e brasileiros animados do gosto — tão raro entre nós — de colaborar.

Essa cooperação se impõe com tanta força que contra ela não prevalecerão os restos de brasilofobia em Portugal nem os de lusofobia no Brasil. Os homens das gerações mais novas, aqui como lá, sentem que ao lado das pátrias políticas, existe esta realidade inegavel: a unidade cultural luso-brasileira ou luso-afro-brasileira, a que pertencemos todos os portuguêses e filhos de paises colonizados pela gente de Portugal. Essa realidade cultural se apresenta com problemas que exigem para o seu esclarecimento e para a sua interpretação, a mais inteligente e constante das cooperações em vez de esforços soltos e prejudicados por patrioteirismos rasteiros.

GILBERTO FREYRE.

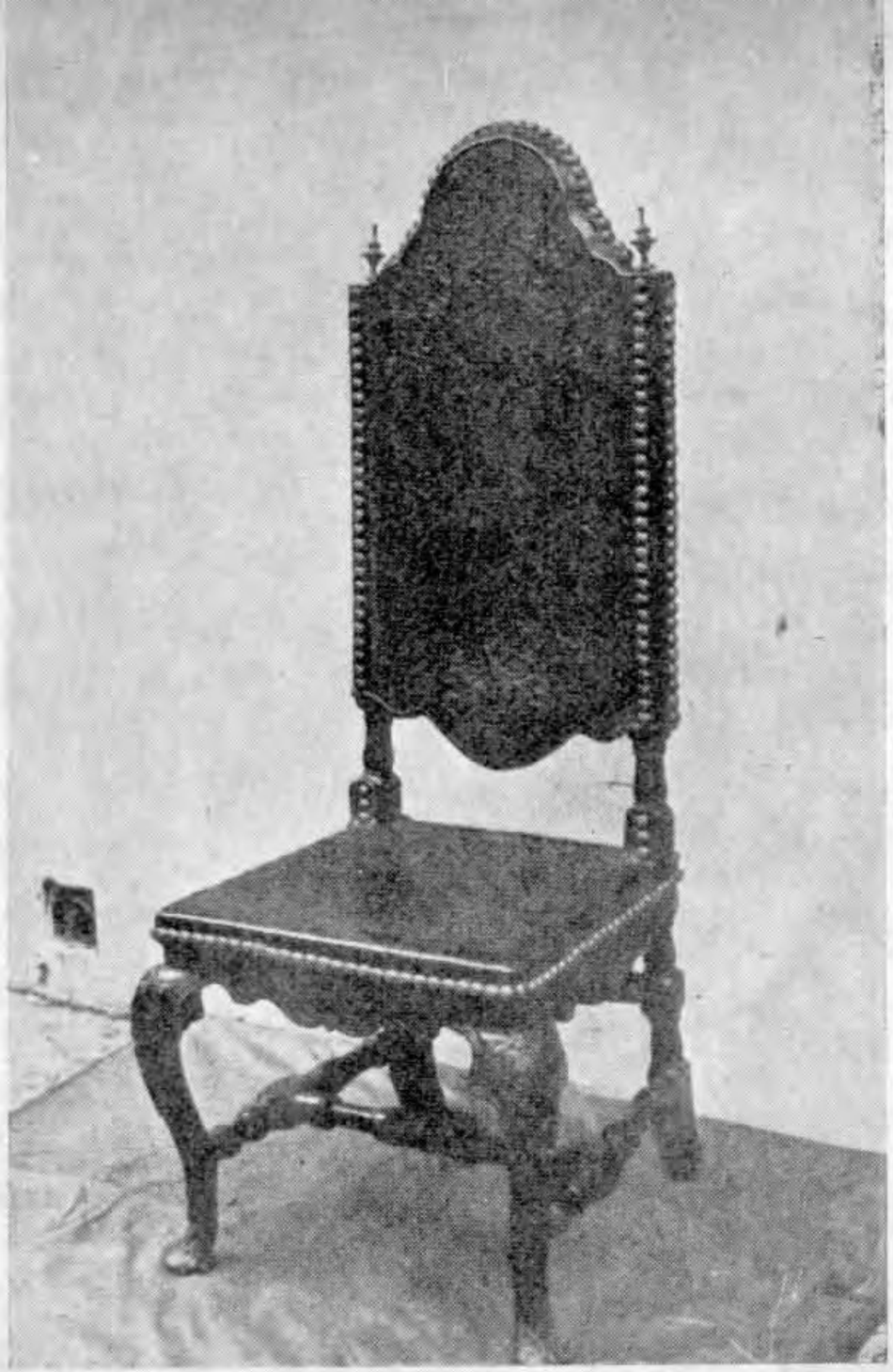
MOBILIARIO NACIONAL



1 — *Poltrona de jacarandá, ocm assento e encosto de couro lavrado, decorado com pregos miudos. O trabalho da madeira é tosco. Provém de um convento de Vitória. Pelos desenhos do couro, vê-se que o móvel é do fim do séc. XVII*



2 — *Cadeira D. João IV, de sola lavrada, com pregaria de latão e jequitibá, que indica a sua origem remota. E' característica a tábua recortada e esculpida que amarra os pés da frente. Tambem são tipicos os bilros de latão encimando os lados da cadeira.*



3 — *Cadeira de princípios do século XVIII. O encosto e o assento são de sola lavrada, com pregaria de latão; os pés, curvos e o quadro do assento ricamente esculpião. Encontram-se exemplares com o couro e a madeira pintados e dourados.*



4 — *Poltrona de jacarandá, de princípios do século XVIII. Os pés e as escoras dos braços são curvos. Os pés terminam em garras que seguram uma bola. O encosto é encimado por tres coruchéus de latão. Os braços terminam em caramujos. Originariamente, talvez, o assento e o encosto fossem de couro lavrado. O encosto, embora pareça estilo D. João IV, já adotou em sua linha lateral a curva que é a característica da maneira do século XVIII.*



5 — *Cadeira do inicio do século XVIII, encontrada com vestigios de dourado e de pinturas, que, por obra de restauração, produziram o resultado que aparece na fotografia. As partes lisas foram primitivamente pintadas numa côr creme clara, ahi não reproduzida. O bojo do vaso, de onde provavelmente saiam flores, deve ter sido decorado. O modelo comprova a extrema dificuldade de restaurações dessa natureza.*



6 — *Cadeira de jacarandá, de principio do século XVIII, com vestigios de pintura e de douração tanto na madeira como no couro do assento. A cadeira tem pés de pato. O encosto é constituido por uma tábua qque representa um vaso sobre uma ponha. E' a mesma cadeira reproduzida na fig. n. 5, mas sem restauração.*



7 — *Cadeira de jacarandá de principios do século XVIII. Assento de couro lavrado, porém de época mais recente. Tinha vestigios de pintura. A tábua do encosto representa um vaso colocado sobre uma peanha. As conchas e os filetes eram dourados assim como as sapatas. E' gracioso o modo como se enrola o pé trazeiro. A cadeira em outros tempos foi pintada de creme claro. Provém de uma fazenda perto de Entre-Rios, no Estado do Rio.*



8 — *Poltrona do principio do século XVIII, laqueada e dourada. Foi restaurada, quanto ao detalhe na segunda metade do século XVIII, do qual recebeu certo sabor. A palhinha dourada está de acordo com o estilo. E' pena, porém, que no assento a mesma palhinha tenha sido substituida por estofo.*



9 — *Cadeira tosca proveniente do Convento da Ajuda no Rio de Janeiro. E' provavel que date da segunda metade do século XVIII. Seu feitio dá idéia de que fôra inventada para ser usada em sentido contrário, apoiando-se-lhe os braços sobre o encosto.*



10 — *Poltrona de escrivaninha de jacarandá, estilo D. João V, mais ou menos de meados do século XVIII. Tem tres pés, esculturas em todos os lados, sendo, porém, mais fino o trabalho da frente. O assento é de couro, mas nessas cadeiras o assento de seda ocorre tambem. Proveniente de Ouro Preto.*



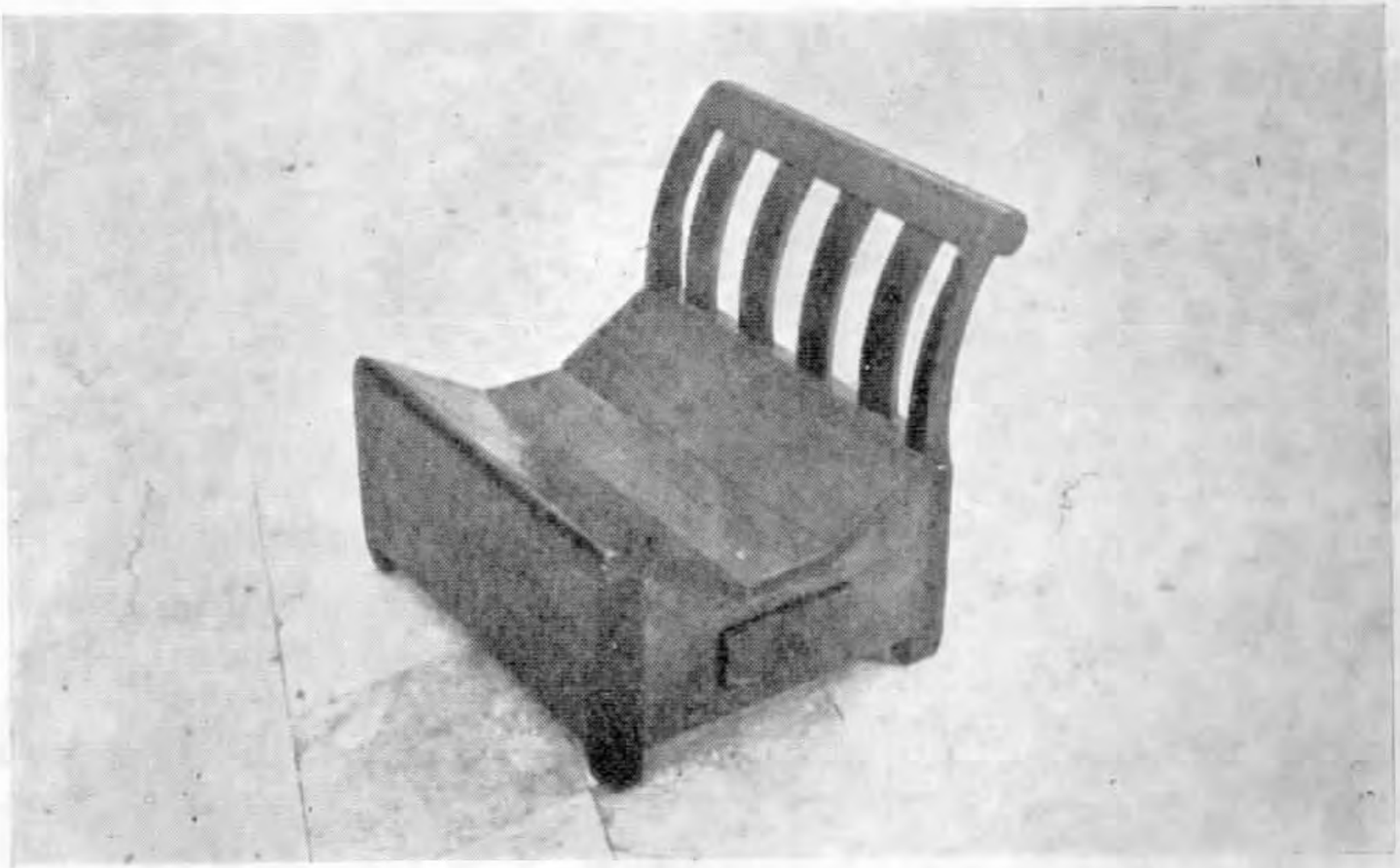
11 — *Cadeira de dobrar D. João V. de meados do séc. XVIII. com assento de couro lavrado. Proveniente de Cabo Frio.*



12 — *Cadeira de jacarandá, D. João V, de meados do século XVIII, com assento de couro lavrado. Proveniente de Cabo Frio. A aranha que liga os pés da cadeira tem a forma de X, quando nessa época era mais comum encontrá-la em forma de H.*



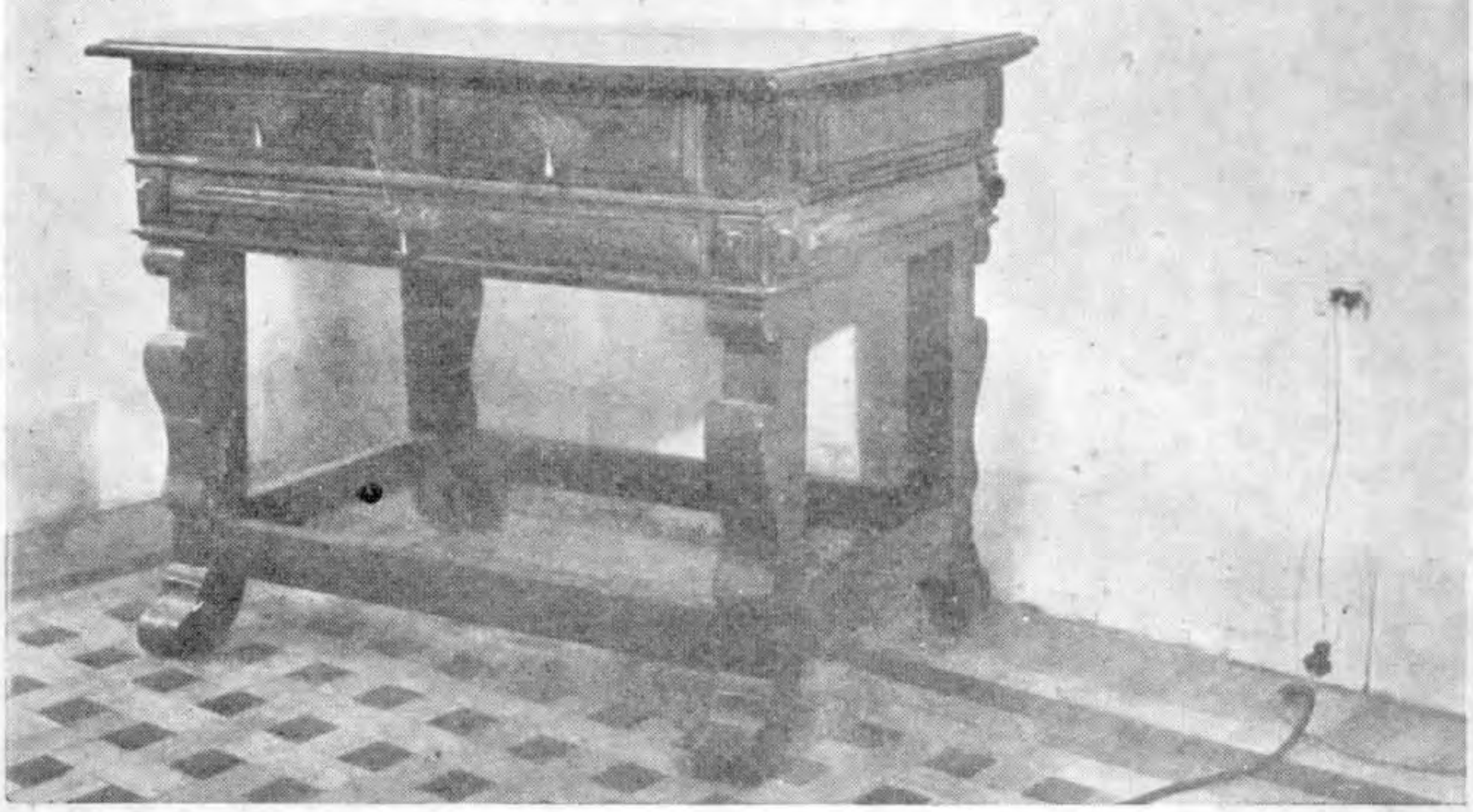
13 — *Poltrona de jacarandá, estilo D. Maria I. Pertence á coleção do Palácio Itamarati. Muitos dos seus detalhes, assim como os pés e braços, ainda parecem de estilo D. João V, mas as margaridas da aba do assento e o encosto (medalhão com vaso e lyra) não permitem seja a mesma atribuida senão á época de D. Maria I. Consta ter pertencido ao palácio da Quinta da Boa Vista. Do mesmo período já se encontram cadeiras sem trempe, o que denota o aperfeiçoamento da técnica da marcenaria.*



14 — *Cadeirinha de costura, de óleo vermelho, de fins da era de D. Maria I. Provém de São Pedro d'Aldeia. Em baixo, de lado, a gaveta para a agulha e retrós. O mesmo modelo, sem encosto, é comum na região de Cabo Frio.*



15 — *Banquinho para costureira, de jacarandá e palhinha, do periodo de D. João VI. Muito prático para costura, constituia uma peça apreciada no quarto das senhoras. Consta ser provenicnte de Parati.*



16 — *Mesa de jacarandá, estilo D. Jcão IV, de uma modalidade apelidada entre nós estilo "jesuitico". O móvel foi primitivamente pintado e decorado. Hoje scria impossivel refazer sua ornamentação, pois, desaparecida a pintura, parecem agora inexplicaveis as volutas e saliências dos pés. Como todos os moveis da época, tem os pés ligados por traves (trempes) para maior estabilidade. Sua altura é de 83 cmts., comum nas mesas de uma época em que as cadeiras eram tambem altas, dando a idéia de que as travessas serviam de descanso para os pés, como proteção contra a frialdade dos pisos de pedra. Tem esta mesa tres gavetas: duas pequenas, em cima e uma grande, em toda a largura, um pouco mais abaixo.*



17 — *Pequena mesa de jacarandá, oval, com abas, medindo o seu tampo* 0,65 cms. x 0,75 cms., *e tendo* 0,71 cms. *de altura. Estilo D. João IV. E' de modelo comum, mas raramente se encontra com dimensões assim exiguas. A tonalidade* violeta *do jacarandá indica proveniência mineira.*



18 — *Meia-cômoda de principios do século XVIII, proveniente de Paracatu' Minas Gerais. Tem como único enfeite a saliência irregular das suas almofadas. Já se acha muito estilizado o seu pé curvo*



19 — *Meia-cômoda de jacarandá, proveniente de Minas Gerais. Os pés, as molduras das gavetas, que em parte se encontram de lado, o sistema irregular das mesmas, e a própria sobriedade do ornato, consistindo num filete e uma concha em cada face, são característicos do principio do século XVIII.*



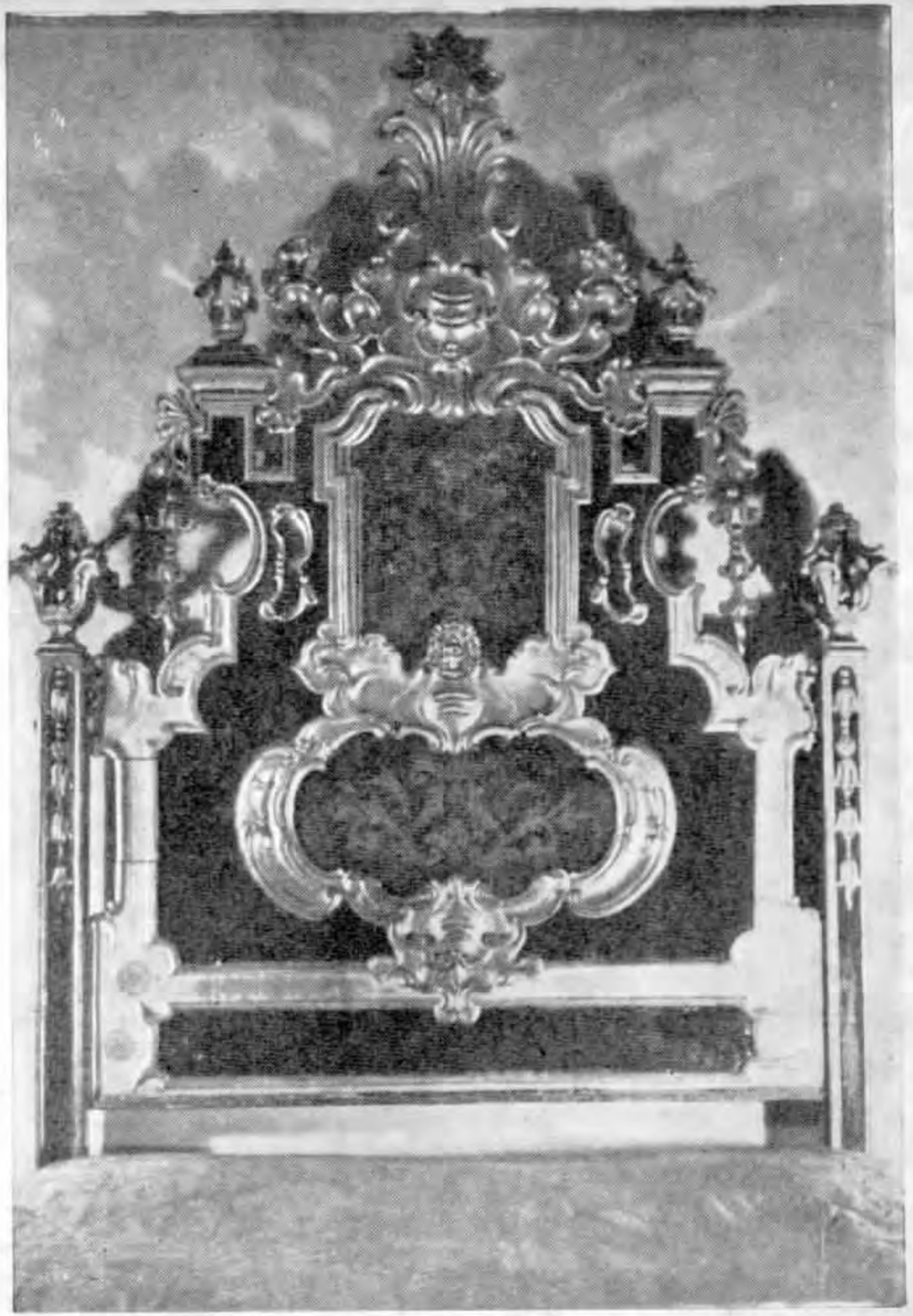
20 — *Cômoda-secretária D. Joāc V, de jacarandá, presumivelmente de meados do século XVIII, proveniente de Corinto, antiga Curralinho (Minas Gerais), típica do mobiliário brasileiro. Deve ter sido primitivamente pintada e dourada na parte das esculturas. Suas superfícies lisas haveriam de convidar o decorador. Todavia não se encontram moveis semelhantes conservando a pitura primitiva.*





21 — *Cama de jacarandá, proveniente da zona de Paracatu', em Minas Gerais. Este exemplar é particularmente interessante, porque revela inspiração indígena na decoração da tábua da cabeceira. A estrutura geral do móvel tem os característicos do século XVII. As espirais em alto relevo se destacam sobre um fundo branco e são pintadas em sua parte externa de vermelho; o ornato central, de amarelo; a tábua do fundo é debruada de azul e as colunas, de roxo. A pintura da tábua de baixo, talvez mais recente, representa festões e margaridas de tom cinzento sobre fundo roxo.*





22 — Cama de peroba, pintada e dourada. As esculturas são douradas sobre fundo liso pintado numa cor escura, de fumo, fosca. Na ornamentação, além da margarida estilizada, caracteristica da segunda metade do século XVIII, encontram-se reminiscências do estilo D. João V. A altura do espaldar é de 2,75 ctms. Largura de 1,60 ctms. Foi encontrada num leilão no Rio de Janeiro, desconhecendo-se a quem pertenceu.

A LITOGRAFIA NO RIO DE JANEIRO

Sua instituição, primeiros mestres, alunos e trabalhos

Em indagações constantes, nunca tive quem me explicasse com detalhes ou com a devida exatidão os primórdios da litografia na terra carioca. Certos *mestres* aos quais consultei, não se mostraram indecisos, articulando barbaridades incriveis! Daí, sentir-me ansioso por desvendar o assunto, jámais versado com clareza.

Linhas abaixo, direi o que pude encontrar, afim de que algum leitor esclarecido possa aduzir informes mais completos.

Data do reinado de Dom Pedro I a instituição da arte litográfica no Rio de Janeiro.

Com a chegada do Príncipe Dom João, entre os inúmeros estabelecimentos criados, figura o Real Arquivo Militar, pelo Decreto de 7 de Abril de 1808, à semelhança do que existia em Portugal desde 1802, com uma secção de gravura sobre chapas de cobre, ou a talho doce, afim de reproduzir cartas e mapas.

Á nóvel instituição do Príncipe Regente foram recolhidos todos os mapas, cartas, planos geográficos, topográficos, hidrográficos e iconográficos que se distribuiam pelas diversas repartições do Estado, afim de serem devidamente classificados, extraindo-se, dos que pudessem mais interessar, cópias manuscritas ou gravadas. (Bacharel Pedro Torquato de Brito, in *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo XXXIII, parte II, pags. 21-25).

A gravura no Arquivo Militar estava sob a direção do brigadeiro, comandante do Corpo de Engenheiros, Joaquim Norberto Xavier de Brito.

A litografia substituiu no Arquivo a secção de gravura em cobre e em aço, reproduzindo-se em pedra os mapas, cartas e planos que, por sua importância, convinha fossem vulgarizados.

Em um documento de 18 de Dezembro de 1824, indicava o brigadeiro diretor do Arquivo a aquisição de uma litografia e de um artista perito para esse ramo de serviço.

Cumprindo imperiais determinações, o diretor apresentou, em 30 de Agosto de 1825, relação dos objetos necessários para a instalação de uma oficina litográfica.

Em 10 de Setembro do mesmo ano o diretor dava conta que João Steinmann, acabado de chegar ao Brasil, lhe fizera entrega dos seguintes objetos litográficos vindos de França: uma prensa grande, uma dita portátil, uma caixa com 76 folhas de zinco, dois caixilhos de ferro, quatro rolos, três peneiras, duas pedras mármores, papel, tinta, agua forte, etc.

Os trabalhos da nova oficina começaram em 25 de Janeiro de 1826, na casa em que João Steinmann residia, no Beco Manoel de Carvalho n.º 2, canto da rua da Ajuda. Esta circunstância levou o Dr. Melo Morais, pai, a considerar tal litografia como pertencendo a Steinmann, naquela época.

Estabelecida a litografia, por Aviso de 23 de Outubro de 1826, comunicou-se ao Diretor do Arquivo Militar, por Aviso de 7 de Dezembro do mesmo ano, o contrato celebrado em Paris no dia 1.º de Agosto de 1825 com o dito Steinmann, para o cargo de professor de litografia, durante cinco anos.

Não havendo no edifício da Academia Militar, onde se achava então estabelecido o Arquivo Militar, cômodo para armar-se a grande prensa, propôs Steinmann (a quem, por Aviso de 23 de Novembro de 1825, se mandara entregar todos os objetos vindos de França), como meio mais conveniente, a instalação da oficina em sua residência, no canto da Rua da Ajuda com o Beco de Manoel de Carvalho. Diz Melo Morais que até 1860, se lia na parede daquela casa, a palavra *Litografia*.

João Steinmann era o professor de litogravura, tendo como discípulos os soldados do 27.º Batalhão de Estrangeiros, I. Néedergessas e K. Mohr, e três soldados da aula de Ensino Mútuo, e do paisano Antônio Rodrigues de Araújo.

Entre as providências pedidas pelo brigadeiro diretor, em 11 de Janeiro de 1826, nota-se a de poder aplicar ao serviço da litografia os soldados estrangeiros acima mencionados, propostos por Steinmann e para escolher entre os militares que estudavam na aula do Ensino Mútuo, na rua da Guarda Velha, junto ao Quartel General, dois ou três de su-

ficiente capacidade para se exercitar na escrita inversa sobre o papel de pedra e no desenho próprio da arte litográfica, etc., oferecendo-lhes a expectativa das suas baixas e de um ordenado de 150$000 no fim de dois anos.

O diretor solicitou, em 25 de Fevereiro de 1826, a nomeação do Alferes Sebastião Carlos Abelée, desenhista do Arquivo, para professor de desenho litográfico, e a admissão, como alunos, do paisano Antônio Rodrigues de Araújo e de outros moços que se quizessem aplicar ao estudo da litografia.

Dos ensaios de escrita e de diferentes gêneros de desenhos feitos a pena, em gravura e a lapis, passaram esses alunos a exereitar os processos de preparação das pedras e da impressão. Ao mesmo tempo, o professor Abelée executava vários desenhos das convenções para os trabalhos topográficos, e o Mapa do Rio de Janeiro. (1).

Convencido o Diretor do Arquivo de que a medida proposta pelo litógrafo Steinmann de estabelecer a litografia na casa de sua residência, longe de ser proveitosa, era abusiva, indicou, a 18 de Maio de 1826, como mais conveniente, a transferência da mesma litografia para as lojas da casa assobradada, onde morava, no número 207 da rua da Ajuda.

No novo domicílio prosseguiram os estudos litográficos, admitindo-se mais três soldados da aula do Ensino Mútuo, e moços paisanos que se queriam dedicar à nova profissão.

Retirando-se o excelente professor Steinmann, por ter findado o seu contrato em 1.º de Agosto de 1830, foi Sebastião Carlos Abelée, já 2.º tenente, admitido em seu logar, nas mesmas condições. Pedindo licença para ir à Europa, deixou o cargo, em segunda ocupado por Pedro Victor Larrée (falecido em 1858), que, passando algum tempo, abandonou a oficina, sem licença do Governo, ausentando-se do Rio de Janeiro. Admi-

---

1) — Em 1812 deu-se princípio aos trabalhos do levantamento da planta da cidade do Rio de Janeiro, na qual se empregaram: o marechal de campo Cony, brigadeiro Andréa e outros oficiais do Corpo de Engenheiros. Em 27 de outubro de 1825 começaram os trabalhos do levantamento da Carta Topográfica da Província do Rio de Janeiro, principiando pela planta da cidade, debaixo da direção do brigadeiro Henrique Isidoro Xavier de Brito. Trabalharam nesta comissão que finalizou em dezembro de 1828 os seguintes: Capitão Joaquim Candido Guillobel, Adolfo Lillebon, Capitão Pedro Pézerat, Capitão Eduardo Kertschmar, Tte. Jorge Hartman, todos do Corpo de Engenheiros.

tido em 23 de Junho de 1834, sob novas condições, como professor durante três anos, logo abandonou a oficina do Arquivo para dirigir a que estabeleceu em 1835, na rua Direita n.º 20.

Esses fatos e a dificuldade de encontrar-se um litógrafo hábil para desempenhar as funções de mestre e dirigir os trabalhos artísticos da oficina, determinaram a nomeação de um oficial do Corpo de Engenheiros para fiscaliza-los, visto que era muito sensivel o adiantamento dos alunos, alguns dos quais podiam dirigir os trabalhos de gravura e de impressão.

Perpetuando a primeira fase das atividades litográficas no Arquivo Militar, encontramos, no precioso acervo da Biblioteca Nacional, uma alegoria alusiva à morte de Dom João VI, desenhada e litografada pelo pintor Arnaud Julien Palière e oferecida pelo autor a Dom Pedro I, em memória do falecimento de seu pai.

Palière era professor da Academia Militar, Capitão graduado do Imperial Corpo de Engenheiros, pintor da Imperial Câmara. Veio para o Rio de Janeiro no tempo de Dom João VI.

Preciso dizer alguma coisa sobre João Steinmann, nosso primeiro professor oficial de litografia. Era suiço e um perfeito cartógrafo. Deixando a litografia do Arquivo em fins de 1830, figura seu nome no *Almanack Nacional do Commercio do Imperio do Brasil,* publicado por Emilio Seignot Plancher em 1832, como estabelecido á rua do Ouvidor n.º 199. No catálogo da Exposição da Biblioteca Nacional, de 1881, vemos alguns dos seus trabalhos catalogados sob números 17851 a 17856, representando costumes. A bem da verdade, diga-se que ele não era figurista. Belos são os seus mapas, em número de dois, feitos na oficina da rua do Ouvidor e existentes na Biblioteca. Steinmann pouco permaneceu aqui, partindo para a Suiça, onde se estabeleceu.

Entre os albuns de vistas do Rio de Janeiro feitos no começo do século passado, figura o que Steinmann, em 1836, executou em Basiléia, intitulado *Souvenirs de Rio de Janeiro.* Consta de portada com vinhetas de plantas do Brasil e dois conjuntos de costumes da época e doze litogravuras medindo cada uma 11 x 17 cms., coloridas com maestria e raramente em preto. Dessas deliciosas pequenas vistas, nove foram desenhadas por Steinmann, duas por Kretschmar e uma por Victor Barrat.

Todas são gravadas pelo aquatintador e gravador Frederico Salathe. Esses albuns eram vendidos em Paris nas casas de Rittner e Goupil. Creia o caro leitor que, se muito devemos a Debret, não menos devemos a João Steinmann, editor desse pequeno e maravilhoso album de vistas do Rio.

Em seguida à Litografia do Arquivo Militar, apareceram os estabelecimentos particulares, dos quais tratarei em próximo artigo, sendo o primeiro o de Luis Aleixo Boulanger.

No Segundo Reinado, diversas repartições crearam oficinas litográficas, notando-se a da Repartição de Obras Públicas, do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e nas Províncias, sem terem, contudo, a projeção da do Arquivo Militar.

A litografia bastante contribuiu e contribue para o desenvolvimento cartográfico e iconográfico do país; pois o Serviço Cartográfico do Estado Maior do Exército. com suas modernas prensas, não é mais do que uma afirmação da antiga oficina. Por esse processo foram feitos retratos, albuns de vistas e de costumes brasileiros. O Segundo Reinado constituiu a época áurea da gravura sobre pedra. Todos os homens notáveis do Brasil, foram fixados através da litografia, em livros e em estampas avulsas que se tornam cada vez mais preciosas como documentação daqueles tempos.

FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS.

ESTILIZAÇÃO

A estilização não é um fenômeno artístico que, como todos os outros, tem uma base psicológica. Penso que é mais um fenômeno psicológico que se aproveita dos processos da arte para manifestar-se. O que nela existe de propriamente artístico só se revela nos últimos graus da sua intensidade; ao começar, mal se arrima ao que a arte lhe oferece. Como as ondas encarneiradas do mar que o vento açoita, ela surge imperiosa nos seus contornos e no seu tamanho, mal delimitada, caótica na timidez das estréias... Depois afirma-se, e então a arte apropria-se inteiramente dela e é quando adquire caráter acentuado de fenômeno estético. Não fosse assim, não haveria, na Escola de Belas Artes, lugar para que um modesto antropólogo viesse conversar a respeito do tema. Mas a antropologia não é hoje mais a exclusiva apaixonada das caveiras e, sem renunciar ao minudente estudo das feições morfológicas da espécie, vai, cada vez mais em nossos dias, consagrando-se às pesquisas superiores e difíceis da fisiologia e principalmente da psícologia dos grupos humanos. E' mesmo interessante notar que, tendo chegado muito depois, ela hoje contribue, de uma maneira formal, para o esclarecimento de muitos assuntos que outróra, sem o seu concurso, eram questões insolúveis. Se a filosofia, a religião e a arte são fenômenos objetivamente documentados por argumentos tangíveis recolhidos, comparados e classificados pela "história natural da espécie humana", basta lembrar que a sdoutrinas em moda consideram certas doenças mentais: paranoia, psicose obcessiva, histeria, como sendo a deformação de tais fenômenos que só aparecem na alma coletiva; deformações de uma filosofia, de uma religião ou de uma arte. Os fatos do totemismo e os do tabú, que tanto elucidam os fenômenos da ambivalência dos instintos afetivos, dão direito de ingresso à antropologia no confuso e ao mesmo tempo fascinante território da psicologia artística.

Será, se quiserem, ao mesmo tempo um privilégio e um precalço da nossa éra, o que a ciência vai realizando na desarticulação gradual

mas segura de tantos conceitos com os quais a humanidade foi crescendo. Mas ninguem contesta essa verdade. Nem mesmo os impenitentes retóricos que procuram fugir às tenazes do racionalismo científico enovelando-se nas fórmulas modernas com que a metafísica os favorece...

A' medida que a psicologia étnica se torna mais precisa, uma porção de ideais, que pareciam livres construções, pensamentos individuais, vão sendo atingidas. Diante da moderna psico-fisiologia, a personalidade do artista já não é sempre indecifravel, o seu temperamento é muitas vezes elucidado com segurança, os impulsos afetivos que o guiaram são traduzidos em fórmulas acessiveis, a alma é lida nos seus quadros, porque neles o inconciente transparece. Nem por isso perde a arte o prestígio antigo e eterno. Continúa a ser o supremo encanto da vida. Nem por conhecer melhor as minúcias das flores, deixam os naturalistas de encontrar o espetáculo da beleza.

* * *

O estilo depende de muitas condições gerais, cosmológicas e humanas em um processo psíquico particular; a estilização, que é esse processo particular, nasce de condições ambientes mais restritas, depende mais de feições atuais.

O estilo é a tradução estética integral da alma do povo; a estilização é um gesto artístico.

Todos os grupos humanos são capazes de estilização; nem todos conseguiram criar um estilo. Faltou aos que não atingiram esse nível a transmissão hereditária dos conceitos psicológicos que só com o germe da raça, preservado de contactos deturpadores, transitam pelas gerações. E foi assim que surgiu e cresceu um estilo puríssimo desdobrando-se na magnífica cerâmica de Marajó, obra de arte de imperecivel beleza, que insulados primitivos imaginaram e construiram nas regiões cortadas pelo Equador. Que os que ainda julgam a civilização flor de climas temperados, lancem um golpe de vista naquelas maravilhas (Fig. n. 1).

* * *

Muitos acreditam que a arte surgiu com a estilização das formas naturais. Eu não penso inteiramente assim. Costumo dividir as manifestações gráficas dos povos primitivos em quatro grandes grupos:

1 — Desenho esquemático
2 — Desenho estilizado
3 — Desenho naturalista
4 — Desenho simbólico.

No desenho esquemático encontro as primitivas manifestações da arte popular. Não depende de nenhum indivíduo mais bem dotado. E' uma tentativa de gesticulação, ainda imprecisa mas claramente intencional. Não se busca no desenho esquemático a beleza; procura-se a verdade prática. Acha-se a beleza, porque é companheira da verdade... A ciência tem nisso, talvez, o seu maior encanto...

O desenho esquemático é sempre particular, representa antes as relações das partes que compõem o objeto. A forma por si só, nele, é secundária. Consagra-se especialmente aos motivos estáticos. Nos primitivos como na criança, é o primeiro sinal da preocupação expressiva por métodos gráficos; e como não abandona a verdade natural, é muitas vezes o que os etnólogos alemães chamaram *desenho radiográfico,* no qual as partes invisiveis do objeto são representadas como se, ao desenhar, o autor as tivesse realmente diante dos olhos. Não registra sempre só o que vê, e sim o que sabe que existe, embora oculto. Não é possível, por todos os motivos, deixar de inclui-lo entre as manifestações iniciais da arte, mesmo porque o desenhista deixa ali a marca da sua personalidade, dando-lhe atributos que tira do seu repositório psíchico.

Quando, no seio da população primitiva, surgem alguns indivíduos anormais para o meio, tipos que a psicologia moderna enquadra entre os chamados *eidéticos,* o desenho esquemático atinge à estilização. Jaensch denominou eidéticos ou visuais, "aos indivíduos que possuem a faculdade de formar imagens óticas concretas". São pessoas que, depois de haver contemplado o objeto, são capazes de revê-lo subjetivamente. Podem os eidéticos, segundo as experiências feitas por Jaensch, projetar mentalmente as imagens, em téla virgem, respeitando as dimensões do original. A memória visual, por si só, não basta para explicar o fenômeno. Os eidéticos são capazes de sonhar acordados. O sonho artístico, como se vê, tem muito de eidético e portanto de anormal. Veremos adiante a importância da noção, quando tentarmos estabelecer os principais tipos de estilização.

Em rigor, é às vezes impossível distinguir o desenho esquemático do desenho estilizado. Faz-se, não raro, insensivelmente, a transição entre os dois, como nas faixas do arco-iris a sucessão das côres. Em regra, o estilizado representa seja o específico, seja o geral, seja o dinâmico. Direi mesmo, para melhor precisar o meu pensamento, que o estilizado é um esquema da espécie; ao passo que o desenho denominado estilizado do indivíduo é, afinal de contas, um esquema. Além disso, só o desenho estilizado e o naturalista podem representar o movimento em toda a sua pureza dinâmica. Nas esculturas prehistóricas, nos desenhos das cavernas, nas figuras dos povos selvagens, como nas grandes obras de arte do mundo culto, sempre que se descobre um movimento — expresso ou implícito, como queria Rodin — existe a estilização. Ela se manifesta principalmente nas linhas que marcam as atitudes. A atitude estiliza o movimento. (Figura 2).

Vê-se, por tudo isso, que não basta *reduzir ao essencial* um ser para realizar a sua estilização. O processo é mais complexo. A personalidade do autor influe diretamente para que a figura não degenere em simples esquema. Nem é por outro motivo que muitos fazem *esquemas*, pensando que realizam definitivas *estilizações*...

* * *

O desenho naturalista é sempre mais ou menos complexo. Só a fotografia é capaz de reproduzir aproximadamente a natureza. Vinte artistas traçam na téla a praia de Copacabana; resultam vinte quadros diversos, ainda que os autores sejam discípulos do mesmo mestre, tenham a mesma edade e trabalhem em condições idênticas. Mas ainda assim, não é difícil observar que, em alguns, a estilização reponta espontaneamente. Têm estilo e estilizam muitos atributos dos seus quadros. Outros, embora tendo estilo próprio, não deixam perceber estilização nos objetos que fixam na téla.

O gesto artístico do povo está vivo em "Caipiras" de Almeida Júnior. Já é um esboço forte de estilo nacional.

* * *

O artista transforma o *desenho esquemático* primitivo em *desenho estilizado* dos albores da cultura humana. O sacerdote, por influxo da



Fig. 1
Vaso gravado. Marajó.
N.º 8.639 - Coleção Museu Nacional

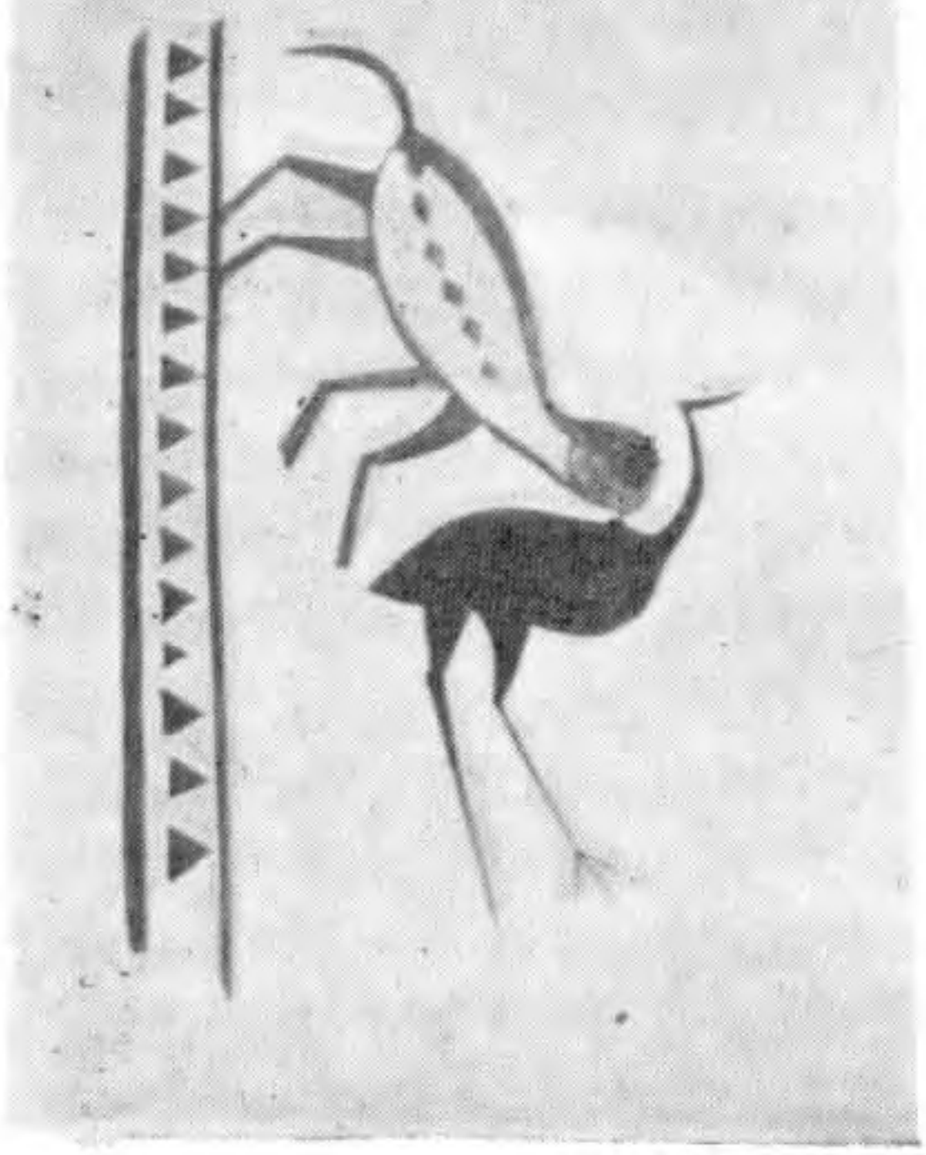


Fig. 2
Onça saltando sobre uma ema
Desenho dos indios Parecis. Rondonia. - Exc. Roquette-Pinto

religião que interpreta, faz aparecer o *desenho simbólico*. Arte e religião, no sentido social, andam sempre de mãos dadas, seja no fetichismo, seja no monoteismo ou mesmo nas fases superiores da crença científica. Mas o desenho simbólico, que no Egito parece ter tido o mais exuberante desenvolvimento conhecidó, já se afasta muito da natureza, em grande número de casos, e em tais circunstâncias perde contacto com a estilização.

* * *

Definido o lugar do desenho estilizado entre os tipos da expressão gráfica, convém passar agora a examinar outro ponto altamente interessante. Vimos a função do espírito artístico na criação da estilização. Mas esse espírito, por sua vez tem, entre os primitivos como nas crianças, o surto condicionado por um fenômeno geral da psicologia humana, estreitamente ligado aos inícios da religião, que é o totemismo. Seja qual for a teoria que se adote para explicar o totemismo, e elas são numerosas, é ponto incontroverso que ele pode ser definido como *fetichismo específico*.

O fetiche, então, não é um dado ser; é a *espécie* a que este pertence. Essa base fundamental do totemismo completa-se, para alguns, com a exogamia imprescindivel.

Tenho como provável que foi o totemismo dos primeiros artistas que os levou, na maior parte das vezes, a estilizar nas cavernas da França, da Espanha, etc., as maravilhosas figuras animais ali descobertas. O totem é sempre uma espécie animal ou vegetal, um fenômeno natural. Quasi sempre é um animal, que se considera sagrado e ao qual se presta culto filial. Em compensação, o totem prestigia o povo. Em certas ocasiões é sacrificado, com determinado ritual, que foi chamado *banquete totêmico*. Nem sempre, porém, terá sido possivel ao homem primitivo, encontrar na hora desejada, o seu totem. Outras vezes, terá sido obrigado a render-lhe homenagens especiais, quando o tipo animal necessário não se encontrava ao alcance. Deve ter tido, nessas condições, a necessidade de crea-lo para fins religiosos. Sabemos hoje que, entre os primitivos, a *idéia* confunde-se com o *sêr* e que a figura de um objeto não é apenas a sua representação; é um dos modos de ser de sua individualidade. De sorte que, na ausência do totem,

a figura estilizada do animal supre a grande falta. Os melhores desenhos das espeluncas européias foram quasi sempre gravados nas partes mais escuras e quasi inaccessiveis. Tratou-se de colocar o totem, assim criado, em condições de recato e proteção. Não discuto se a arte dos primitivos nasceu apenas da aplicação inconsciente da energia psicomotora exuberante, sobras da atividade venatória ou guerreira (*surplus energy*); se nasceu da curiosidade, consequência natural das funções intelectuais (indução, dedução e expressão); se foi desde logo *arte pela arte*, no anseio irreprimivel de melhorar o ambiente. O que não me parece aceitável é liga-la à magia pura e simples. *Magia* e *animismo* são termos infelizes de que os etnólogos modernos vão usando e abusando. Animismo não significa grande coisa. São animistas todos os que não chegaram a um conceito do universo regido por leis gerais e imutáveis. Magia, por outro lado, é sobretudo um conjunto de práticas rituais; não é, penso, crença por si mesma. E' processo prático de fazer valer os poderes superiores em que o indivíduo acredita. De sorte que, dos três elementos fundamentais de todas as religiões: *dogma, regime* e *culto*, ela não cabe senão no último e não parece suficientemente eficaz na génese da arte. Suas grandes patrias clássicas foram a India, o Egito e o mundo greco-romano, de onde ela se espalhou pela cristandade medieval; são ainda hoje seus recessos as regiões em que domina o politeismo africano. Entre primitivos fetichistas totêmicos seria a prática da magia um rito sem dogmas.

* * *

Será possível estabelecer mais de um tipo de estilização quanto à génese psicológica de cada qual? Não sei até que ponto tenho conseguido resolver esse problema interessante. Seja como fôr, o exame da questão leva-me a propor uns tantos tipos provisórios.

A *estilização intencional* é a que se manifesta nos casos até agora referidos. Foi suficientemente caracterizada na primeira parte desta palestra.

A *estilização inconsciente* resulta do fenômeno da ambivalência dos impulsos afetivos, que, conforme o conceito de Bleuler, é caracterizada por dois pendores contrários, sempre existentes em cada caso afetivo: tendência e proibição (dinamogenia e inhibição).

Para os psicoanalistas, se a *proibição* é consciente, a tendência proibida que, no indivíduo perdura insatisfeita, é inteiramente inconsciente. E assim permanece, até que, sob qualquer simbólico disfarce, ressurge em momento dado. Como no sonho, os desejos recalcados tomam, na obra de arte, as formas que a consciencia tolera. E a estilização inconsciente dos símbolos oníricos pode, sem que o artista o perceba, repontar no quadro em posições insólitas. E' o que acontece no quadro de Leonardo da Vinci que mereceu minucioso estudo de alguns discípulos de Freud. Um deles — Oskar Pfister — encontrou na téla de Leonardo em que se vêm Santa Ana, a Virgem e o Menino Jesus, inconscientemente estilizado nas dobras do manto que envolve uma das figuras, o perfil de um abutre, ave perseguidora do artista desde a mais tenra edade; imagem que o grande mestre, ao que dizem os psico-analistas, trazia no seu subconsciente como símbolo de idéias eróticas recalcadas.

A estilização, nos produtos da atividade humana, pode talvez ser considerada, pondo de parte o seu aspecto psicológico, como caso particular de um fenômeno natural muito mais geral. Seja o homem simples paciente, colocado no posto de modesto observador ou mesmo ator inconsciente do espetáculo natural, muitas vezes surge a *estilização espontanea,* pela qual certos quadros naturais se repetem e se simplificam. Não me parece razoavel excluir deste estudo a menção daqueles casos em que a própria natureza estilizou formas ou atitudes. Nos seres inferiores, plantas ou animais, diatomáceas, corais, estrelas do mar, existe o fenômeno bem acentuado. Os irmãos gêmeos representam, igualmente, verdadeira manifestação do mesmo tipo. Em tais indivíduos, a *forma específica* domina a *forma individual,* o que constitue um dos característicos da estilização.

Não é bem isso, porém, que desejo salientar como estilização espontanea desde que se trata de estudo mais diretamente ligado a manifestações técnicas. Desejo apontar fenômeno muito mais complexo e interessante. Recordo-me haver lido numa das páginas mais perspicazes de Taine o paralelo que estabelece, em frases límpidas, como água que desce da montanha, entre o domínio da *linha* nas regiões de clima seco e a vitória da *mancha* nos recantos brumosos ou húmidos. "Em

verdade, diz o mestre, uma cidade do sul, uma paisagem da Provence ou da Toscana é apenas um simples desenho. Com papel, *fusain* e côres débeis de lapis, pode-se representa-las inteiramente. Na Holanda, ao contrário, a terra é verde e manchas vivas em quantidade rompem a uniformidade do prado universal".

Assim, a própria natureza ofcrece aos olhos grupos de formas simplificadas; as cidades da terra seca estilizam-se por si mesmas. Ao artista, com a sua personalidade, cabe apenas registrar o fenômeno.

Outras vezes, como na figura de um atirador da Rondônia, a estilização da atitude é ainda mais flagrante. Não é *um índio* que atira a flecha por elevação; não é *aquele índio;* o sol gravou na chapa fotográfica o *archeiro* que ali está estilizado, no recorte dos seus gestos, no busto empinado, nos membros inferiores que se armam na posição mais favorável, na saliência dos músculos retesados pelo esforço, no arrojo forte e ágil ao mesmo tempo, com que ele retira o braço quando solta a corda do arco que mandou ao céu a flecha da sua escolha, serva obediente dos seus desejos. (Figura n.º 3).

* * *

Um notável professor de Marburg, E. Kretschmer, formulou algumas leis que lhe parecem condicionar os processos de expressão, verbais ou gráficos dos povos primitivos. Acredita ele que as artes plásticas são sempre dominadas, nos pródromos da cultura, pela *aglutinação* das imagens. No Egito, na Índia, na Grécia, no México, a arte mostrou grande predileção pelos seres compósitos: esfinges, centáuros, sereias, etc. Os próprios anjos do catolicismo são figuras dessa categoria (homens e aves).

A observação é até certo ponto verdadeira. Mas a localização cronológica do fenômeno não é feliz. Não é feliz porque ninguem tem hoje o direito de considerar *primitivos* indûs, egípcios, gregos, maias, etc.

A aglutinação das imagens é mais recente, em comparação com os verdadeiros primitivos prehistóricos ou com os selvagens atuais. Acredito que ela tenha origem antes nos restos do *fetichismo infantil,* latente nas camadas profundas da alma de todos os adultos e se reafirme quando encontra meio favorável, tal qual aconteceu entre aqueles povos. Por

outro lado, só a estilização pode permitir as figuras compósitas e condensadas. Para Kretschmer são exemplos destas últimas as representações geométricas de figuras zoológicas; assim os índios do Xingú representam abelhas sob a forma de losangos, morcegos sob a forma de triângulos, etc. No meu conceito, porém, isso já não é mais *estilização*. Encontramo-nos diante de verdadeiros *símbolos*, que são sempre mais ou menos convencionais. (Figura n.º 4).

Bem mais interessante é o que diz o mesmo professor quanto às *leis da estilização* e quanto à interpretação da *arte expressionista*. A estilização na síntese de Kretschmer deriva de um conjunto de tendências psicológicas:

a) — Tendência para dar *relevo ao essencial;*
b) — Tendência à *simplificação da forma;*
c) — Tendência à *repetição* (simetria bi-lateral ou repetição morfológica).

Na estilização, diz ele, o autor dos desenhos transforma o material que lhe fornece o ambiente, de modo que o resultado é um compromisso entre a imagem exterior e as tendências próprias do indivíduo que as reproduz.

Isso é verdade, mas Kretschmer, ao que penso, não distingue o *desenho esquemático* do *desenho estilizado* e muitas vezes nem mesmo o *simbólico*. Assim ele reproduz, de trabalhos etnográficos realizados no Brasil por Max Schmidt e Karl von den Steinen, desenhos simbólicos de homens, aves, peixes, abelhas, morcegos, como se fossem estilizações.

Tanto nas cavernas da Europa como no material indígena atual do Brasil, é comum encontrarem-se desenhos de animais em que foram representados órgãos internos normalmente invisíveis: coração, ossos, etc. Esse desenho radiográfico de que já falei nunca se encontra estilizado. E' próprio dos esquemas. Constitue o chamado *realismo intelectual* de Luquet e faz parte daquilo que Max Verworn chamou *arte ideoplástica* em contraposição com a *fisioplástica*.

Kretschmer parece ter toda razão quando mostra que o *relevo ao essencial* constitue manifestação da *catatimia*, que é a transformação

dos conteúdos psíquicos por influência de fatores afetivos. De fato, o que nos parece essencial em qualquer objeto é justamente o que mais desperta os nossos sentimentos. E é por isso, diz ele, que, seja qual for o desenvolvimento da arte, a estilização permanece eternamente a sua mais pronunciada característica.

Onde, porém, Kretschmer parece-me ter sido de uma grande felicidade é na correlação que estabelece entre as *tendências rítmicas* da nossa vida psicomotora e a estilização repetida dos motivos ornamentais. O Prof. de Marburg não conhecia o interessante trabalho de Carlos Frederico Hartt, publicado nos Arquivos do Museu Nacional em 1885, sobre a origem e evolução da ornamentação. E' notável como se ajustam, até certo ponto, os dois pesquisadores. Hartt é muito menos psicólogo. Sua teoria é de naturalista; ele mesmo a chamou "uma espécie de darwinismo". "A evolução da arte decorativa é devida, escrevia Hartt, em primeiro logar à tentativa contínua de dar mais prazer à vista e em segundo logar pela *sobrevivência do mais belo,* ou, em outras palavras, do *mais próprio*. Um ornato adaptado aos olhos, é realmente belo e conserva-se; ao passo que as formas mal feitas e mal adaptadas morrem". Vê-se que o conceito de Hartt é realmente demais objetivo. *Um ornato adaptado aos olhos* para ele, é uma figura que não dá demasiado trabalho aos músculos motores dos globos oculares...

Em todo o caso, o sentimento de prazer que ele acentua no indivíduo que contempla tais ornatos, aproxima-se da catatimia.

Não posso, porém, aceitar a opinião de Kretschmer quando dá ao *esquemático* logar mais elevado em relação ao *estilizado*. Para ele a estilização é o fenômeno primário. Em vista do que venho expondo, isso não me parece admissível.

Karl von den Steinen julga que o *desenho comunicativo* foi o inicial. Os métodos de trabalho e a natureza do material fizeram surgir a estilização, segundo a opinião desse ilustre mestre. Não é possível negar tais influências. As figuras quasi inconscientes que o lapis ocioso traça na folha de papel ou as esculturas em miolo dc pão, que dedos distraidos amassam, nos momentos *post-prandium,* bastam para o demonstrar... A admirável arte dos negros africanos, tão bem documentada em um



Fig. 3
Indio Nambikuara flechando por elevação
Foto Roquette-Pinto

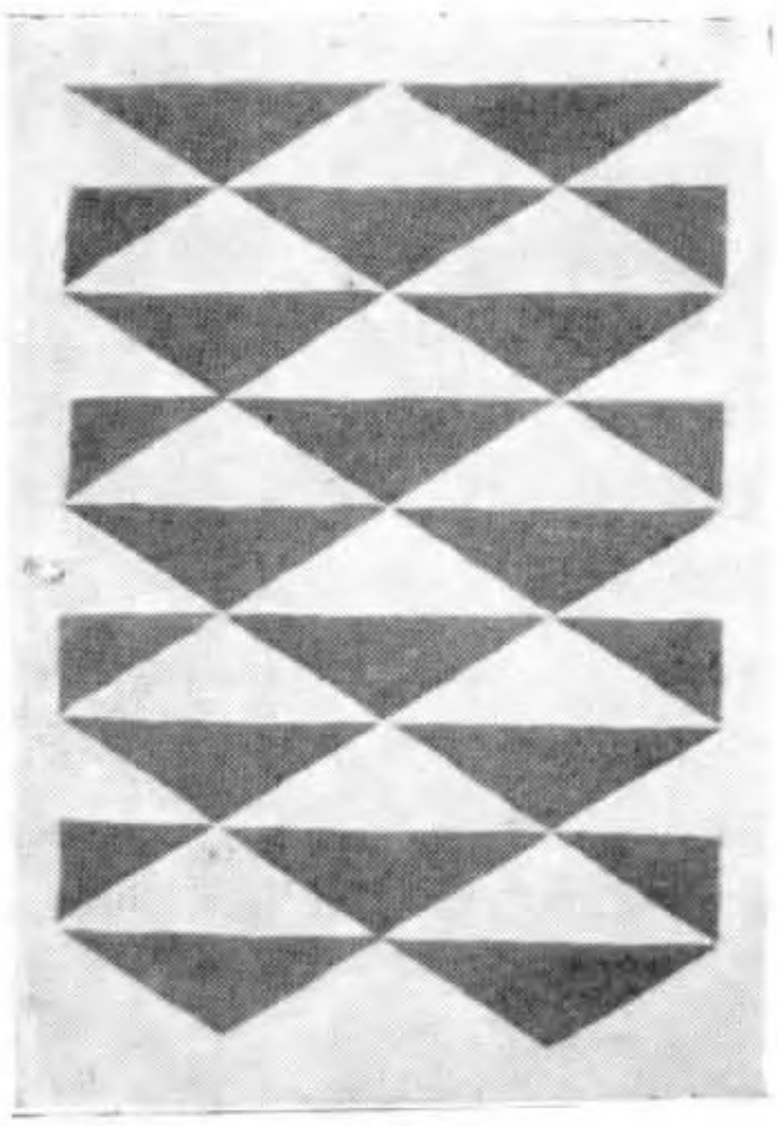


Fig. 4
Morcegos pendurados
Desenho dos indios Aueto do Xingu',
segundo von den Steinen

livro notável de Hardy, deixa ainda mais clara a importância do material como elemento favorável ao surto da estilização.

Haddon tentou estabelecer um método de filiação histórica para o estudo da arte primitiva e julga que a cópia servil da natureza foi o início.

Comparando os desenhos infantis com os dos primitivos, julga Max Verworn que as nossas crianças começam pela arte ideoplástica enquanto que os primitivos principiam pela fisioplástica:

Koch-Gruenberg estudou com particular atenção o surto da arte selvagem no Brasil. Para ele tambem o desenho é primeiro *communicativo* e só mais tarde *estético*. Os atributos ou minúcias das figuras são tratados como partes independentes, de onde resulta a falência das proporções. A importância que tem o indivíduo ou objeto desenhado faz com que aumentem ou diminuam o tamanho da reprodução. O chefe da expedição era muito mais baixo do que o seu auxiliar; no desenho, os índios fizeram o chefe em ponto muito maior, porque era ele quem mandava...

Os vegetais poucas vezes aparecem. Os animais superiores são preferidos porque despertam, pelas suas funções de relação, os sentimentos do artista. O chamado *desenho descritivo* é uma tendência marcada para o simbolismo, mediante simples esquematização.

Barnes e Levinstein caracterizaram, no desenho infantil, as chamadas *figuras históricas*, que tambem se encontram entre os primitivos; cenas em que ha um projeto de realização.

Ao nosso ilustre amigo, Professor Max Schmidt, coube demonstrar que certos motivos ornamentais, que entre os índios têm nome de plantas e animais, sugerindo assim a possível estilização de tais seres, não passam de reproduções de ornatos derivados de tipos especiais de trançados ou tecidos. E' uma observação importante que nos deve levar a honesta prudência, na interpretação da arte indígena.

De todos os povos civilizados foi o japonês aquele em que a estilização atingiu requinte singular. E' notável que os artistas japoneses procedem de modo oposto ao que vimos entre os índios: as figuras principais, nobres, sacertodes, são sempre esteriotipadas. Não ha duas caras diferentes. As figuras de classe inferior e o resto dos atributos da

composição mostram, juntamente com o dinamismo das atitudes, a inexgotável fantasia dos artistas japoneses.

* * *

Ha alguns anos, era de regra assimilar os desenhos dos loucos e das crianças aos dos primitivos. Marcel Reja, em 1907, Hamy, em 1908, identificando a arte dos primitivos com a das crianças, caracterizam, no entanto, a dos selvagens pelo espírito de síntese que falta na outra. Tambem as figuras das tatuagens dos criminosos são em geral ideográficas e descritivas, conforme Lombroso observou em 1894, estudando os palimpsestos das prisões.

Atualmente a arte dos loucos não póde ser mais considerada de maneira tão simples. A razão é que na arte dos sãos póde haver muito da arte dos dementes; e na destes dão-se, às vezes, fenômenos que explicam a evolução psicológica dos primeiros.

O artista é sonhador. Na denominação de Jaensch, é sempre mais ou menos *eidético*. Ora, o fenômeno que consiste na faculdade de formar imagens ópticas concretas é frequente na infância e nos primitivos. A idade e a civilização parecem torna-lo cada vez mais fugaz. Menos em certos artistas que são, dest'arte, tipos especïalmente aptos à estilização.

Por outro lado, certas auto-pesquisas de intoxicação experimental pelo *peyotl* vieram mostrar que é possível provocar artificialmente a formação de imagens concretas em pessoas não *eidéticas*. Seria o *peyotl* a *planta da estilização*.

O *peyotl* é uma planta mexicana muito bem estudada entre outros por W. E. Safford, botânico do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte, autor que, a esse respeito, tem publicado valiosas notícias em diferentes volumes dos *Smithsonian Reports*.

Supuseram os espanhóis conquistadores que o *peyotl* fosse um cogumelo, opinião justificável pelo aspecto da substância que viam utilizar Chamavam-no os mexicanos "teonanacatl" ou "carne de Deus". Para os espanhóis era a "raiz do diabo". Sabemos hoje, com segurança,

que se trata de pequenas cactáceas sem espinhos, pertencentes a diversas espécies: *Lophophora Williamsii* e *Anhalonium lewinii*. Crescem espontaneamente no sul do Texas e ao norte do México. Foram tribus Chichimecas do norte as descobridoras da sua ação estimulante e narcótica. E' provável que os historiadores, que conheceram a substância, no vale do México, nunca tivessem tido ocasião de ver a planta viva que a fornecia. Durante três séculos ficou sem precisa identificação o vegetal maravilhoso. Era tido como fungo... e ninguem achava cogumelos tóxicos daquela natureza na região em que cresce o *peyotl*. Sua raiz parece uma cenoura. Mas no estado em que era usado tornava-se difícil reconhece-la. Desde 1888 até hoje, Lewin, de Berlim, e depois Heffter, Prentiss, Morgan, Mayer-Gross e outros estudaram o *peyotl;* foram extraidos alcalóides que hoje se renominam *laphophorina, anhaloina* e *mescalina.*

Já nas antigas crônicas diz-se que a droga confere, a quem dela usa, a faculdade de prever o futuro e recompôr os quadros do passado, além de outras maravilhas...

Atualmente o seu nome *teononocotl* é desusado. Dão-lhe diferentes tribus as designações de *xicori, kamaba, mescal,* etc.

Resumindo os efeitos do *peyotl,* que para este estudo nos interessam, basta citar alguns fenômenos particulares. O indivíduo que prova a raiz do diabo sente notável exaltação da sensibilidade; tudo se acentúa para ele. O mundo parece-lhe mergulhado na luz, cheio de cores vivas. Os menores detalhes dos objetos tornam-se salientes. As fisionomias das pessoas aparecem estilizadas, com as feições marcadas como o rosto dos atores que, no palco, acentuam os traços. E tudo isso se passa, quando a intoxicação não é demasiada, conservando-se o paciente em estado de vigília. Ha mais, porém. As noções de tempo e de espaço, se obliteram. O paciente vê os movimentos dos outros ou muito lentos, solenes, hieráticos; ou muito vivos, rápidos e violentos.

Para terminar este rápido bosquejo, uma outra nota a respeito do *peyotl*: a manifestação de sensações associadas intensas. O indivíduo intoxicado, ouvindo certos sons, vê certas côres...

Tudo isso poderá servir para que se comprehenda melhor o mecanismo natural do processo psicológico da estilização.

Ha, porém, alguma coisa que tambem é muito interessante e se acha relacionada com as questões que aqui examinamos. E' que o *peyotl* leva, afinal, os seus consumidores aos fenômenos do estado psicopata que os alienistas denominam *esquizofrenia*. Não nos importam as minúcias dessa doença nem tão pouco os diferentes conceitos que dela fazem as escolas médicas. Interessa-nos, apenas, saber que o *pensamento esquizofrênico* revive, de mistura com elementos intelectuais os mais evoluidos, os mais intensos valores gráficos da humanidade primitiva (Kretschmer). Assim a *condensação,* o *deslocamento,* a *catatimia,* a *ambivalência dos estados primitivos,* repontam vigorosos nos esquizofrênicos, que vivem ao nosso lado, cheios de pensamentos atuais, próprios da época. O doente cae num verdadeiro *estado atávico da espécie.* Como nos fetichistas dos tempos da magia, seus pensamentos são realidades. Nasce, então, no cérebro enfermo, uma *concepção mágica da natureza.* As imagens compósitas de *condensação aglutinativa* apadecem, como as figuras híbridas de arte antiga. Conta-se o caso de uma rapariga que tendo tido dois namorados; depois de doente via o primeiro... falando com a voz do segundo...

Kretschmer recorda de que modo todos aqueles fenômenos primitivos, acima lembrados, encontram-se nas representações da arte moderna, como se encontraram no início dos grandes movimentos estéticos.

O próprio nome *gótico,* atribuido ao grande estílo como o insolente revoltado contra as disposições clássicas, mostra, no qualificativo *bárbaro,* o menosprezo com que foi julgado. Foi o gótico então, com as suas *quimeras, dragões, diabos* e tantos outros atributos escandalosos, o *futurismo* daqueles tempos...

Ha, no estudo de Kretschmer, uma frase bela: "O que determina a profundidade da ação estética são os obscuros e poderosos conglomerados de imagens e estados afetivos que, desprovidos de qualquer forma definitiva, nem por isso deixam de existir por detrás do que se encontra diretamente representado".

Comparem os psicólogos a consciência, ou os estados de consciência ao campo visual em que ha região central e periferia.

Para designar o que a escola de Freud chamou *inconsciente psíquico,* Schilder criou mais um nome: *esfera.* As imagens concretas,

cidéticas, que já conhecemos, formam o substrato do sonho e da criação artística. Depende dos materiais acumulados na zona da *esfera,* a intensidade emocional provocada pela arte. Por isso, acrescenta Kretschmer, por outras palavras, o canto popular ingênuo, às vezes, não tem lógica; mas consegue vibrações intensíssimas nos que o escutam, porque, nele, existe a riqueza inconsciente da alma coletiva. A sua *esfera* é ampla. Palavras e idéias belas, diz ainda o psicólogo, são como folhas secas quando não acompanhadas daquele cortejo subconsciente. Só a *aglutinação catatímica* é fecunda, quando os materiais psíquicos não tomaram forma definida. A arte só nasce no claro-escuro das regiões da *esfera*.

Todas essas considerações que, apesar da sua inegável metafísica, correspondem aos fatos subtís da vida afetiva, não nos permitem abandonar sumariamente as manifestações estranhas da arte moderna. Ninguem espere de mim a proposta da criação na Escola de Belas Artes, de uma cadeira especial para o desenvolvimento do *expressionismo*... Mas consentirão que, habituado a ser honesto para comigo mesmo, eu a todos procure mostrar que essa arte dos civilizados requintados veiu trazer um contingente apreciavel ao conhecimento dos processos artísticos do homem primitivo.

No quadro expressionista, abandona-se o primeiro plano, significativo e bem ordenado. O centro visível da consciência vem ser ocupado pelas formações da esfera, catatímicas e assintáxicas. Do excesso de estilização nasce o *cubismo*. A tendência a geometrizar objetos reais, ou a exprimir sentimentos e idéias por meio de linhas ou manchas que não correspondem a nada de concreto, aproximam o expressionismo das formas arcáicas que nos deixaram os povos civilizados do passado, das formas decorativas do início da arte gótica, das criações dos primitivos e das crianças. O parentesco deriva, como vimos, das tendências aglutinativas, catatímicas e assintáxicas das imagens; mas repousa principalmente sobre a *estilização maciça.*

No fundo, tanto os filósofos formalistas, como os artistas desse tipo, pertencentes ao chamado *temperamento esquizotímico* — que fornece os estilistas puros, os trágicos, os sarcásticos, os naturalistas tenden-

ciosos e os expressionistas brutais (Kraetschmer) — todos eles dissimulam a variedade do mundo real em construções intelectuais angulosas que resumem o resultado das suas abstrações.

* * *

Sejam quais forem as tristezas do momento nacional, um fato por si só basta para que os irredutiveis crentes otimistas, como eu sou, considerem o futuro da nossa terra natal: as gerações que surgem pensam cada vez mais no Brasil.

Feliz como o operário que não poderá habitar no palácio que ajudou a levantar, misturando o seu suor às águas das argamassas, mas que se alegra em ver no céu os tons da cumieira, sinto uma profunda emoção quando rememoro as primeiras fases do movimento que bem pode ser datado da hora em que Euclides da Cunha revelou a alma do Brasil aos seus patrícios, estilizando as feições específicas do nosso sistema nacional. A vitória definitiva ha de ser conseguida no dia em que, embora inteiramente conquistados pelos ideais da fraternidade humana, como já estamos, pudermos representar os atributos da nossa vida em estilizações que serão os gestos artísticos do nosso povo.

Nessa peleja não se hão de contar apenas os que nasceram no Brasil. A natureza aqui fornece mais cartas de cidadania do que os respeitaveis decretos da autoridade pública... E são documentos sempre autênticos e imperecíveis.

E' vão procurar deliberadamente o *estilo nacional* para nele, depois, representar os materiais do ambiente. O estilo é uma abstração, como a luz, a eletricidade e o calor. Nenhum deles existe objetivamente, independente dos corpos. Do exame dos corpos quentes, luminosos ou eletrizados, deixando à parte os seus outros carácteres, e só considerando um daqueles de cada vez, por uma operação psicológica, surge a teoria da luz, do calor ou da eletricidade que imaginamos, para explica-los, sejam corpúsculos ou vibrações (A. Comte).

E' assim o estilo. Depois que o povo conseguir, por gradual, lento, mas seguro processo criar a estilização dos seus companheiros de *habitat* organizados ou inertes, hão de surgir os estilos que traduzirão, na

arte, as atitudes da natureza, conforme aconteceu com os supremos ceramistas de Marajó. Só ha um meio de apressar ou dirigir, até certo ponto, a desejada eclosão: voltarem-se os mais bem dotados para a natureza e serem, como queria Ibsen que todos fossem, sinceros para comsigo mesmos.

* * *

O estudo do processo psicológico da estilização é incontestavelmente cheio de atrativos e de dificuldades. A metafísica anda às soltas... Apesar da resistência que lhe opõem os que se habituaram ao pensamento positivo e determinista, está o ambiente moderno cheio della; todos se intoxicam...

Em todo caso, apesar do impreciso das explicações, a psicologia moderna, ao que vimos, vai acompanhando de perto a elaboração artística.

E, se ela não convence, entretem, no entanto, os filósofos, coisa difícil em mundo tão velho. (1)

ROQUETTE PINTO.

(1) Conferencia proferida em 1928 na Escola Nacional de Belas Artes.



Fachada principal da casa da fazenda de Jurujuba



Vestibulo, com a escada para o pavimento superior

CASA DE FAZENDA EM JURUJUBA

Este prédio pertence atualmente ao seminário de São José, instituido em 1739 pelo bispo d. frei Antônio de Guadalupe (1722-1739). Não se sabe quando foi construido, mas provavelmente deve ter sido em meiado do século XVIII. Em 1757 a fazenda Jurujuba pertencia ao mestre de campo João Malheiro Reimão Pereira, que a vendeu a seu irmão d. frei Antônio do Desterro, bispo da diócese do Rio de Janeiro (1745-1773), natural de Viana de Lima (1), província do Minho, filho de Ventura Malheiro Reimão, fidalgo da casa de Sua Majestade, e de d. Páscoa Pereira Ferraz. Em 1762 d. frei Antônio do Desterro doou ao seminário de São José (2) a referida fazenda com todos os seus pertences, tendo sido lavrado o auto de posse em 1770, conforme consta dos documentos transcritos no fim desta notícia.

A construção é simples de programa, mas rica de interesse. Fica situada à beira da Guanabara e está voltada para o poente. Lugar ermo, luz em excesso, muito sol. Antiga propriedade dum fidalgo de alta linhagem. Certamente Reimão Pereira foi um homem franco e acolhedor, espírito de artista, viajado. Tais qualidades estão expressas plásticamente na casa da fazenda de Jurujuba. Planta baixa traduzindo com o máximo de simplicidade a finalidade da construção, sistema construtivo claro, pilares de pedra e cal espaçados, panos de parede funcionando como simples fechamentos, como se verifica do estudo das plantas.

Antigamente as alas do pavimento térreo não estavam subdivididas, como agora. Eram mais simples: um salão de cada lado. Compunha-se então a planta térrea do pórtico, formado por cinco arcadas de frente e duas laterais. Como se vê nas fotografias do conjunto, havia até bem pouco tempo, muros de testada que seguiam o alinhamento da parede que faz fundo ao pórtico e onde se notam largos portões.

---

(1) Dietário-manuscrito existente no arquivo do Mosteiro de São Bento.
(2) Pizarro faz referência á doação em suas memórias.

Esses muros serviam de fechamento à fazenda e valorizavam o pórtico.

Era vigoroso o contraste entre o recolhimento, a vida interior do imóvel e o caráter accessível desse pórtico. Entretanto a unidade da composição era perfeita. Não existia o irritante gradil que ha pouco tempo lá colocaram.

Outróra o visitante entrava no prédio por uma única porta, e logo alcançava o vestíbulo, onde se elevava a escada para o pavimento superior, larga, ampla, os dois primeiros degráus de cantaria, os outros de boa madeira.

Do vestíbulo passava aos salões, um à direita, outro à esquerda, e que se estendiam desde o pórtico até quasi o fim do prédio. Deviam ser as antigas casas de estar e recepção. Na parte posterior do prédio, duas casas menores; de permeio, a passagem para o terreiro.

Ao centro da planta encontramos, não o pátio de influência luso-espanhola, mas o *cavaedium* romano, de fórma quadrangular, para onde têm comunicação direta todas as casas. O *compluvium* e o *impluvium* das casas de Pompéia encontram aplicação em terras de Santa Cruz.

Contornando o *impluvium,* oito colunas de sabor dórico-romano, de bôas proporções e intercolúnios agradáveis. A luz coada do *cavaedium* é sinfonia de meias-tintas. O contraste das colunas com o rústico madeiramento aparente da varanda do pavimento superior, o piso, a balaustrada, a simplicidade das paredes caiadas, com seus panos e aberturas bem lançadas, tornam esse elemento de circulação centro de satisfações materiais e morais. Certamente os primitivos tetos desse andar tinham o barrotamento à mostra. Com o correr do tempo ali apareceu o fôrro, do tipo chamado saia-e-camisa, semelhante aos que se encontram no pavimento superior.

Na reforma por que passou o prédio, em Março deste ano, infelizmente substituiram em alguns compartimentos os fôrros de saia-e-camisa, pelos de macho-e-fêmea.

E' provável que o atual piso cimentado do andar térreo esteja no lugar dos antigos ladrilhos de barro cozido.

O pavimento superior caracteriza-se pelo avarandado, de cobertura em telha vã, sobre o *cavaedium,* centro de toda a circulação e para onde

abre a maior parte dos quartos. De cada lado, quatro dormitórios de dimensões pouco mais ou menos iguais. Ao fundo, dois outros dormitórios, mais vastos. Na frente, amplo salão quadrado com bôas portadas, balcões sobre as arcadas do pórtico.

Domina-se daí a Guanabara.

As casas de viver estão voltadas para o sul, norte e éste. Ao ocidente abrem-se o pórtico e o salão do pavimento superior.

A fachada posterior e as laterais são pobres. Contudo o jogo de claro-escuro dos grandes panos das paredes caiadas, com as notas intercaladas de suas aberturas, lhes dá vida e distinção. Melhor fôra que se tivesse conservado o renque de portas das casas do pavimento térreo, que acentuava esse contraste.

A fachada que dá para o mar, em grande parte já descrita, tem cunhais robustecidos por fortes pilares, elementos construtivo-decorativos, beiral bastante saliente e entablamento de molduração agradável e bem lançado. A faixa horizontal dos balcões e a banda de cantaria que define o piso do andar superior dão a esta fachada proporçao justa e precisa.

E' lastimável a substituição, feita no corrente ano, das antigas telhas canais pelas de tipo Marselha, o que prejudicou o telhado. Não mais nos poderemos deliciar com aquela cobertura à moda portuguesa, tão bem aclimada ao nosso céu.

O prédio ainda possue algumas esquadrias interessantes, que, não sendo primitivas, são antigas.

Ha nesta casa sinais evidentes de influência italiana, modificada pelo sentimentalismo lusitano transplantado para o Brasil.

PAULO T. BARRETO

Documento a que se refere o artigo anterior:

"(Armas da Republica) Praça da Republica vinte e seis. Rio de Janeiro. Archivo Nacinoal. Certifico em virtude do requerimento digo do despacho exarado pelo Director desta Repartição no requerimento de Joaquim Soares Cambra d'Azevedo, pedindo certidão do inteiro teor da carta de doação com os respectivos annexos que fez D. Fr. Antônio do Desterro, em notas do Tabellião Bento Pinto da Fonseca, da fazenda no sacco da Freguezia de São João de Icarahy em Nictheroy, ao Seminário de São José, em mil setecentos e sessenta e dois, que nesta Secção Historica, acham-se archivados os documentos alludidos do teor seguinte: "Pela presente nossa carta de Doação intervivos pura e irrevogavel fazemos Saber, que sendo sempre da nossa particular protecção o Seminario de São José, sito defronte do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda d'esta Cidade e desejando Nós que não só no presente tempo, mas no fucturo permaneça e tenha augmento pela grande utilidade espiritual e temporal, que da sua estabilidade resulta, queremos e he nossa Constante vontade Dar-lhe digo Doar-lhe, como de facto doamos de hoje para sempre digo para todo sempre, huma fazenda sita no logar chamado o Saco da Freguezia de São João de Carahy, com todas as suas pertenças, que constam da escriptura feita na notta do Tabellião Bento Pinto da Fonseca, aos desoito de Junho de mil setecentos e sessenta dois e os escravos na mesma declarados, excepto hum que falleceu e os mais moveis que n'ella se acharem de cuja Fazenda somos Legitimo Senhor e possuidor por titulo de compra que d'ella fizemos ao Mestre de Campo, João Malheiro Reymão Pereira pela interfrita pessoa do Reverendo João Pereira de Araujo Azevedo, Vigario da Candelaria como consta da referida Escriptura e cessão ao pé d'ella que vae pensa a esta nossa Carta e de todos os referidos bens fazemos a dita doação, com condicção de que o dito Seminario não poderá em tempo algum alienar, vender ou por qualquer titulo transmutar a mesma Fazenda aqui doada porque n'este caso e para este fim lhe não conferimos dominio, mas tão somente para o mesmo Seminario inperpetuum se poder utilisar dos reditos, dos mesmos bens, e caso que por tempo adiante se extinga o dito Seminario, o que Deus não permita ou

este ou qualquer Excellentissimo Prelado que nos succeder pretenda alienar a dita Fazenda ou por qualquer via dispor d'ella desde logo queremos que passe ao Seminario de Nossa Senhora da Lapa do Desterro e querendo este em algum tempo obrar o mesmo passará... do Meninos Orfaons e em todo o caso que com effeito... se faça a dita alienação a havemos por nulla e como se feita não fôra e passarão logo os bens doados ao substituto e n'esta forma fazemos a dita doação pura e irrevogavel ao dito Seminario e he nossa vontade que Logo da mesma Fazenda e mais bens aqui doados fique o dito Seminario com o dominio e posse com a referida condicção: — o qual dominio e posse lhe transferimos pela clauzula constituti e prometemos que nem por Nós nem Por Nossos Successores herdeiros ou ascendentes Contraviremos em cousa alguma a dita Doação a qual queremos que valha no melhor modo e forma que em direito valler possa de tal sorte que se por algum principio ou rasão estivermos ao mesmo Seminario em obrigação he nossa vontade que esta Doação tenha effeito de remuneração e recompensa e como tal valha. E em firmeza do referido mandamos fazer esta pelo nosso Conego Secretario José de Souza Marmello sob o nosso signal e sello em presença das Testemunhas o Nosso Reverendo Doutor Vigario Geral Francisco Gomes Villas Boas e o Reverendo Vigario da Candelaria João Pereira de Araujo e Azevedo todos abaixo assignados. Determinamos que esta se registe na Nossa Camara Eclesiastica e se Lance nos Livros dos Bens Patrimoniaes do dito Seminario guardando-se sempre esta e a dita escriptura a que se refere no mesmo Seminario. Rio de Janeiro, em oito de Abril de mil nove digo mil setecentos secenta e seis annos — A. Bispo do Rio de Janeiro. — Estava impresso o sello — Francisco Gomes Villas Boas — João Pereira de Araujo e Azevedo — Por mandado de Sua Excellencia Reverendissima, José de Souza Marmello, Secretario. Registada a folhas setenta e quatro do Livro segundo das Ordens de Sua Excellencia Reverendissima. Rio de Janeiro, sete de Junho de mil setecentos e secenta e seis (1766) — Ferreira — AUTO DE POSSE — Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e setenta annos, aos sete dias do mez de Novembro do dito anno, n'esta Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em a freguezia de São João do Carahy, no Lugar chamado o Saco donde eu

Ajudante do Auditorio Ecleziastico ao adiante nomeado fui vindo com o Porteiro do mesmo Juizo Vicente Pina donde he sita a Fazenda que a Doação retro faz menção que foi do mestre de campo João Malheiro Reymão Pereira e sendo ahy mandei ao dito porteiro que apregoasse em alta e intelligivel voz se havia alguma pessoa ou pessoas que impedir quizesse a posse que eu ajudante judicialmente queria dar ao Reverendissimo Reytor do Seminario de Sao Jose, d'esta Cidade o Doutor Antonio José dos Reis Pereira e Castro. E logo o dito porteiro apreguou em alta e inteligivel voz se havia alguma pessoa ou pessoas que impedir quizesse a rererida posse, que se chegasse a mim que lhe tomaria o seus requerimentos e por não haver pessoa alguma que o quizesse impedir, eu Ajudante, empossei o dito Muito Reverendo Reytor do Seminario de São José da referida Fazenda, com todos os seus pertences, Escravos e o mais tudo que constava da Doação retro, e da escriptura que me foi apresentada, de compra da mesma fazenda; E logo o dito Muito Reverendo Reytor tomou conta da referida fazenda, escravos e o mais pertencente a mesma, abrindo as portas e fazendo logo cultivar alguma terra, tudo na forma do estillo, sendo testemunhas presentes José Teixeira, Meirinho Geral e Francisco Gonçalves de Carvalho, que assignaram com o dito Muito Reverendo Reytor e Porteiro. E eu Luiz de Abreu Fróes, ajudante do auditorio Ecleziastico, que o escrevi. Antonio José dos Reis Pereira e Castro. José Teixeira. Francisco Gonçalves de Carvalho. Vicente de Pina. Nada mais constava a Carta de Doação da Fazenda, seus pertences e Escravos e Auto de Posse que o titulo do Alto da mesma Carta. Se não percebe o que está escripto por estar o papel roto, bem como nas mais partes que vae pontiado, que eu Joaquim José de Castro, Tabellião do Publico judicial e Notas n'esta Corte e Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e seu Termo por Sua Magestade Fidelissima que Deus guarde, aqui bem e fielmente fiz extrahir a presente publica forma com o teor da propria a que me reporto em poder do apresentante a quem entreguei com esta, que subscrevi e assignei em publico e raso, n'esta Corte do Rio de Janeiro, aos vinte e cinco dias do mez de Mayo. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e dezenove. Eu, Joaquim José de Castro, a subscrevi e assignei em publico e raso.

Em testemunho da verdade Joaquim José de Castro". A' margem existe a seguinte nota: — Numero cento e cincoenta quatro. Cento e sessenta. Pagou cento e secenta reis do sello de quatro meia folhas. Rio, dez de Julho de mil oitocentos e dezenove. (Segue-se uma assignatura illegivel) "Saibão quantos este Publico instrumento de composição virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de *mil setecentos e cincoenta sete e no mez de Abril* do dito anno no Sitio chamado do Saco, Freguezia de São João de Carahy, em presença do Piloto da Camara, João da Silva de Mello. Disse João Malheiro Reymão Pereira e o Capitão Gonçalo Ferreira Arão, que por evitarem duvidas a respeito da medição que entre elle se fazia; queria fazer e se ajuntavam na presença das testemunhas abaixo assignadas que esta fosse lançada por huma linha da sahida de uhma pedra chamada o Lagarto da Beira do mar e findar em outra pedra no alto do Mourro, chamado a Viração donde se esculpiu uma cruz na mesma pedra feita ao picão, cuja linha declarou o dito Piloto ser o leste dez graus para o sueste, e n'esta forma se fez a dita medição a satisfação de ambos e prometteram que esta valesse em embargo de outra qualquer que haja havido e revogam todas as mais e só querem esta valha e tenha vigor em todo o tempo, para o que se mandou na mesma pedra chamada o Lagarto donde se principiou a dita medição e trato que se fez, se mandou por huma cruz aberta ao picão, a contento de ambos; ficando para mais clareza d'esta composição hum marco de cal e pedra no alto do primeiro outeiro, estando presentes o Capitão Antonio Ferreira Barbosa, José de Barcellos, Agostinho de Goes, Manoel Lobato, Antonio Nogueira. E eu Jorge Sueiro e Vasconcellos que este fiz a rogo dos sobreditos João Malheiro Reymão Pereira e o Capitão João Gonçalves digo Capitão Gonçalo Ferreira Arão — Rio de Janeiro, vinte e cinco de Abril de mil setecentos cincoenta sete — Jorge Sueyro Vasconcellos — Digo Saco, vinte cinco de Abril de mil setecentos e cincoenta sete. Jorge Sueyro e Vasconcellos — João Malheiro Reymão Pereira — Gonçalo Ferreira Arão — João da Silva Mello — Assigno a rogo da senhora Ignacia da Cunha por não saber escrever, eu, Francisco Si...oens Coimbra — Como testemunha que presenciei esta medição que ... amigavel se fez. José de Barcellos Motta Como Testemunha que pr... nciei esta

medição que amigavel se fez, Manoel Botelho França — Antonio Ferreira Barbosa, como testemunha d'esta medição que se fez amigavelmente e assiste n'ella — Antonio Nogueira Guimarães, como testemunha que presenciei esta composição. Como testemunha que presenciei esta medição que amigavelmente se fez, Agostinho de Góes — Reconhecimento. Reconheço a lettra do escripto e signal do Factor d'elle Jorge Soeiro de Vasconcellos e signal de João Malheiro Reymão Pereira e de Gonçalo Ferreira Arão e João da Silva e Mello, serem dos mesmos n'elles contheudos por semelhantes que tem escripto na minha presença — Rio, desesete de Agosto de mil setecentos e cincoenta e sete. Em testemunha da verdade. (Estava o signal publico). Francisco Coelho da Silva. Nada mais constava o papel de composição amigavel e seu reconhecimento que eu, Joaquim José de Castro, Tabellião do Publico Judicial e Notas n'esta Corte e Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e Seo Termo por Sua Magestade Fidelissima que Deus Guarde. aqui bem e fielmente fiz extrahir a presente publica forma com o teor do proprio a que me reporto, em poder do apresentante a quem entreguei com esta que subscrevi e assignei em publico e raso n'esta Corte do Rio de Janeiro, aos vinte cinco dias do mez de Mayo, Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e dezenove. E eu, Joaquim José de Castro, a subscrevi e assigno em publico e raso. Em testemunho da verdade Joaquim José de Castro". A' margem existe a seguinte nota: — "Numero cento e cincoenta oito. Cento e vinte. Pagou cento e vinte reis digo vinte reis do sello de tres meias folhas. Rio, dez de Julho de mil oitocentos e dezenove". (Segue-se uma assinatura illegivel). E para constar onde convier passei a presente certidão de accordo com o artigo vinte e seis, do Regulamento annexo ao Decreto numero nove mil cento e noventa sete, de nove de Dezembro de mil novecentos e onze. Secção Historica, em dez de Janeiro de mil novecentos e vinte tres. Argemiro Matos de Souza, Archivista interino. Confere. Rio de Janeiro, Archivo Nacional, onze Janeiro mil novecentos e vinte tres. Armando Esteves, chefe de Secção interino. Archivo Nacional, doze-um-mil novecentos e vinte e tres. João Alcindo Bezerra Cavalcanti, Director".

Conferido por mim Tabellião — *Fernando de Azevedo Milanez*".

A NATUREZA E OS MONUMENTOS CULTURAIS

Quando em Abril de 1934 apresentamos à 1.ª Conferência brasileira de proteção à natureza (animada pela competência e dedicação do prof. A. J. de Sampaio) a tese que constitue o texto dessa memória, ainda eram incipientes as iniciativas e incompletas as noções sobre o amparo dos monumentos culturais no Brasil. De então para cá, a necessidade de proteger as nossas riquezas culturais foi-se tornando convicção geral; e, já criando o Conselho de Fiscalização de Expedições Científicas e Artísticas, já organizando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístco Nacional, os poderes públicos dotaram o país de uma organização moderna e ampla, capaz de concretizar em providências seguras o amparo aos monumentos históricos e às obras de arte, inclusive as devidas à estesia selvagem dos nossos índios.

Publicando agora o trabalho, sob os auspícios do S. P. H. A. N. e com as necessárias notas, pensamos que, embora alguns pontos das suas conclusões se possam dar como já providenciados, outros, ao contrário, como inatuais, as sugestões que enuncia e os documentos a que se refere serão úteis a quem quer que se ocupe desses assuntos.

Em summa, este ensaio, marco singelo no caminho das idéias e tentativas em prol dessa grande causa da cultura nacional, constitue uma prova — ao lado da participação da prof. Heloisa A. Torres no citado Conselho — de que o Museu Nacional confirmou, neste caso, a sua tradição de contribuir para todas as iniciativas que têm renovado a vida cultural do Brasil:

Fala-se geralmente da proteção à natureza, da restauração dos monumentos históricos e de outras elevadas manifestações de nosso idealismo civilizado; para muitos, porém, não se evidencia o laço intimo que as liga; entanto, o próprio princípio básico da proteção à natureza e aos monumentos presupõe um escopo antropogeográfico e

uma finalidade social, pois é "para bem do comum e aproveitança da terra" que se conservam relíquias do passado e raridades da natureza; nem se pode, ao estabelecer a proteção a uma planta, a um animal ou a um tipo de paisagem, esquecer os interesses econômicos, turísticos, artísticos, cívicos e até religiosos, que tal medida beneficiará na região.

Esses fenômenos, que poderiamos chamar de economia reparadora, são os de maior expressão na geografia social, onde, ao lado da geografia política, mais presa ao determinismo egoístico da produção e do comércio, observam-se os fatos atinentes ao influxo dos mais nobres e complexos instintos do homem, afetando as suas atividades em relação à terra.

Protege-se a natureza para bem da cultura; e a recíproca é verdadeira: o amparo aos monumentos da cultura reverte em proteção à natureza.

Para demonstrar a necessidade dessa harmonização, o íntimo acordo que o estudo dos fatores da geografia humana estabelece entre esses dois nobres objetivos, vejamos alguns exemplos, de que tenho observação própria.

I — CARACTERES ANTROPOGEOGRAFICOS DAS CIDADES HISTO'RICAS E DOS FORTES COLONIAIS.

MINAS GERAIS — Visitando *Ouro-Preto,* a antiga "Vila Rica", o que mais feriu a minha atenção foi o íntimo acordo entre as características artísticas e tradicionais da cidade e o seu ambiente. As cidades coloniais marítimas não podem apresentar aspecto tão regional, porque as facilidades de comunicação com a metrópole facultavam até a vinda de pedras de Lisbôa, nos navios, como lastro.

Segundo os dados históricos da fundação, o desfiladeiro do Ribeirão do Funil era àquele tempo floresta tão densa que reza a tradição terem os dois núcleos primitivos de Antônio Dias e do Padre Faria nascido separados, sem se conhecerem. A abundância de madeira era fator precípuo da localização dos arraiais bandeirantes; a da maior parte deles — como Barbacena, antiga Borda do Campo, e a própria Ouro-Preto — obedeceu, além das conveniências da mineração, ao con-

tacto entre a zona da mata — onde se ia refugiar o indígena — e a do campo, indispensavel à tradição pastoril dos filhos de Piratininga. (1)

As primeiras construções, inclusive a casa do governo, foram de madeira; depois construiu-se com as pedras da região. Ainda hoje, ao longo do ramal ferroviário, notamos que na região campestre, onde o terreno é mais decomposto, predominam a casa de sapé e a de tijolo, ao passo que em torno de Ouro-Preto abundam as de madeira e de pedra — o calcáreo da "Série de Minas". A própria escultura do Aleijadinho emprega a pedra-sabão, material tirado dessa série geológica, a que a velha capital deveu a sua grandeza. (V. o nosso artigo sobre "Ouro Preto"). (2).

Em *Sabará* tambem se faz ver a influência da vizinhança da mata. O ambiente começa a tornar-se tropical desde que, pela linha da Central, se entra no vale do rio das Velhas. Como em Ouro-Preto, as primeiras construções foram de madeira, e ainda lá existe igreja, a do Carmo, do começo do século XVIII, onde prepondera esse material, ao passo que em São Francisco, devida ao Aleijadinho, reinam já o estuque e a pedra. (3).

PERNAMBUCO — O Norte apresenta entre as suas cidades históricas algumas cuja preservação é sério problema para a geografia urbanista.

Uma delas é *Olinda,* que, apesar da proximidade e fácil comunicação com o Recife, conservou fóros de cidade distinta, mas caiu em lamentável decadência. Ao lado da cidade velha, que ocupa a colina histórica de "Marim", estende-se um bairro moderno, na planície, entre a praia e o Beberibe. A cidade velha, com as suas ruas esburacadas, de acesso difícil, não seduz o *touriste* que muito teria que ver nas suas

---

(1) Proclamada, como está Ouro Preto "Monumento Nacional", cumpre restituir-lhe o antigo ambiente florestal, o que lhe augmentará a pitoresca beleza, e empregar o mais possivel, nas construções e restaurações, os belos materiais das suas montanhas.

(2) V. Revista Nacional de Educação, n.º 5, Fevereiro, 1933.

(3) De grande vantagem seria estreitar as relações, e mesmo formar uma "federação urbana", entre Belo Horizonte, as velhas cidades históricas e os centros industriais vizinhos, especialmente Sabará, tão próxima da capital e de um estabelecimento siderúrgico.

igrejas e de lá divisaria o incomparável panorama da capital e do porto entre os coqueirais e várzeas. Uma coordenação de esforços entre as duas municipalidades e o Estado, para criar um bairro nas margens de Beberibe, no *Istmo*, entre Olinda e a capital, além da melhoria do trânsito para a colina tradicional e arejada, digna de ser um bairro de escol, eis as bases de uma renovação urbanística, que se deve aliar à restauração racional dos edifícios, especialmente das igrejas.

Além de Olinda, tem Pernambuco, na própria capital, relíquias históricas notáveis, e entre estas uma de alta significação e que se esboroou em pleno porto de Recife: é o forte de *Picão*, a legendária sentinela montada no quebramar do arrecife arenítico, hoje artificializado pelo molhe que o prolonga. Pelo seu papel na guerra holandesa, quando foi o último que se rendeu à esquadra invasora; pela sua situação no acidente natural que dá à cidade o seu nome e singulariza o seu porto, ele merece uma restauração e um monumento que relembre aqueles feitos. E' preciso não esquecer que Recife é por excelência um porto de trânsito, a primeira escala transoceânica, a ante-sala do Brasil.

PARAÍBA — A' entrada do estuário do Paraíba do Norte, junto à vila e porto de *Cabedelo*, ainda se conserva, embora bastante arruinada, a antiga cidadela que teve origem nas primeiras fortificações dos portugueses e no forte Margareth, denominado assim pelos holandeses em honra de uma princesa da casa de Nassáu.

E' um dos mais amplos de seu tipo e época; as muralhas só estão derruidas no ponto mais exposto ao mar, mas as casamatas ficaram descobertas e muito danificadas. Seria de grande interesse turístico e educativo a restauração desse edifício, assim como que os melhoramentos do porto abrangessem essa área onde o forte apresenta magnífico elemento para um *boulevard* marítimo.

Se bem que um aproveitamento das forças naturais, inteligentemente dirigidas para o acréscimo das areias, possa ali preservar o forte contra a erosão, a contiguidade do porto e da vila impõe uma solução nitidamente urbanística, respeitando esta, embora, o pitoresco dos coqueirais e praias e evitando construções modernas demasiado discordes com o monumento. Este, que se viu, nos dias da revolução

de 1930, de novo animado pelo aparato bélico, talvez se possa adaptar ao funcionamento de algumas dependências do serviço naval e do aduaneiro.

MARANHÃO — *O Forte de São Francisco*. A ponta de São Francisco, no porto de São Luiz do Maranhão, apresenta um caso típico de barreiras da série terciária do litoral, expostas pela abrasão marinha. Estudamos essa formação já em *Entre a Amazônia e o Sertão* (1930) já em *O Torrão Maranhense* (1916), registrando o recúo secular da barreira, segundo as observações e os dados históricos relativos ao forte, cujas ruínas lá estão ao meio da plataforma litoral e cobertas completamente pelas marés vivas.

O Sr. B. von Freyberg, que depois estudou, aliás notavelmente, com a especialização de geólogo e com detalhes exaustivos, aquele trecho do litoral, não parece ter percebido a artificialidade daqueles grandes blocos de pedras, de dimensões tão superiores às dos blocos naturais que se desprenderam das barreiras. (1). E' de lamentar em muitos viajantes tais consequências do descaso pela documentação regional, que levou o Sr. Freyberg, ainda, a alegar a falta de mapas daquele litoral, limitando-se a reproduzir (sem citar o autor) a carta de J. Abranches Moura e não tomando conhecimento dos excelentes estudos técnicos de Miranda Carvalho e outros sobre o porto de S. Luiz.

Resultado de um fenômeno natural em marcha, as barreiras teriam de modificar o seu aspecto em consequência das planeadas e até agora irrealizadas obras do porto, pois o projeto oficial cogita de uma obra de proteção desse trecho contra a ação do mar; e era justamente este trabalho que se iria fazer primeiro, se as economias do orçamento não tivessem mais uma vez retardado essa grande aspiração dos maranhenses.

Quanto ao forte, seria curial tirar-se alguns pequenos blocos solitos, para institutos científicos, mas tambem fazer algum trabalho de consolidação ou de proteção, por exemplo por meio de uma cortina de mangues, cuja possibilidade de crescimento provocado naquele ponto,

---

(1) *Zerstorung und Sedimentation an der Mangrovekuste Brasiliens*, in "Leopoldina" — 1930.

seria excelente experiência a completar os estudos sobre a erosão e a sedimentação.

Se bem que as pedras do forte não tenham interesse algum artístico, nem tenhamos achado no local outros documentos, a ruina é de certo alcance não só para o estudo das condições topográficas como para o dos efeitos da derrocada, que se processou durante o século XIX, segundo João Lisbôa, Spix e Martius, sendo de admirar que escapasse a passagem destes últimos ao citado geólogo alemão. (1).

A construção daquela fortaleza, iniciada no começo do século XVIII e ligada ao governo de Bernardo P. de Berredo, o autor dos *Anais Históricos do Maranhão*, nunca chegou a ser acabada, como podemos provar com o confronto entre a planta (da qual nos transmitiu Antônio Lopes uma cópia, do original do Arquivo do Pará), e os nossos croquis e mensurações das ruinas. (1).

Em 1921 efetuei uma das minhas visitas àquela antigalha, acompanhado dos meus alunos do Liceu Maranhense, os quais conduzi tambem em excursões escolares ao sambaquí da "Maiobinha" e ao "Outeiro da Cruz", onde existe um cruzeiro comemorativo do combate do Cutim, travado entre os luso-maranhenses e os holandeses.

O forte da ponta d'Areia (tal o do Cabedelo) tambem se está esboroando em parte, como pode notar quem entra no canal do porto do Maranhão, o qual passa bem junto a esse vetusto baluarte. A história

---

(1) Acompanham a referida cópia as seguintes anotações:

Em Setembro de 1762 Mello e Povoas escrevia para o Pará, a Manoel Bernardo de Mello e Castro, que a fortaleza de S. Francisco (projetada por Berredo, que lhe assentou a primeira pedra) estava com a bateria do lado do mar pronta e artilhada (eficazmente). A artilharia da cidade estava toda montada. A fortaleza de Vera Cruz, no Itapicuru', em ruinas; a de Tapuitapéra ainda não fôra começada.

O engenheiro Goetz, autor da planta, chegou a 13 de Outubro de 1762 (ofício de Mello e Povoas — 28 de Outubro).

No mesmo oficio relata Mello e Povoas:

— "Fui tambem logo a Ponta da Areya, onde hera a antiga fortaleza de Santo Antonio e *elle ficou tão agradado daquelle sitio* como eu estava e diz ser indispensavel o fazer-se algum genero de fortificação e em estando completa a de S. Francisco, entraremos logo nessa deligencia".

Nesse relato do governador subalterno ao governador geral do Pará e Maranhão, referindo os seus entendimentos técnicos com o engenheiro, vê-se o zêlo com que os administradores do velho Portugal consolidavam a defesa do vasto Império que seria a base física da nossa Pátria.

dos fortes e outras antigualhas do Maranhão é interessantíssima; sobre ela escrevemos alguns artigos ("Os Fortes Coloniais de S. Luiz", *Pacotilha,* de S. Luiz do Maranhão de 5|8|1917; "Alcantara", na *Revista da Semana,* de 7 de Junho de 1924) .

A missão do Maracú — Num desses artigos (*Revista da Semana,* de 24-1-1925), tratei do "Cemitério dos Tamarindeiros", no local do antigo engenho de *S. Bonifácio* do Maracú, da missão jesuítica da Conceição, hoje cidade de Viana. Chamo a atenção para esses vestigios da catequese e especialmente, como dignos de zelosa conservação, para os três velhos tamarindeiros que deram o nome ao cemitério, e para a imagem de S. Bonifácio, como relíquia, que está hoje na vila de Penalva e que é a mesma dada à missão do Maranhão pelo Papa, juntamente com a de S. Alexandre, do Colégio do Pará, segundo relata na sua crônica o Padre J. F. Bettendorf.

A tradicional festa de *S. Braz* de Viana, no logar Araçatuba, onde houve uma fazenda da missão, talvez remonte ao tempo dos jesuitas; consta da tradição local que, antes de ir parar em Penalva, a imagem de S. Bonifácio esteve na antiga capela de S. Braz, onde se celebrava o protetor dos órgãos vocais com novenas acompanhadas de dansas interminaveis, nos bons tempos do século passado. Por estes casos da minha região natal vê-se quanto importa, para a conservação de relíquias da terra e do passado, o complexo conhecimento das circunstâncias e das tradições locais.

Como mostrei em *A Civilização Lacustre do Brasil,* uma ruina colonial como essa do Cemitério dos Tamarindeiros é valioso elemento de comparação com as ruinas pre-coloniais, cmo as esteiarias lacustres.

Além dessas antigualhas, possue o Maranhão *o forte da Vera-Cruz,* junto à cachoeira deste nome, perto da foz do Itapicurú, ligado aos feitos da guerra holandesa e à intervenção, contra a Balaiada, do futuro Duque de Caxias; e o *forte do Alecrim,* em Caxias, que evoca, no nome de um guerrilheiro da Independência, o cerco de 1823. (1) .

---

(1) Nesse ano, nascia, nos arredores de Caxias, de mãe mestiça e de pai português (que se ocultava ás vindictas dos guerrilheiros da Independência), o poeta-sábio da nacionalidade, Gonçalves Dias.

PARÁ — A grande província do Rio-Mar tem uma série de velhos fortes de glorioso passado na conquista do Amazonas: Macapá, Gurupá, O'bidos. O baluarte do Presepe, ou do Senhor Santo Cristo, ainda se ergue intacto na "cidade velha" de Belém, ao lado das velhas igrejas. Cametá, antiga séde de capitania particular, encerra tradições que remontam à epopéia fluvial de Pedro Teixeira.

Assim, mesmo nos países novos como o Brasil, toda a terra está cheia de relíquias do passado, mas tambem por toda a história ressuma o cheiro subtil e penetrante da terra...

II — ANTIGUALHAS E ARTES INDÍGENAS

As jazidas arqueológicas. — Não temos, é verdade, grandes monumentos indígenas como os do México e os do Perú, mas a nossa arqueologia aborígene é do mais alto interesse, quer sob o ponto de vista artístico quer sob o antropogeográfico.

Quatro tipos principais de jazidas indígenas se notam no Brasil: o dos aterros, o dos sambaquís, o das esteiarias e o dos cemitérios.

Os aterros de Marajó, cuja cerâmica é a mais cabal expressão estilística da nossa arte indígena, têm servido, naqueles grandes campos inúndáveis, de localização de habitações atuais. O meio mais prático de protege-los afim de que se não percam, não só as peças de cerâmica mas a própria disposição das mesmas na jazida, é estudar praticamente (com o concurso dos grandes fazendeiros que entre si dividem aqueles campos, e entre os quais ha elementos cultos e capazes) as condições de consèrvação compatíveis com as próprias necessidades do *habitat*, talvez a determinação dos tipos de aproveitamento mais conducentes à conservação e facilidade do estudo dos montículos. A restrição, já decretada pelo governo do Pará, à exportação de cerâmica arqueológica, foi uma feliz medida. (1). Outras poderão ser sugeridas pelos nossos arqueólogos que, como a professora Heloisa Torres, do Museu Nacional, e o Dr. Carlos Estevão, do Museu Paraense, melhor conhecem a ilha e a sua cerâmica.

---

(1) E generalizada pela União, para casos tais, ao criar o Conselho de Fiscalização de Expedições Científicas e Artísticas.

Aos *enterratórios* comuns pode-se estender o mesmo critério e ainda a providência de assinalamento e mesmo, em certos casos, a conservação das covas de onde foram tiradas urnas ou o seu preenchimento por material adequado e devidamente autenticado, de modo a permitir o reencontro e exame, por especialistas. Entre esses enterratórios destacam-se os dos Tupinambás, entre os quais o do Cutim, com vasos e pérolas de vidro (pesquisas de Antônio Lopes e João Braulino de Carvalho, do Instituto do Maranhão e do de Campo Grande, no Distrito Federal, e que foi explorado pela professora H. Torres, que tanto tem estudado a cerâmica tupi antiga. (1).

Não menos notáveis e ha mais tempo conhecidos são os *miracangueras* do Baixo Amazonas, alguns deles, como o da costa do Pará, situados em pontos accessíveis pela navegação a vapor. Exploraram ultimamente essas jazidas Curt Nimuendajú e o Dr. Barbosa (membro da Comissão Rondon de Inspecção de Fronteiras). (1).

Os *poços de Cunaní,* estudados por Goeldi, ainda poderão ser reconhecidos? Fechados por pedras, eles são uma das jazidas reveladoras de algum espírito construtivo nos índios das nossas regiões.

As *esteiarias* do Maranhão, jazidas palafíticas exploradas pelo autor desta memória, estão em condições de conservação natural relativas e difíceis de melhorar, pois estão situadas em águas que variam de nível enormemente, em trechos accessíveis e até favoráveis à pesca... E' esta mesmo uma das circunstâncias mais elucidativas quanto às causas prováveis de localização das mesmas jazidas, sempre próximas de poções piscosos, de tal modo que, no lago Caboclo (no Rio Turí) os pescadores, em cuja companhia andavamos, vinham fechar a rede no logar onde pesquisavamos.

A proteção mais eficaz seria, ao nosso ver, a resultante da educação, de condições mais racionais de trabalho e dirigida à preservação dos artefatos, às vezes extraviados pela incompreensão do seu valor,

---

(1) Ultimamente a prof. H. A. Torres tem estudado os enterratórios de Magé e de Piranga, (nas aluviões arenosas ao N. da Guanabara), o último dos quais foi visitado pelo prof. R. Torii, sob os auspicios do Museu Nacional e da representação diplomática do seu país, quando da recente viagem do ilustre antropólogo nipônico ao Brasil.

por aqueles rudes patrícios que vão todos os anos para os acampamentos temporários da "salga". O muito que aquela boa gente me ajudou, as informações judiciosas de muitos moradores, mostram que tudo se pode esperar de um povo tão esquecido dos que o podem instruir.

Em um ou outro trecho em condições apropriadas poder-se-ia experimentar a proteção por meio de sedimentação provocada, com o auxílio de gramineas aquáticas e outros meios que a própria natureza local sugerisse; e esse trabalho poderia servir de campo de observação sobre as condições de formação de leito e das jazidas. Tais estudos podem elucidar, como já observei, mais de um problema prático de escoamento de águas, processos de pesca e de navegação. A maior parte dos alvitres atrás indicados é de difícil aplicação às condições atuais de povoamento e de recursos para trabalhos de interesse científico, mas impor-se-á quando estas melhorarem e pressupõe, como disse, a educação prática e espiritual da nossa gente dos campos, problema que de certo modo resolverá todos os outros. As administrações regionais e os homens de responsabilidade e recursos devem interessar-se ativamente, assim como as autoridades federais, por esses problemas; não esperemos que o país progrida e enriqueça na ignorância... (1).

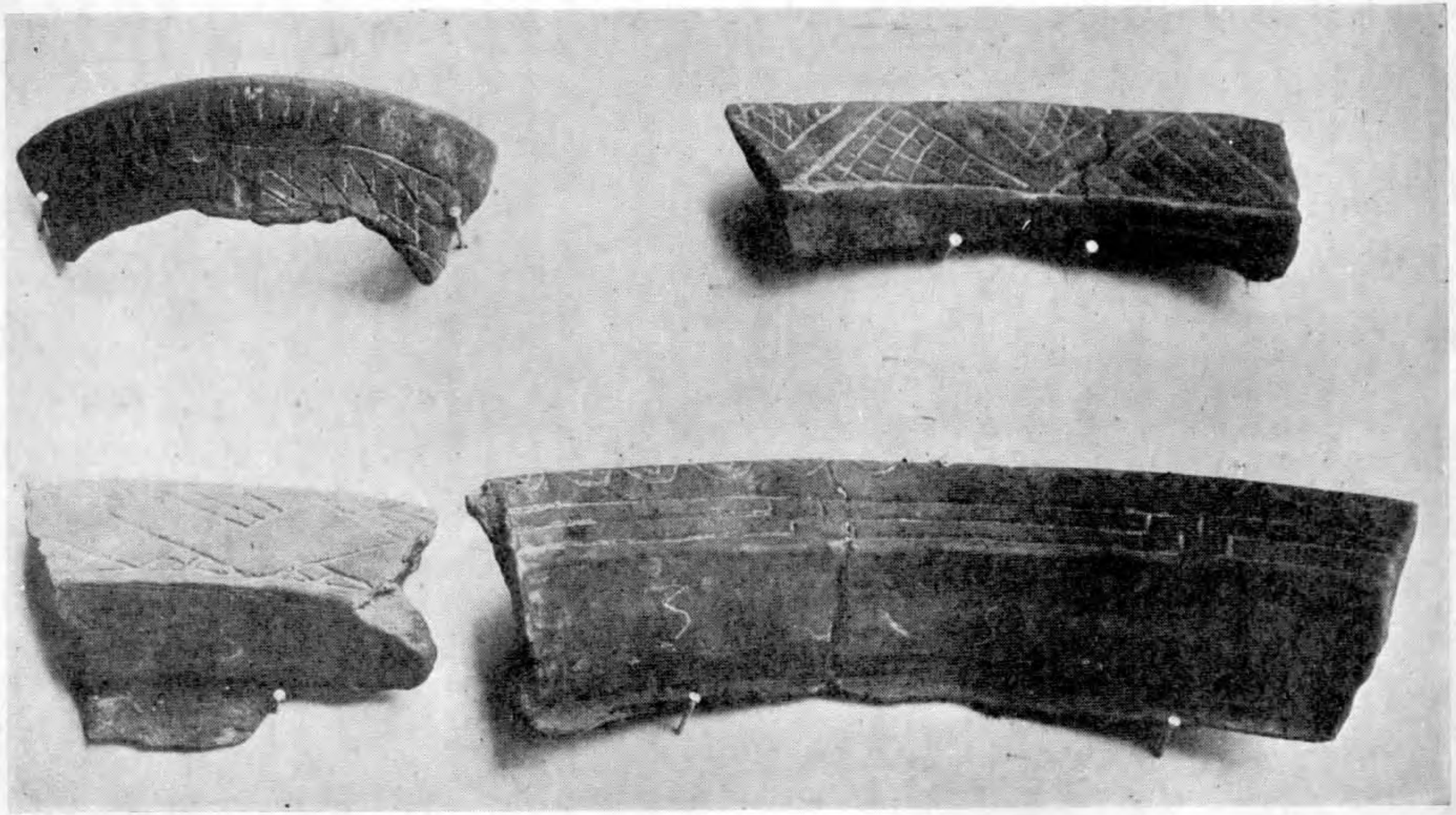
Mais urgente e praticável é a proteção aos *sambaquís*, graças a sua situação e condições especiais.

Os conchais — sernambís, ostreiras, berbigueiras, etc. — que abundam no litoral do país, são o material comodamente empregado na fabricação da cal. E pouco importa, naturalmente, aos donos e trabalhadores das "caieiras" que os depósitos de conchas contenham ou não crânios e artefatos indígenas.

Como mostrei em *Entre a Amazônia e o Sertão* e em *A civilização lacustre do Brasil,* os sambaquís, jazidas de vários aspectos e tipos, mas sempre ligadas pela natural correlação de *habitat* e ali-

---

(1) Ultimamente têm-se alargado as iniciativas educacionais, visando mais ampla difusão cultural, inclusive por meio do projeto de fundação de escolas federais por todo o país. E' tempo, aliás, da ação da União nos meios regionais se ir tornando mais sistemática e eficaz, como demonstrámos na nossa conferência sobre a "Coordenação Regional". — Falando principalmente a educação da gente do interior por meio de verdadeiras escolas normais regionais, e da necessidade de um conhecimento ponderado das diversas zonas do país.



Ceramicas das esteiarias: *Os fragmentos gravados são do tipo peculiar do lago do Souza (Rio Turi)*

mento aos bancos naturais de moluscos, apresentam a melhor base para o estudo das correlações entre a arqueologia indígena e as transformações geográficas que durante o periodo geológico atual formaram a orla litorânea. A situação de muitos desses sambaquís, longe da costa, em pleno mato e, nos da Ilha do Maranhão, a disposição de uma camada arenosa de conchas de *Venus,* sob a camada misturada de terra vegetal, conchas e artefatos, demonstra a antiguidade relativa, geo-arqueológica, desses depósitos e sua interessante formação, em relação com uma fase de acréscimo do litoral.

Em tais sambaquís o perigo é menos das caieiras que das roças, pois os nossos solos, sendo muitas vezes pobres em cal, a terra, em tais logares, é das melhores da região.

Tambem aí o estudo e regulamentação dos revestimentos vegetais compatíveis com a conservação das jazidas se impõe, sem embargo dos casos em que seja curial um dispositivo de sustentação.

Como medida prática e urgente, os poderes públicos poderiam tomar sérias providências, nos terrenos de marinha, contra a devastação irracional das caieiras, impondo mesmo severas restrições à exploração daquelas jazidas que forem de reconhecida importância cientifica. Entre estas, lembrarei os sambaquís de São Paulo (estudados por Lofgren e outros) e os do Rio Grande do Sul (explorações de Roquette-Pinto. (1).

Quanto aos sambaquís em terrenos firmes, geralmente os mais antigos, é mais plausivel a expropriação, ou melhor, um regime de semi-expropriação, condomínio ou enfitêuse especial, permitindo ao proprietário ou morador arrendatário, o *jus utendi,* mas não o *jus abutendi,* isto é, estabelecendo o domínio eminente do Estado e eximindo do pagamentos de foros (ou de impostos) o ocupante, segundo o regime jurídico do seu título, conforme se pudesse responsabilizar pela conservação da jazida e como compensação às restrições impostas à plena exploração do terreno.

No caso especial da Maiobinha, o sambaquí, situado à distância de uma légua apenas da vila suburbana do Anil, que é atualmente o

(1) Tal adaptação só se deverá fazer, naturalmente, sob a orientação do Museu Nacional e sob as vistas do autor destas linhas, como primeiro pesquisador da jazida.

ponto terminal dos bondes da capital maranhense, presta-se admiravelmente ao papel de jazida típica e até turística.

A melhoria da estrada que por ele passa, assim como pelo sambaquí do Pindaí, e termina em S. José de Ribamar, onde se celébra tradicional romaria, seria a providência primordial.

A construção de um pouso na Maiobinha e de uma estrada que, demandando a belíssima praia do Olho d'Agua, completasse a rede rodoviária local, seria o bastante para dar ao interior da Ilha uma acessibilidade econômica e turística de grande alcance para o desenvolvimento da cidade.

O preparo, no talude à beira da estrada, de um córte do sambaquí, onde pudessem ser vistas as suas camadas características, sob abrigo conveniente, ficando o resto protegido por um revestimento relvoso, faria dessa jazida uma verdadeira lição prática sobre a natureza e as origens indígenas. (1).

O Indio atual e histórico — A compreensão integral do ambiente e da cultura exige o zelo pelos produtos culturais indígenas atuais e a restauração dos seus aspectos históricos. A proteção ao índio é porventura o aspecto culminante da proteção e da compreensão da natureza. O índio é um fator de conservação da flora e da fáuna, pois, embora vivendo delas, ele as poupa, pois vive identificado com a natureza.

E' um engano associar especialmente a *devastação* à selvageria, ou às indústrias extrativas como, sugestionado pelas condições rurais européias, fez o ilustre Jean Brunhes, na sua classificação dos fenômenos geográficos. No nosso entender, a *devastação é o reverso de toda produção,* como demonstramos numa das nossas palestras antropogeográficas na "Rádio Sociedade do Rio de Janeiro". E o seu auge não se apresenta nos povos selvagens, cujo poder e espírito de destruição são limitados, e sim nos agricultores atrasados e criadores nômades, como os nossos próprios sertanejos e os povos bárbaros do Velho-Mundo, ou nos paises de econmia extensiva como os Estados Unidos. (1). A proteção à natureza constitue por sua vez uma das moda-

---

(1) A marcha local das culturas e das devastações é um dos fenômenos antropogeográficos mais interessantes a observar no Brasil. Assim como as abadias medievais abriam grandes clareiras nas florestas bárbaras, tambem a aldeia indígena ou o centro

Plantações

Estrada p.ª S. José de Ribamar

Aprendizado

LEGENDA

Casas. Cerca.

Excavação.

Vestigios archeologicos.

Conchas

Buritizal.

Matto.

ESCALA (approximada)

0 50 100 150 200 250

metros

SAMBAQUI DA MAIOBINHA

(Ilha do Maranhão)

lidades do que na nossa classificação, modificada da notável síntese do citado geógrafo francês, chamamos de "economia intelectual" ou "ocupação altruística" da terra, que constitue a forma-limite da construção e da produção, opostas à destruição e à devastação. E os primitivos dão uma prova disso, pois têm o seu modo de proteger a natureza — pelo *tabú* e pelo *totem*. Tem-se derramado muita tinta a discutir se o totemismo é ou não religião, se tem um fundo utilitário, etc. O fato é que esse sistema, encerrando um sentimento religioso e um objeto prático, não se deve tambem deixar de assimilar ao sentimento dessa necessidade real de harmonia e identificação com a raça e o ambiente, que nos leva a proteger monumentos e árvores.

O índio que, como o Parecí de Rondon, respeita a vida do gavião "Utiaritĺ", animal sagrado da tribu, sangue do seu sangue, no ingênuo sentir totemista; que, como os Tupinambás históricos e os tupís amazônicos da lenda de Couto de Magalhães, ameaça com a cólera justiceira de "Anhangá" (1) o caçador que persegue a alimária com cria; pratica a seu modo a proteção à natureza. Uma lenda tembé cujo texto colhi no Rio Gurupí, mostra o "Zahú-zahú", o bicho "grande-grande", o "pae do mato", exterminando uns caçadores que, na expressão ingênua da informante, eram "muito estragados com as caças".

Sem as normas da vida selvagem e a própria falta de densidade da população que ela comporta, não se compreende como o índio possa subsistir nas matas para onde o acossam o avanço do matuto à procura de novas terras para a sua lavoura de queimadas devastadoras e as

---

de lavoura brasileiro — este ligado historicamente á casa grande senhorial ou á missão — toma a fórma geral de grande clareira, em progressão centrífuga, distanciando-se cada vez mais os roçados do centro do estabelecimento. Este centro, aliás sujeito a deslocar-se por cansaço do solo (ex. as aldeias da ilha do Maranhão, segundo D'Abeville) situa-se frequentemente á margem dos rios (ex. povoados do Gurupí, as aldeias do Cuminá — apud A. J. Sampaio — e outras da Amazônia). Na baixada maranhense, casos como os capoeirões do Igarapé do Engenho (v. *retro* — "*A missão do Maracú*" — remontando ás lavouras jesuíticas, mostram o empobrecimento da orla florestal da baixada, que, agravado pela resistência dos índios, tanto contribuiu para a decadência da região.

São interessantes os dados colhidos pela aero-fotografia sobre a situação das aldeias indígenas na selva (ex. os da expedição Rice).

Desse rítmo das devastações falamos na nossa memória "Diretrizes antropogeográficas do problema do Nordeste" (apresentada ao Congresso do Nordeste), aproveitando em parte uma sugestão do sr. *José Vidal* (da secção educativa do Museu Nacional).

intervenções nem sempre acertadas e não raro mal intencionadas da civilização. A arte plumária indígena, a dos Urubús por exemplo, só pode subsistir graças à rica avifáuna das suas matas. Como se pode verificar nos trabalhos dos especialistas, como Emília Snethlage, muitas dessas aves nidificam até nos confins dos Andes, como já dizia o Príncipe de Wied a propósito de *Cotinga cincta,* de cujas plumas faziam flores, no seu tempo, as freiras da Baía.

Essas migrações e o respeito que em geral o índio tem pelos ninhos explicam como não deu cabo da *ornis* das regiões respectivas um tão grande consumo de plumas, que nos Urubús chega ao ponto de empregar, num só exemplar, as de sete cabeças de *Coereba cyanea.*

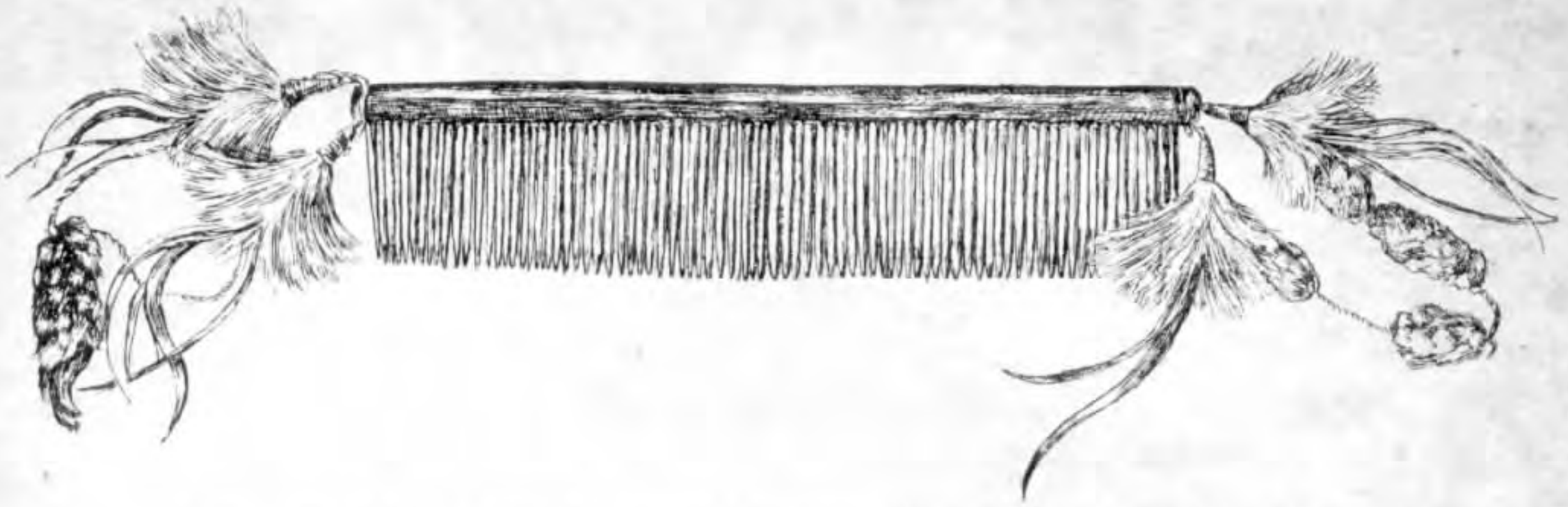
LENDAS, CAVERNAS, CIDADES IMAGINÁRIAS, PEREGRINAÇÕES E SANTUÁRIOS TRADICIONAIS

Ao lado dos monumentos culturais verdadeiros, cumpre falar dos supostos ou duvidosos, quasi sempre monumentos naturais, onde a miragem das lendas e abusões, o amor do maravilhoso, vêem cidades e lêem, em petroglifos tôscos, inscrições ilustres, de povos clássicos... Casos típicos, além da Gávea, aqui na nossa Capital, são, na região da Ibiapaba, a gruta de Ubajára — já visitada por Capanema, da Comissão de Exploração, dita "das Borboletas" — no Ceará, e as chamadas "Setecidades" de Piracuruca, no Piauí, que afinal não passam, provavelmente, de um caso de relevos ruiniformes, o que é mais evidente ainda na chamada "Vila Velha" do Paraná.

Já tivemos, ha poucos anos, ocasião de ver, no cinema, um filme natural, onde aspectos, aliás bem interessantes, das cavernas e relevos ruiniformes naturais, da região do São Francisco, eram desastradamente designados, como templos e outros monumentos supostos, de povos antigos. (1).

---

(1) Veja-se, a propósito do caso das "pérolas de vidro", o que diz nosso orientalista A. Childe *sobre a méra possibilidade de arribadas acidentais, a influência dos vikings* (na América do Norte) e a absoluta falta de provas de qualquer interferência dos fenícios na América. A presença de tais pérolas no enterratório tupi, e provavelmente post-colonial, do Cutim (Maranhão), é favoravel á própria hipótese da origem recente, veneziana, de uma parte desses artefactos.



Indios Urubús. *Pente de pauzinhos com flôres de plumas (Rio Gurupi)*



Indios Urubús. (*Gurupi*) : *bracelete com flôres de plumas. Notem-se as plumas recurvadas, alvi-negras, caracteristicas do topete da fêmea do mutum (Crax sp.)*

Essas interpretações errôneas constituem uma contribuição, não pequena, para a deseducação nacional. E assim se misturam lendas, idéias místicas, ficções literárias, exibições de falsa ou mal orientada ciência, trazendo a confusão aos espíritos desprevenidos, imaginando, sem nenhuma base concreta, cidades dos Atlantes e expedições salomônicas à Amazônia — da erudição desorientada de Onffroy de Thoron à trágica e misteriosa aventura de Fawcett...

A ciência não pode negar a possibilidade dessas e outras suposições, nem prejulgar em definitivo de muitos fatos alegados a favor delas; o que, porém, lhe é tambem imposto, pelas suas normas criticas, é não aceitar — sem provas cabais, principalmente — revelações sensacionais. Livre é a quem isto agrade dedicar-se a essas lucubrações. mas, no terreno educativo, não se podem tolerar interpretações tais, nem se justifica o apoio, material ou moral, dos poderes responsáveis pela cultura do país, a trabalhos feitos sem o necessário critério, como infelizmente, já aconteceu.

Falo, com isenção, pois não tenho preconceito em ciência e, embora ao começar as minhas pesquisas pessoais de arqueologia, já fosse professor de um liceu estadual, iniciei os meus trabalhos a expensas próprias e só solicitei o auxílio e o beneplácito de elementos oficiais quando tive provas documentais e comparativas para justificar, ante o meio científico, os resultados obtidos.

E' sobretudo indispensavel que se vede a adoção nas escolas de livros ou outros elementos de estudo, onde os fatos sejam apresentados sob interpretações fantásticas ou errôneas; é mister que se dê às crianças e adolescentes a verdadeira interpretação, quando verificada E' muito mais interessante, alem de ser a verdade, dizer à criança o que é uma autentica ruina colonial, ou um aspecto curioso da natureza, que lhe encher a cabeça de idéias falsas sobre esses fatos.

A ficção deve ser contada como ficção, e para isso é que existem gêneros literários como o conto, o romance e a história de fadas...

Não menos desagradavel será chegar um *touriste* à Gávea e dizerem-lhe que aquele penedo é uma esfinge e os traços na rocha que ali ha, uma inscrição fenícia, o que nem se pode apresentar como lenda

local, porque o povo, neste e noutros casos, não é responsavel por tal interpretação.

O povo tem a superstição das sete-cidades, a dos tesouros dos jesuitas e outras; mas não cogita de atlantes nem de fenícios...

Seria bom que os *Guias* de viagem ministrassem a respeito de tais logares indicações seguras, judiciosas, sem prejuizo das interpretações legendárias e tradicionais, devidamente citadas como tradições e curiosidades.

Ao pé dos monumentos naturais e artificiais, poderão ser colocadas inscrições em vernáculo e numa língua estrangeira, redigidas por técnicos de institutos oficiais especializados, indicando em termos simples e prudentes o que se sabe acerca dos mesmos.

Outro caso importante é o das peregrinações, tendo por centros Santuários como a Penha, aqui no Rio; Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo; Bom Jesus da Lapa, na Baía; São Francisco do Canindé, no Ceará; São José de Ribamar, no Maranhão; Nossa Senhora de Nazaré, no Pará; ou, mesmo, simples capelas provisórias, como S. Raimundo de Mulundús. (1). A muitos, inclusive os suntuosos, como a Basílica de Nazaré, um dos mais importantes edifícios do país, falta-lhes expressão típica e regional.

Seria bom que, nos casos como o de Congonhas, (relíquia notável de arte colonial, com admiráveis trabalhos do Aleijadinho) ou mesmo quando se trate simplesmente de igreja notável como documento histórico ou construção regional, se conservasse, cuidadosamente, o seu caráter; mesmo quando necessária a restauração ou a construção de novo e mais imponente santuário.

Algumas dessas festas, ligadas a correntes de povoamento e de intercâmbio, são notáveis ajuntamentos de populações típicas.

Conviria interessar os sacerdotes e autoridades locais, no sentido de auxiliar os estabelecimentos técnicos oficiais e os especialistas, em geral, no estudo dos meios de transportes, indústrias típicas, costumes,

---

(1) A festa de S. Raimundo de Mulundús, no Maranhão (localidade situada entre Coroatá, no rio Itapicuru', e as cabeceiras do R. Iguará) é um centro de atração para as populações sertanejas desse Estado e dos vizinhos, obedecendo essa atração ás mesmas causas antropogeográficas que outróra determinaram os movimentos da guerra da Independência e da Balaiada, a tradicional feira de gado de Itapicuru'-mirim, etc.

folk-lore, etc., que se manifestam nessas peregrinações, as quais são tambem, quasi sempre, animadas e pitorescas feiras regionais.

Lembro mesmo que se criem, nos museus e institutos congêneres, coleções de etnografia sertaneja, a exemplo da "Sala Euclides da Cunha", do Museu Nacional — iniciativa de Roquete Pinto — desenvolvendo, ao lado do aspecto antropogeográfico, a documentação relativa à etnopsicologia das nossas populações.

Os complexos regionais ressaltariam melhor, no que têm de comum ou diferente, ao lado do clássico tipo "arcáico-pastoril" dos sertões, admiravelmente definido por Euclides da Cunha, e assim se teria uma orientação sobre muitos pontos da proteção à natureza, sabendo o que a nossa gente do interior tira de tantos produtos naturais e confrontando esses fatos com o material variado que o índio della extrai, graças ao que consegue viver e criar cousas belas, apesar das suas precárias condições culturais.

A quem confronta as salas do Museu Nacional, logo se evidenciam certos contrastes entre as condições de vida sertaneja e indígena, e não hesito em dizer que os nossos sertanejos levam, sob o ponto de vista artístico e em certos detalhes, desvantagens em relação aos índios.

Esse problema do que se utiliza ou pode utilizar, realmente, da natureza, para a grande economia extensiva e a "economia tradicional", de cada região do país, é um dos mais importantes para a civilização *nacional*.

Mais importante ainda é estudar o estado mental dessas populações, não só na vida religiosa, mas na civil e na prática, e não nos contentarmos com poucos tipos, como o jagunço, o jéca-tatú, o bandeirante, o gaúcho, etc., arbitrariamente arvorados em padrões gerais de uma variada população rústica, espalhada em cerca de quarenta milhões de quilômetros quadrados, de variado aspecto natural.

Para podermos definir o que temos de tipicamente nacional, na nossa gente, é preciso estudar-lhe a variedade e confronta-la com outros tipos do continente e de alhures.

CONCLUSÕES

Deduzimos do nosso estudo as conclusões práticas que seguem, incluidas algumas que coincidirão naturalmente com questões gerais da proteção à natureza e com as de outros trabalhos:

I — Deve-se impedir, nos monumentos culturais, a substituição, por material moderno e incaracterístico, do *material artístico* e, sobretudo, do que representa os tipos e recursos da construção e das artes regionais — salvo os casos tecnicamente inevitáveis, em obra de consolidação.

II — Procurar reconstituir a vegetação nativa, de modo a realçar, quanto possível, pela paisagem típica e originária, os monumentos, cidades históricas e jazidas arqueológicas.

III — E' mister impedir que, nas cidades, novas construções e melhoramentos perturbem as condições necessárias à preservação, contemplação e accessibilidade dos monumentos históricos, devendo ser de preferência localizadas em torno de tais monumentos as construções modernas de tendências tradicionalistas, como as "neo-coloniais", que, ao contrário, não devem ser permitidas em bairros essencialmente industriais e outros onde destôem da paisagem urbana ou natural.

IV — Impõe-se, urgentemente, a proibição de "caieiras" e quaisquer depredações nos sambaquís e outras jazidas contendo crânios e artefactos indígenas. Indicamos, como especialmente digno de urgente providência e medidas complementares, o sambaquí da Maiobinha, no Maranhão.

V — Procurar estabelecer normas de conservação das jazidas arqueológicas, de acordo com os costumes locais, condições de *habitat* e de trabalho, preferindo, sobretudo, nos casos como o dos montículos de Marajó, o das esteiarias lacustres do Maranhão e análogos, as medidas suasórias e educativas (ou as indiretas) a regulamentações rígidas e inoperantes.

VI — Assinalar os cemitérios indígenas, escavados ou em exploração, e outras jazidas análogas, para facilitar a visita, re-exploração e identificação; citamos, especialmente, os enterratórios dos tupís históricos.

VII — E' mister que se estabeleça uma conexão entre as medidas de proteção à natureza e as de amparo aos índios, visando a preservação das suas terras, como verdadeiras *reservas* indígenas, onde encontrem os meios necessários à persistência das suas artes e os recursos vitais, pois são eles espontâneos aproveitadores e *conservadores excepcionais das raridades da natureza*.

VIII — Cumpre combater a divulgação de idéias falsas, como, por exemplo, a de imaginar cidades antigas em puros monumentos da natureza, podendo para esse fim, alem da censura cinematográfica educativa e da boa publicidade, recorrer-se à colocação de placas com indicações exatas e providenciar para que sejam tambem judiciosas, a critério dos especialistas de estabelecimentos e serviços oficiais, as informações contidas em guias de turismo, livros didáticos, etc.

IX — A's autoridades eclesiásticas sugerimos o desenvolvimento das festas que levem o público às igrejas históricas e a organização de pequenos guias dos edifícios religiosos de cada cidade, assim como o estudo das condições técnicas e artísticas da restauração dos mesmos, alem da cooperação com os eruditos e pesquisadores para o conhecimento das suas particularidades históricas e aspectos étnico-sociais das peregrinações e com as autoridades civis, quanto ao desenvolvimento e comunicações das respectivas localidades.

X — Devem os poderes públicos e associações instituir prêmios, ou dar publicidade às obras de arte, de erudição e pesquisa científica, ou de divulgação conscienciosa, relativas aos sítios monumentais, arqueológicos e tradicionais do país.

XI — Devem-se divulgar, por meio de legendas e cartazes nos navios, estações de estrada de ferro, etc., os lugares históricos, monumentos e jazidas das respectivas escalas ou regiões, os caminhos que permitam a visita aos mesmos e as condições ou restrições técnicas a observar nessas visitas. Assim, por exemplo, nas capitais de Estado e portos de mar, conviria colocar mapas panorâmicos ou relevos com indicações dos principais pontos, dignos de visita, na região.

XII — Enfim, "last but not least" — façamos fraternal sugestão aos geógrafos, historiadores, etnógrafos e artistas, para que pesquisem

as relíquias do passado sempre com os olhos na natureza, e aos naturalistas, em geral, para que vejam, sempre, quanto na natureza tenha relação com o passado e a raça, procurando os mil laços que unem o homem ao ambiente; peçamos também aos professores, à imprensa, aos centros de rádio-difusão, que divulguem, com noções verídicas e claras, as nossas relíquias culturais.

RAIMUNDO LOPES
(Do Museu Nacional)

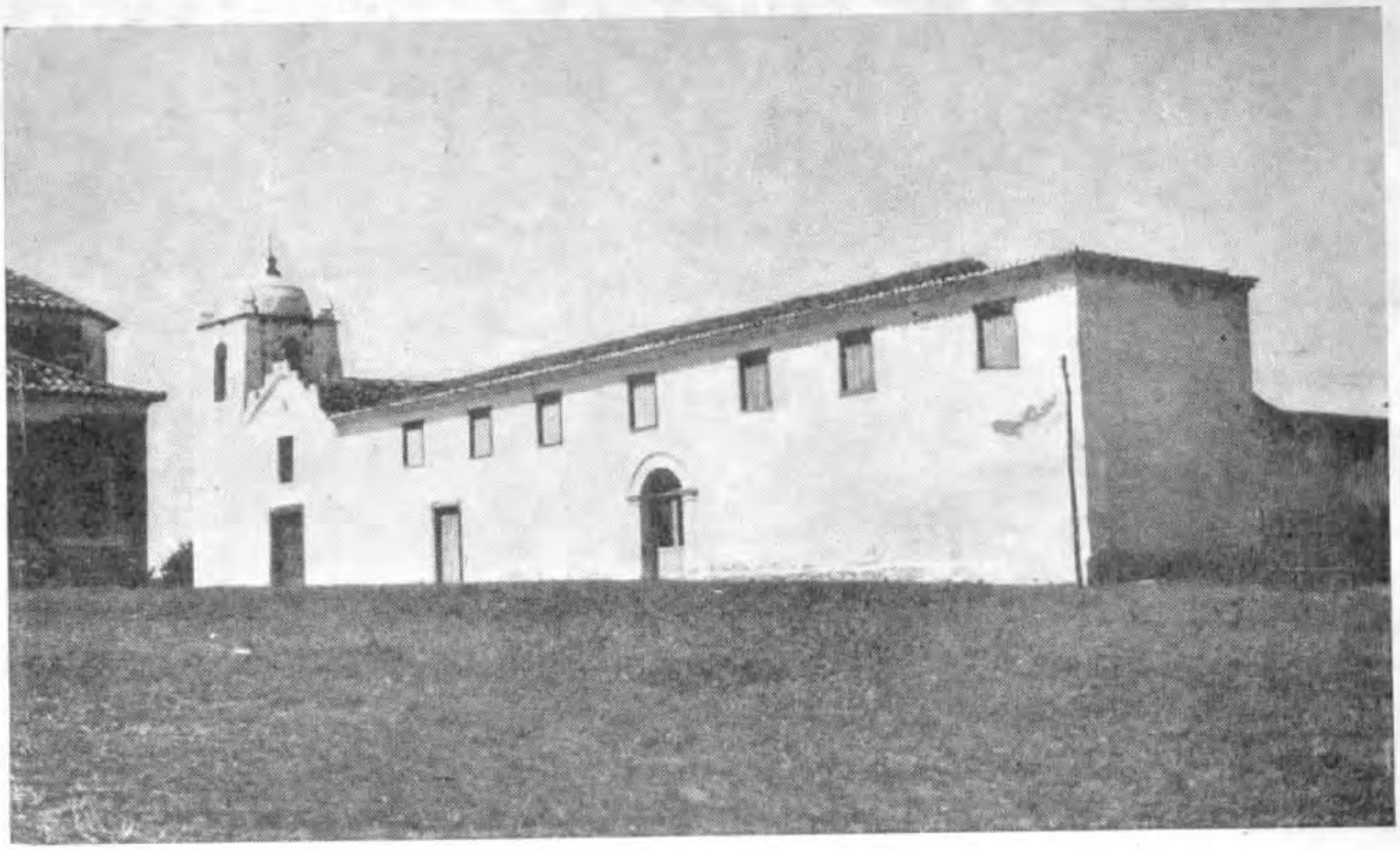
ALGUNS MONUMENTOS DE ARQUITETURA RELIGIOSA DO BRASIL

A maior parte dos monumentos arquitetônicos nacionais é de caráter religioso. Raras são as obras de arquitetura civil que no Brasil se aproximam ou se possam equiparar às igrejas e aos conventos mais notáveis da Baía, de Minas, do Rio ou de Pernambuco. Por certo essas obras merecem estudo acurado e estão a reclama-lo tanto mais quanto maior tem sido a preferência dada até agora aos trabalhos de investigação sobre os monumentos religiosos, em detrimento dos outros. Mas cumpre reconhecer que tal preferência é justificada pela importância predominante entre nós dos primeiros.

Os trabalhos insertos a seguir versam todos sobre igrejas e capelas da Baía, de Pernambuco, de São Paulo e de Minas.

A documentação fotográfica estampada em primeiro lugar se refere á igreja do antigo colégio dos Jesuitas em São Pedro da Aldêa, no Estado do Rio, da qual Luis Jardim estraiu o motivo para o desenho da capa deste numero da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IGREJA
DO ANTIGO COLEGIO DOS JESUITAS EM S. PEDRO DA ALDEIA



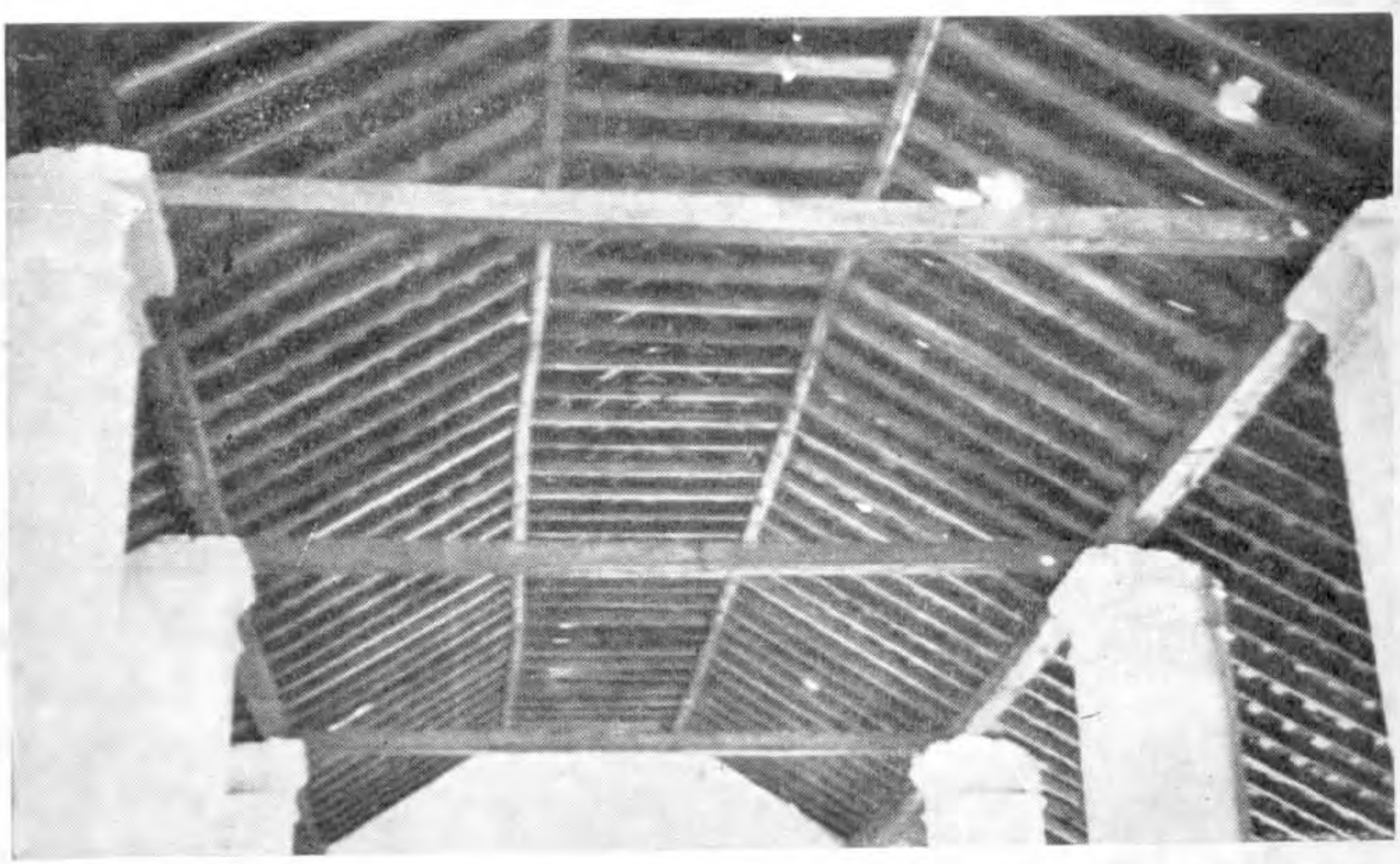
Ala restante do antigo convento, hoje em ruinas e transformado em cemitério. A fachada simples, pura, equilibrada e de bôas proporções, é tipicamente derivada da arquitetura popular do Mediterraneo.



Fundos da igreja, vendo-se a entrada para a sacristia. A torre que aparece no fundo à esquerda é a da matriz. (Na fotografia da pagina anterior, vê-se a sombra desta torre sobre a fachada da igreja).



Cunhal do antigo convento em cantaria caiada, vendo-se a data da construção: 1723



Interior da igreja. O corpo é dividido em tres naves por pilastras de alvenaria que sustentam as terças. A cobertura é de telha vã. Observar o systema caracteristico do madeiramento.

100-D



Vista da igreja. A torre, com as paredes ligeiramente em talude na parte superior, faz parte do corpo da igreja. O frontão é formado pela própria empena, tendo apenas como remate motivos barrocos simples.

E-100-F

SEMINÁRIO DE BELÉM DA CACHOEIRA

Não só na orla marítima, nas velhas cidades clássicas da colônia, floresceu o gênio arquitetônico da Companhia. (Nota *A*).

Em sua obra de penetração, insigne por muitos títulos, os Jesuitas vararam os sertões, procurando radicar-se fundamente no coração da terra.

E ali deixaram monumentos imperecíveis. (Nota *B*).

Quem, partindo da margem do Paraguassú, galga os campos a nordeste de Cachoeira, ha de ser levado, pela fama, a um logarejo perdido na solidão perfeita: — Belém.

O nome encantado, de um primitivismo bíblico, casa-se à humildade do pequeno arraial, outróra célebre e hoje em plena decadência.

Posto no começo de um planalto a centenas de metros de altitude, perto dele, que se cerca de florestas, ondulam os primeiros contrafortes da serra da Timbora, em cujos vales de selvagem beleza correm as muitas águas de ligeiros regatos.

O local, pela sugestão do silêncio e agreste solitude, não poderia ser melhor para que o escolhesse a pedagogia jesuítica.

E o padre Alexandre de Gusmão, experimentado em missões apostolicas, elegeu-o. Nos campos de Belém levantar-se-ia o grande Seminário do Brasil.

Convidavam-no as terras fertilíssimas, o doce clima, o céu incomparável.

* * *

Fundado em 1686, o Seminário de Belém, conhecido até na Europa, abrigou alunos que vinham de vários pontos da colônia, educando-os para a vida religiosa. "Pouco distante da vila de Cachoeira, tinham os ditos padres da denominada Companhia de Jesus um Seminário, onde assistiam umas vezes setenta e outras oitenta estudantes, os quais pagavam 50$000 por seu sustento e ensino" (*Carta* do Desembargador Tomaz Robí de Barros Barreto ao Diretor Geral dos Estudos,

D. Tomaz de Miranda, em 20 de Março de 1760 — Vide *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. XXXI) .

São numerosos os documentos que, em diferentes épocas, falam desse célebre estabelecimento de ensino religioso. Rocha Pita viu dali sairem "perfeitos varões para o século e para as diversas ordens, os filhos das casas mais nobres e ricas do Brasil". (Vide *História da América Portuguesa*) .

Bartolomeu Lourenço, o Voador, estudou em Belém, e data do começo do século XVIII o seu primeiro invento, cujo registro pediu à Câmara da Baía, em 12 de Dezembro de 1705. O moço paulista, aluno dos padres, conseguira, por meio de originalíssimo processo, trazer água do riacho (1) que ficava no vale, para a casa situada na eminência, a 460 palmos de altura, quasi à borda da chapada.

O Visconde de S. Leopoldo, Taunay, Alberto Rabelo e outros estudiosos estenderam-se longamente sobre este e outros assuntos relativos a Belém, procurando esclarece-los. (Vide Visconde de S. Leopoldo — *Revista do Instituto Histórico Brasileiro;* Taunay — *Obras diversas de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão, A prioridade aerostática de Bartolomeu de Gusmão;* Alberto Rabelo — *O Seminário de Belém de Cachoeira e o Padre Bartolomeu Lourenço, erradamente chamado de Gusmão* — Baía, Imprensa Oficial, 1916) .

Atente-se também na figura do fundador e principal animador do Seminário. O padre Alexandre de Gusmão foi dos mais ilustres varões da Companhia, notável não só pelas muitas letras, mas pelas egrégias virtudes que lhe alcançaram a nomeada de Venerável. Aliando à formidável capacidade de ação o espírito de um exaltado místico, deixou-nos algumas obras de sabor estranho, alimentos dulcíssimos da mais refinada vida da alma. (Vide Padre Alexandre de Gusmão — *Árvore da Vida, Jesus Crucificado,* o *Corvo e a Pomba de Noé,* Lisboa, 1734, *A Rosa de Nazaré nas montanhas de Hebron, A Virgem Nossa Senhora da Companhia de Jesus, Lisboa,* 1715, etc.....) . (Nota *C*) .

---

(1) Existe nesse corrego uma fonte que é chamada Fonte dos Padres. Tambem, adiante, uma ponte solidíssima, construção dos mesmos.



Fachada principal da igreja do Seminário de Belém da Cachoeira (Baia)

O padre Gusmão morreu em Belém, aos 95 anos de idade, (1724) e 78 de religião, perdurando até hoje a fama que o nivela aos Nóbrega e Anchieta. Uma lenda interessante leva à sua sepultura as mulheres estereis, que acreditam tornar-se fecundas ao se deitarem sobre a lousa que lhe cobre os restos. (Nota *D*).

A decadência do Seminário, ou melhor a sua morte completa, veiu da expulsão dos Jesuitas, decretada por Pombal.

Em 7 de Abril de 1760, o Cabido da Sé da Baía dirigia-se a El-Rei D. José, dizendo-lhe "... que já se achava evacuada a Igreja e o Seminário de Belém, no termo da Vila de Cachoeira".

E prossegue a história das vicissitudes da Casa, até o seu desaparecimento, pois de Belém restam apenas a igreja (quasi arruinada) e dois arcos romanos do velho cláustro.

Em 1817 o Rei de Portugal escreveu ao Conde dos Arcos comunicando-lhe que cedia o Seminário a Joaquim do Livramento, para que ali se estabelecesse uma Casa Pia de Educação para menores órfãos e desamparados. (Vide Aristides Milton — *Efemérides Cachoeiranas*).

Em 1823 o deputado Pereira da Cunha apresentou à Assembléia do Império um projeto que determinava fosse localizada em Belém uma das duas universidades que seriam criadas no Brasil.

Em 20 de Abril de 1826 D. Pedro I expediu um *Aviso*, mandando fundar em Belém um Colégio Público.

Daí por diante pouco ou quasi nada sabemos da vida desse Seminário, edifício que teria a severidade e grandeza rude das edificações portuguesas da época, maxime das levantadas pelos padres da Companhia.

No tempo de Aires de Cazal, já o prédio não existia, conforme depreendemos da citação: "Obra de uma légua ao nordeste (de Cachoeira), ou com pouca diferença, está a aldeia de Belém, assim chamada da invocação duma capela que nela ha, resto dum seminário que os jesuitas ali possuiram..." (Vide Aires de Cazal — *Corografia Brasílica* — Tomo II, pag. 113 — 2.ª edição, Laemert, Rio, 1845).

* * *

Não sem tristeza, vaga saudade inexplicável, vimos os arcos espectrais do velho Seminário, tudo que ficou da casa gloriosa, muralhas negras empastadas de limo...

BIBLIOTECA da DPHAN — RIO

Do cláustro antigo, severo e magestoso, é o que resta, escapo à consumpção.

E, nessa tarde de nossa visita, tarde fria de Junho, aos últimos raios de um sol medroso, pareceu-nos que das arcadas veneraveis de Belém, como de um ninho curvo e protetor, se alavam almas, que se confundiam com as primeiras sombras tangidas do céu.

Da obra de Alexandre de Gusmão nos campos da Cachoeira, daquele formidavel império da Companhia sobre os homens, diante de nós apareciam apenas esses muros desconjuntados, aqui e ali rasgando-se, mostrando arbustos humildes, mais espinhos que flores, mais desolação simbólica que promessa de longinqua ressurreição.

Sómente isso ?

Não.

Ao lado, bem a par das paredes esborcinadas, a capela do Seminário se ergue.

Não souberam, ou não puderam demoli-la. As suas pedras resistiram melhor aos invernos e verões hostís, e uma pequena torre ainda derrama sobre aquele planalto, pela voz dos sinos, a suavidade da benção crepuscular da Ave-Maria.

Mutilada, profanada, esquecida, estaria a capela à beira de próxima e irremediável ruina total se mãos piedosas, num esforço admiravel, não procurassem agora reforma-la.

Mas nesse trabalho que empreendem os simplórios filhos de Belém, talvez por ignorância sejam sacrificados (e para sempre) alguns tesouros que escaparam à insídia corrosiva dos anos.

Urge um entendimento entre as autoridades a quem é confiada a conservação de nossos monumentos e a Mitra, no sentido de se aproveitarem ou restaurarem as peças de arte pura que sobreviveram.

Uma verdadeira universidade religiosa do Brasil colonial floresceu ali, naquele seminário de almas, o grande viveiro clássico das letras grego-latinas, a mais famosa escola de formação das nossas élites diretoras.

E, quando outros méritos não possuisse a capela de Belém, pelo menos o que ela representou como projeção de força espiritual bastaria para resguarda-la de um olvido criminoso.

* * *

Dir-se-ia que, naqueles anos remotos do século XVII, a chamado do preclaro fundador, teriam acorrido aos campos de Belém, para decorar a capela do Seminário, os mais bizarros e famosos ensambladores e imaginários da Companhia. Talvez tudo viesse de longe, lavrado e perfeito. O certo é que na solidão do planalto cachoeirano se levantou um dia essa igreja suntuosa, florida internamente de figuras e linhas douradas, de obras de talha no jacarandá, e até dos azulejos, das lacas, dos marfins, das tartarugas e dos desenhos do Oriente.

O aspecto severo, rude, desgracioso, do exterior do templo, e mesmo da expressão do conjunto, compensa-se pela finura das minúcias, pelo cuidado carinhoso posto na ornamentação dos detalhes.

Se a torre, por exemplo, surge baixa, meio acaçapada, sem elegância, tudo isso é pouco se lhe reparamos, na extremidade, a cúpola coberta da mais rutilante louça de Macáu. Nas horas de sol intenso e nas noites de grande luar, ela aparece, milionária de cintilações. São fragmentos de louça tapetando um fundo sobre que se cruzam, em linhas curiosas, pratos inteiros, que nada perderam do brilho e colorido primitivos.

No interior da igreja, onde se avantaja a boa pedra, notam-se os púlpitos rendilhados na madeira, o gradil joanino de jacarandá, as portas e janelas que abrem para a capela-mor, estas, principalmente, com resguardos harmoniosos, sanefas e balaustres dourados ao gosto jesuítico. (Nota *E*).

Mas o melhor de tudo acha-se na sacristia, outróra riquíssima.

De suas faladas tartarugas embutidas, nada encontramos. Nem dos ornatos de marfim. Nem dos retábulos. Nem dos panos murais de azulejos do Rato. Apenas, quasi irreconhecíveis, algumas arcas de jacarandá e velhas imagens.

O teto é que ficou, de surpreendente e mágica beleza.

Partido em alguns lugares, ligeiramente manchado em outros, despregando-se nos cantos e prestes a ruir, assim mesmo, vencendo os séculos, ele se mostra com as cores tão frescas, tão novas, tão vivas, como se fossem pintadas hoje, e não nesses anos perdidos.

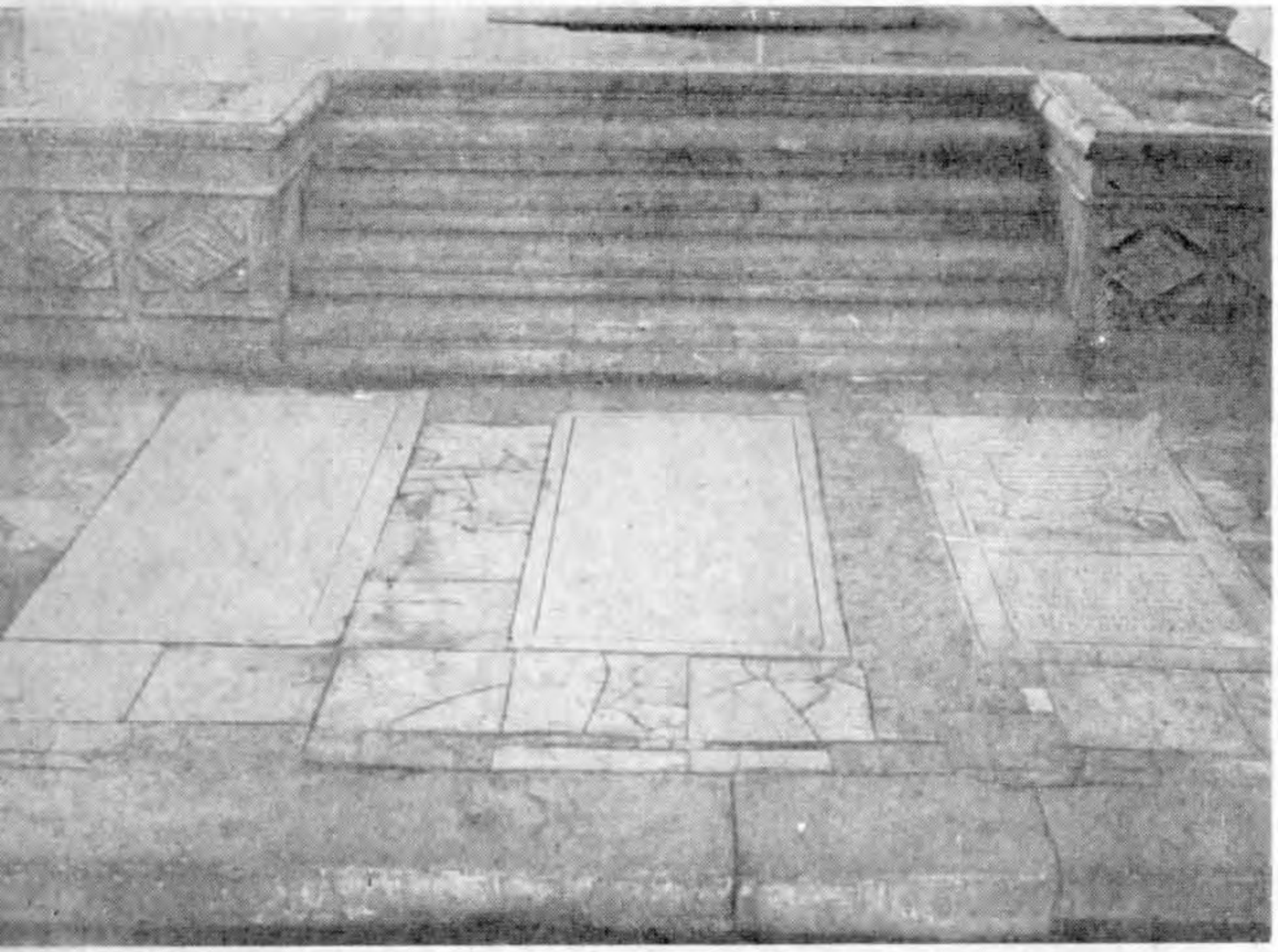
Em nenhum exemplar da arte portuguesa no Brasil vemos, como ali, a influência exata, nitida, inconfundivel, da beleza oriental. Parece que os seus pintores estavam possuidos do segredo de todas as chinesices e queriam transmitir-nos, não a floração movimentada e ciclópica que nos é peculiar, mas o apaziguante de uma iluminura quasi irreal, tocada do sentimento da miragem universal das coisas.

Nos oito quadros similares desse teto de madeira decorada não avultam os motivos tropicais luxuriosos, nem figuras humanas de beatos ou filósofos: simplesmente flores delicadas e exóticas. Círculos de ouro, ao centro. Círculos de céu, depois. Outros círculos de ouro. E, então, prisioneiros destes últimos, as dálias, os crisântemos, os hibiscus, as camélias, multidão que mal conhecemos, grandes umas, minúsculas outras, e todas de perturbador colorido, flamas correndo, em tons perfeitos, do vivo ao esmaiado, as mais variadas ondulações cromáticas. O fundo negro sobre que vivem, esplendendo, é o abismo de onde Deus as teria criado, ao sopro do seu Verbo. Imagina-se que louvam o *Fiat* de que emergiram para encantar o olhar dos homens. Flores chinezas. O gracioso de algumas, a sua postura hierática, quasi nos leva a imagina-las como as que se imobilizam, sonhadoras, nos quadros medievaes de Li Ti ou de Li Yi-Ho. E, se não nos arriscamos na comparação. os morcegos, agitando-se em vôos lentos, fazem sobre essas pétalas vermelhas o mesmo efeito que aqueles pássaros desconhecidos sobre as camélias do célebre desenho de Ritsouo.

Enfim todas elas, flores extáticas, mais de adoração litúrgica, rosas imotas que nos embeveceram, por alguns instantes, aos últimos clarões do crepúsculo.

A riqueza hodierna de Belém está presente nesse teto. Apesar de atrozmente abandonado, poderá ser salvo. Que o aproveitem com inteligencia !

Ele fala de uma arte única entre nós, dizendo de um tempo em que o pequeno Portugal se acalentava ao ritmo do Oriente, sonhando a



Sepulturas do Pe. Alexandre de Gusmão, do Fr. Manuel da Ressurreição e do Cel. Aragão Menezes, na igreja do Seminário de Belém



Fachada lateral da igreja

mística de céus distantes, outras figuras, outros amores que o perderam na ilusão da glória...

A igreja de Belém, na solidão em que está, quasi á margem da vida, esquecida e longe dos homens apressados e indiferentes, merece dos amigos da beleza um auxílio que a restaure, integrando-a nos cânones de seu velho estilo.

Ela vale como um símbolo perfeito, relíquia que se não foi no grande naufrágio do resto.

Vale. E não só pelos tesouros materiais que encerra. Ali se recolheram, em colóquios com Deus, os mestres magníficos de nossa cultura humanista; e ali oraram, precursores iluminados, dois homens que o Brasil não pode esquecer: Bartolomeu Lourenço, o Voador, e Alexandre de Gusmão, o Asceta, o Santo, o Varão de cujos lábios escorreu, para os condutores do nosso destino espiritual, a luminosa palavra de um discípulo de Cristo, que tambem fosse amigo da gnose de Plotino e das subtilezas de Porfirio.

Godofredo Filho.

Notas

NOTA *A*

O conceito é relativo e só compreensivel à luz de nossa educação e necessidades estéticas. Não ha um estilo propriamente jesuítico, e o que toma esse nome ressente-se da ausência de finura e de graça. O mérito dos padres da Companhia, se existiu, foi o de uma pseudo-volta ao classicismo. As linhas de sua arquitetura mostraram-se, em toda parte, de uma fria correção e rebuscada severidade. Entretanto, ao baroco moderado liga-se a chamada arte dos Jesuitas. E com razão maior em nosso Brasil, onde os padres se serviram do aparatoso desse estilo para seduzir as almas. Conforme acentuamos em estudos anteriores, andaram acertadamente, pois o baroco se adapta, como nenhum outro, à exuberancia de nossa natureza e de nossa imaginação. E' sómente lamentavel que, em contacto com a magia do mundo americano,

as suas formas não variassem, recebendo novas influências e maior cópia de motivos ornamentais. Os pelicanos simbólicos e os cachos de uva, nunca, ou quasi nunca, cederam logar aos nossos pássaros coloridos e às nossas frutas excitantes.

* * *

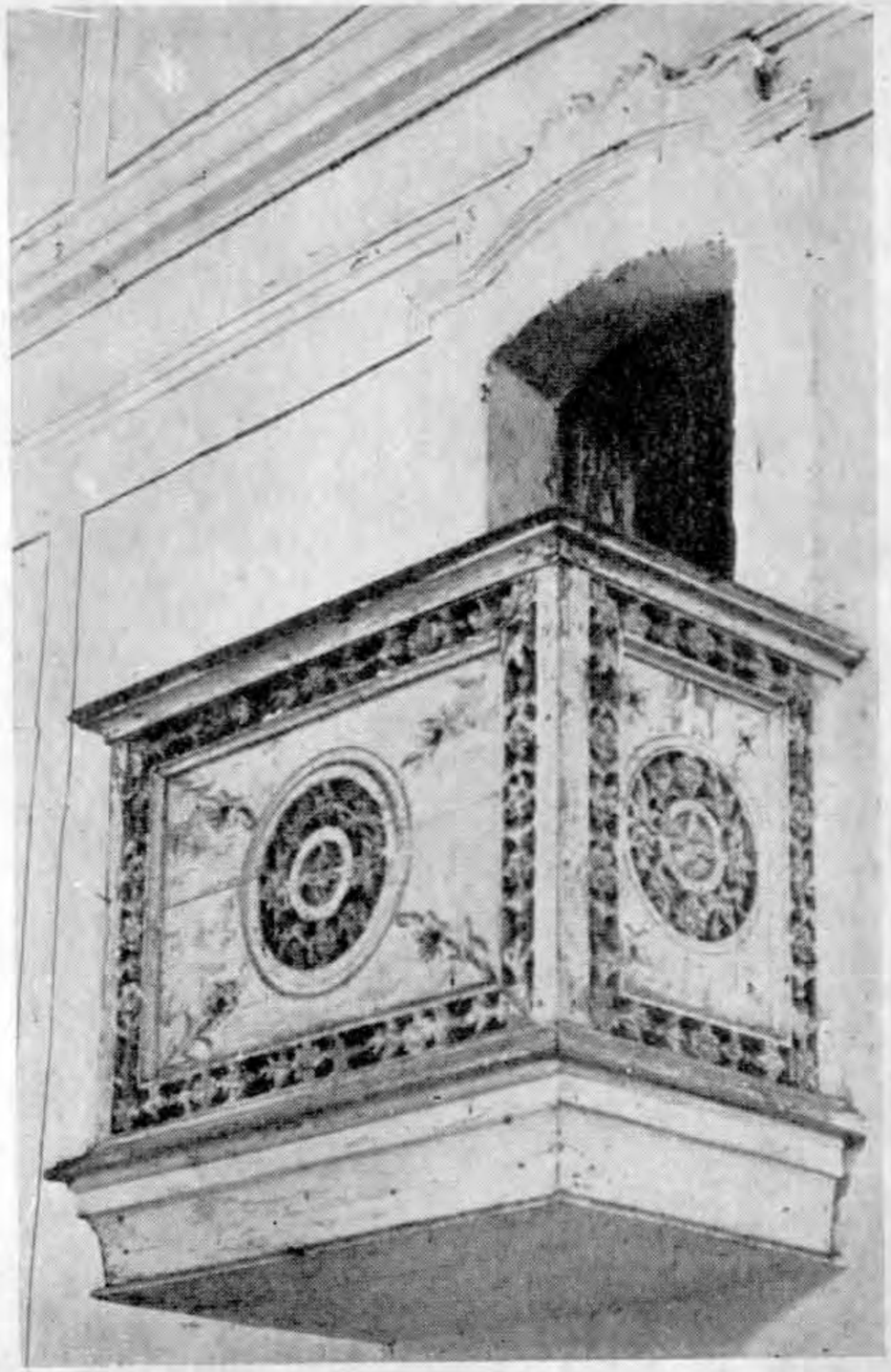
NOTA *B*

Os monumentos arquitetônicos que o Brasil herdou em sua maioria são magestosos e belos sómente para nós, que os admiramos através da emoção, procurando ressaltar-lhes o sentido moral que, muitas vezes, deve compensar a míngua de outras perfeições. Claro que a cultura jesuítica nos legou exemplares de grande pureza no gênero, templos como o do Colégio da Baía e palácios como o da Conceição, cujas linhas honrariam qualquer país. Mas, em geral, as suas construções não fogem ao espírito dominante em Portugal, no tocante a edifícios. Os estrangeiros ilustres que, em diferentes épocas, apressada ou detidamente, visitaram a nossa metrópole, são quasi unânimes em condenar-lhe a arquitetura. Alguns o fizeram com evidente má vontade e falta de compreensão do senso lusitano, das suas necessidades e ideais. "As igrejas são vastas e pesadas massas inteiramente destituidas de tudo que pode ser compreendido como bela arquitetura". (Vide Murphy — *Voyage en Portugal,* 1728, pag. 10). Carrere, em livro famoso, secunda-o: "Não se vê em Lisboa nenhum edifício vasto e magestoso, impondo-se pela sua massa, notável pela sua extensão, recomendavel pela sua arquitetura, impressionando pela sua magnificência; são edifícios incapazes de fixar, mesmo por um só instante, a atenção de um amador de belas artes". (Vide Carrere — *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne* — pgs. 34 e 35). Mas, se esses foram demasiado severos no julgamento, como olvidar as reservas de um Raczinsky, em sua obra monumental — *Les Arts en Portugal ?*

Parece que a Batalha e os Jerônimos esgotaram, em suas nervuras, a seiva da arte lusitana. O que veiu depois é pesado, sem viço, mostrando carência de sentido espiritual. A vibração das asas não mais estremeceria na graça dos florilégios manuelinos.



Seminário de Belém da Cachoeira: a torre decorada com aplicação de louça de Macáu



Púlpito com ornatos de gosto oriental

NOTA *C*

Sob um retrato do Veneravel Alexandre de Gusmão, existente na Alemanha, em Augsburg, e atribuido ao escultor Gottlik Hens, ha uma legenda latina que, traduzida, nos esclarece: "*Verdadeira efigie do servo de Deus Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus, fundador do Seminário de Belém, no Brasil, duas vezes Provincial desta Província, singularmente dotado de reconhecidas e preclaras virtudes, devoto especialmente do Menino de Jesus reclinado no presépio, poderosamente formidavel contra o demônio, iluminado por milagres antes e depois de sua morte e afamado por visões do céu. Finou-se no Seminário de Belém, no dia 15 de Março por ele predito, nonagésimo quinto de vida mortal e septuagésimo oitavo de religiosa, cujo sepulcro é visitado com grande concurso e devoção de todos*".

Muitos escritores também se referem aos méritos artísticos do Padre Alexandre, dando-o como autor dos preciosos retábulos que existiram em Belém.

* * *

NOTA *D*

Na capela-mor, fronteira ao altar, ha três lápides fúnebres, dispostas paralelamente. A do centro, maior que todas, não contém palavras elucidativas. Supõe a tradição que ali enterraram o terceiro arcebispo da Baía. D. Fr. Manuel da Ressurreição, surpreendido pela morte quando, em visita pastoral, fôra ver e ouvir seu grande amigo e guia espiritual, o Padre Alexandre de Gusmão. A virtude do Prelado teria exigido que não ficassem dizeres assinalando-lhe a sepultura. A' direita desta, sob brazão florido na pedra, lê-se: "*Sepultura do Coronel da Cavalaria Antônio de Aragão de Menezes, Moço Fidalgo da Casa de Sua Majestade, e de sua mulher, D. Maria de Menezes, Fundadores deste Seminário de Belém*". A lousa do lado esquerdo conserva estas palavras admiraveis na humildade: "*Hic iacet Venerabilis P. Alexander de Gusmão huius Seminarii institutor obiit 13 Martii anni* 1724". Mas os restos do Padre Alexandre não mais repousam na solidão sagrada

de Belém. Os farejadores de preciosidades foram busca-los à fria terra, ao esconderijo amável em que deveriam para sempre jazer. E, com outras relíquias dispersas da velha igreja, tambem se perdeu a urna que encerrava os santos despojos. O Instituto Histórico da Baía a possuira entre as suas coleções? E até quando? Porque, restaurada a capela, é preciso que voltem os ossos do beato Alexandre para o chão que ele tanto amou, é preciso que durmam de novo sob a morena pedra diante da qual tantos olhos aflitos se enchem de lágrimas consoladoras e se alvoroçam de esperança tantos corações ingênuos.

* * *

NOTA *E*

De resumido inventário, a que procedemos, das riquezas de Belém, avultam algumas peças de ourivesaria religiosa, o cálice, a grande custódia lavrada e uma naveta curiosamente trabalhada em forma de galeão, tendo os pertences burilados com fervor. (1).

As imagens, grandes e bem conservadas, são de excelente escultura. Sobressaem as de Jesus, Maria e José, padroeiros do Seminário, a do Senhor Morto, as de Sant'Ana, São Joaquim, Santo Inácio e São Francisco Xavier. Na sacristia, em um dos nichos escavados na parede, vê-se uma grande figura de pedra que representa Jesus no Horto das Oliveiras.

Além do teto dessa sacristia, cuja maravilha descrevemos detidamente, jámais cansados de exaltar-lhe a perfeição, a igreja, hoje coberta de pó e morada de centenas de morcegos, ainda guarda algumas peças magníficas.

---

(1) A ourivesaria portuguesa, notadamente a religiosa dos séculos XVII e XVIII, trabalhou com vasto material. Poderia avantajar-se á de outros países, se não fôra o constante exodo de metais preciosos, que a má política jamais permitiu estacionassem no Reino, alicerçando-lhe a prosperidade. Ficaram, porém, nas igrejas e conventos do Brasil algumas peças que parecem cinzeladas pelos mais habeis ourives do tempo. Muitas ha que denotam, no lavor das flores e figuras, a acentuada influência alemã que se transmitiu a Portugal. Apesar da crítica hostíl de vários estrangeiros (Carrére inclusive) á joalheria dos nossos maiores, não se hão de olvidar as mãos de que saíram tantas obras esmeradas e duraveis. Certos cálices miniaturas no século XVI, a custódia de Belém, ou a gótico-manuelina do Bispo D. Diogo, são bastantes para elevar a arte de um povo á mais pura expressão de beleza.

Entre estas, o gradil de jacarandá torneado, os púlpitos rendilhados, confessionários, tocheiros e, mais que tudo, os portais e balcões que abrem para a capela-mor, recamados de opulenta talha dourada.

Nota-se, porém, que essa obra de relevos não é exagerada nem pomposa, como a que caracterizou, em Portugal e no Brasil, a segunda metade do século XVII.

Um certo equilíbrio a preserva do empolado que atingiu a arte jesuítica, quando esta se livrou totalmente do jugo da Renascença.

Não obstante a ausência de aparato, que consignamos, as janelas e portas da capela-mor registram a riqueza do entalhe português do tempo e a perícia com que a goiva daqueles obscuros artistas sabia fascicular, em ouro, a madeira indócil das florestas de Belém. (1).

G. F.

(1) No volume XXXI dos *Anais da Bibliotéca Nacional* (Documento n.º 4.894) encontra-se o interessante *Instrumento do Inventário dos ornamentos, ouro, prata e mais alfaias pertencentes ao Seminário de Belém.* Traz a data de Janeiro (22 e 23) de 1760.



Santuário de N. S. dos Prazeres, erguido no local em que se travaram as batalhas de Guararapes, no atual município de Jaboatão (Pernambuco)



Fragmento de um dos painéis da igreja de N. S. dos Prazeres, representando aspectos da batalha de Guararapes, executados em 1802 por um "curioso".



Inscrição referente á edificação da primitiva igreja de N. S. dos Prazeres

A EGREJA DOS MONTES GUARARAPES

No mesmo local em que se travaram as batalhas de 18 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649 levanta-se, como um monumento de patriotismo e de fé, a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.

Francisco Barreto de Menezes, filho de um primo do vice-rei do Perú, d. Fernando de Borja, foi o homem escolhido por d. João IV para dirigir o movimento pernambucano contra os holandeses.

Com o título de mestre de campo geral, veiu ele para o Brasil. E depois de várias peripécias, inclusive nove meses nas prisões holandesas do Recife, conseguiu se pôr à frente do exército libertador.

Foi ele quem reorganizou o serviço militar entre os pernambucanos e quem traçou os planos da nova campanha, até que, em abril de 48, com forças muito inferiores, conseguiu vencer a primeira batalha dos Guararapes.

No ano seguinte logrou a segunda vitória, e em janeiro de 54, depois de seis longos anos, obteve a capitulação do Campo da Taborda, recebendo do inimigo vencido as chaves da cidade.

* * *

Varnhagen considerava Francisco Barreto de Menezes um grande cabo de guerra e exaltava-lhe os dotes militares de "circunspecção, reserva e prudência".

Mas esse soldado era uma alma mística e fervorosa. Não foi àquela sua "prudência, valor e arte", em que tanto confiava d. João IV, que ele atribuiu os seus feitos de guerra.

Mas à intervenção divina e particularmente à Virgem, sua padroeira.

A' sua custa pois mandou construir, no local mesmo em que o inimigo mordera o pó da derrota, uma capela votiva, e a entregou à guarda dos beneditinos, com um vasto patrimônio, obrigando os monges a

celebrar uma missa quotidiana, por alma dos que se haviam sacrificado pela integridade da Pátria.

As suas disposições testamentárias são bastante explicativas, e tantos foram os bens deixados que os beneditinos mais tarde reconstruíram a capela, erguendo a igreja atual, que é uma das mais belas e imponentes que aqui deixaram os arquitetos portugueses do século XVIII.

Da igreja primitiva resta apenas a lousa onde Francisco Barreto mandou gravar o cumprimento de sua promessa.

Tudo o mais é posterior à sua morte.

* * *

Do morro em que se levanta, a igreja se avista de longe, com suas torres altaneiras e esguias.

Quem conhece as igrejas do Recife vê logo que a sua construção está bem no espírito do século XVIII, que foi o nosso grande século místico, o das melhores construções religiosas.

No interior não ha paineis de azulejos, representando as vidas dos santos, como encontramos nos conventos franciscanos e carmelitas. Mas um revestimento de azulejos em arabescos, que lhe dão um caráter muito original.

Tambem os seus altares são de uma talha que não é comum nas igrejas do Recife e de Olinda. Infelizmente, o descaso a que foi relegada consumiu muitas de suas riquezas artísticas. A sacristia se acha bem estragada, e a velha cômoda de jacarandá e os velhos santos de madeira nos dão uma impressão triste de descaso.

No altar-mor ha ainda alguns quadros sacros, a óleo, dos melhores de quantas obras de pintura temos visto em interiores de igrejas pernambucanas.

* * *

A igreja dos Guararapes é um dos monumentos mais impressionantes de nosso patrimônio artístico e histórico.

Custa crer como, numa época em que era tão difícil o transporte do material, se pudesse erguer, num ponto tão elevado e distante, um templo de tamanha importância.

E' pena que as gerações que se seguiram o tivessem deixado por tanto tempo ao abandono.

A igreja dos Guararapes precisa de reparos imediatos, restituindo-se-lhe tambem os seus paineis das batalhas contra os holandeses, hoje recolhidos ao Instituto Arqueológico.

Quantos se interessam pela história do Brasil e pelas tradições nacionais precisam acudir em tempo, para que o templo erguido por Francisco Barreto de Menezes não venha a desaparecer daquelas colinas memoráveis.

Annibal Fernandes.

Fac-simile do termo de aceitação do risco da nova capela de N. S. do Carmo de Ouro Preto, de autoria de Manoel Francisco Lisbôa

MANUEL FRANCISCO LISBOA FOI O AUTOR DA PLANTA DA IGREJA DE N. S. DO CARMO DE OURO PRETO

A' pag. 107 do Livro 1° de deliberações da Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo de Ouro Preto se lê o seguinte:

"Termo de Aceytação que fez a Meza do Risco p^a a nova Capela"

"Aos nove dias do mez de Agosto de mil e setecentos secenta e seis annos, estando juntos em Meza o irmão Suprior, com vezes de Prior, e mais irmãos abayxo assinados com o Rd° p^e Comissr°; ahi aparesseu presente M^el F^co Lx^a com o risco p^a a nova obra da Capella q^e está detreminado fazerse, e sendo aprezentado, e visto por todos uniformem^te o aceytarão, e aprovarão, ordemnando se pagasse ao d° Lx^a cincoenta oitavas de ouro, preço em q^e oppos com atenção a ser p^a esta veneravel ordem de que elle era Irmão e que por isso se contentava com a d^a q^tia, suposto não equiparava ao trabalho q^e com elle tivera, e ordenarão ao Irmão Thezr° satisfizece a d^a quantia, e se fixassem Editaes p^a se por em praça a obra pelo mesmo risco, e na forma das condições q^e p^a isso se havião feyto; e de tudo mandarão lavrar este tr° que assinarão. Manoel Fr^co Paradella Secretr° que o fiz escrever e sob: escrevi e assignei."

A CAPELA DE SANTO ANTÔNIO

Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quasi nada. Vai subindo no ser uma ambição de achar, uma esperança de descobrimentos admiraveis, quem sabe se em tal capela denunciada vai-se topar com alguma S. Francisco? já não digo tão inédita como a de São João d'El Rei, mas pelo menos tão linda como a de João Pessoa... E encontramos ruinas, tosquidões. Vem a amargura. Uma desilusão zangada que, de novo, a gente precisa tomar cuidado para que não crie, como a fome criara, nova e oposta miragem.

O critério para um trabalho proveitoso de defesa e tombamento do que o passado nos legou tem de se pautar, no Estado de São Paulo, quasi exclusivamente pelo ângulo histórico. No período que deixou no Brasil as nossas mais belas grandezas coloniais os séculos XVIII e XIX até fins do Primeiro Império, São Paulo estava abatido, ou ainda desensarado dos revezes que sofrera. Não poude criar monumentos de arte. Se é certo que uma pesquisa muito paciente pode encontrar detalhes de beleza ou soluções arquitetônicas de interesse técnico, num teto ou torre sineira, num alpendre ou numa janela gradeada, é mais incontestavel ainda, a meu ver, que São Paulo não pode apresentar documentação alguma que, como arte, se aproxime sequer da arquitetura ou da estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Baía.

O critério tem de ser outro. Tem de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, ha de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir. Está neste caso a deliciosa capela de Santo Antônio, no município de São Roque, a setenta quilômetros da Capital, para as bandas de oeste.

Esta capela foi construida pelo capitão Fernão Paes de Barros no século XVII, a uns trinta metros para a esquerda da casa-grande da fazenda de Santo Antônio, que ele fundara. Na própria casa-grande, aliás, existia uma sala com altar, onde, pela afirmativa do barão de Piratininga, (*Almanaque Literário de S. Paulo,* organizado por José Maria Lisboa, 1881) o padre Belchior de Pontes "celebrava missas e outras funções do seu santo ministério".

Esse oratório estava na direita da casa, isto é, imediatamente à esquerda de quem entra pelo alpendre central. Esta solução de situar a sala de capela à direita do alpendre central, repete-se exatamente a mesma, noutra casa-grande colonial existente a poucos quilômetros da capela de Santo Antônio, e ainda no município de São Roque, no lugar chamado "Sítio Velho" pelos seus moradores. Esta última ainda existe completa, apesar de muito arruinada, e permite reconstituir o dispositivo da casa-grande de Santo Antônio, já destruida justamente na ala direita. E é lastimavel que a casa-grande, atribuida com bastante certeza à faustosa propriedade do padre Guilherme Pompeu, tambem no mesmo município, esteja em tal estado de deformação que não se possa mais, com honestidade, verificar se no plano primitivo se repetia a mesma solução.

Que razão levou o capitão Fernão Paes de Barros a construir uma capela nova, mais monumental, na sua fazenda?... Diz o barão de Piratininga que, como o oratório primitivo "não satisfizesse o fervor religioso de d. Maria Mendonça, insistiu ela com seu marido Fernão Paes que edificasse uma capela da invocação de Santo Antônio, e como o que a mulher quer Deus o quer, o marido satisfez os ardentes votos de sua virtuosa esposa, levantando a cincoenta (sic) metros da sua casa de moradia uma capela...". Já porém na provisão dada pelo dr. Francisco da Silveira Dias, protonotário apostólico do bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro, para benção da capela nova, se diz que a existência desta derivava da aspereza das estradas (que até agora é a mesma...) e de ser Fernão Pais achacoso e não poder arrastar com a família à missa em São Roque.

A provisão foi dada a 24 de Setembro de 1681 e a benção, pelo padre Almeida Lara, realizou-se a 12 de Junho do ano seguinte, tendo



PLANO do SITIO Sto ANTONIO
MUN. S. ROQUE
S. PAULO

Fig. I

Fernão Pais dado como patrimônio da capela "as terras do sitio onde está que segundo a escritura que está a folhas 4 do livro da mesma capela é de meia légua de testada e uma de comprido", como consta da provisão.

A primitiva propriedade do capitão Fernão Pais de Barros sabe-se ao certo que se compunha pelo menos de dois edifícios, a casa-grande e a capela. Provavelmente teria a sua senzala tambem, pois que, no seu testamento, conhecido do barão de Piratininga, Fernão Pais instituira um vínculo perpétuo na fazenda de Santo Antônio, compreendendo, alem das terras, "grande número de escravos do gentio de Guiné e do gentio do Brasil". No plano que damos na fig. II, da autoria do sr. Luiz Sáia, a senzala indicada, e que foi localizada pelo sr. Euclides de Oliveira, antigo dono da propriedade e que ainda a encontrou, parece ser a mesma senzala primitiva, atualmente desaparecida por completo, transformado o seu lugar em roça de batatinha. A senzala correspondia em seu comprimento exatamente ao comprimento total da primitiva casa-grande de Fernão Pais, o que ainda leva a supor fosse ela a primitiva. Ao lado esquerdo da casa-grande primitiva, em traço cheio na fig. I, se observa uma dependência recentemente construida ligando a um edifício quasi quadrado, que não pertenceu à propriedade primitiva. Serviu este edifício de moradia principal ao barão de Piratininga, quando foi proprietário da fazenda. Neste edifício, de que restam apenas as ruínas das paredes exteriores, ainda se descobrem umas pinturas amortecidas pelo tempo, feitas por um agregado do barão, dizem, e representando cenas de caçada. Na sua casa de Santo Antônio, o ilustre e político barão deu festas célebres, em que, conforme o testemunho de uma sua escrava ainda existente, havia caçadas e conversas de política. Está certo. A mesma ex-escrava, aliás, conta que ajudou na construção da casa nova, carregando terra para a taipa. Finalmente a 14 metros das ruínas da casa do barão está a capela, cujo plano se distingue bastante, na arquitetura religiosa do Brasil, pela disposição da torre, que não está nem no próprio corpo da igreja, nem dele separado, como é geral. No entanto, pode-se com certeza afirmar que a torre pertence à construção primitiva, não só pelo testemunho do barão de

Piratininga, como principalmente pelo agenciamento da escadaria que leva ao "coreto", palavra usada na zona para designar o coro da capela.

A capela de Santo Antônio tem a sua torre construida de pedra e recoberta de barro. A sineira é totalmente aberta, ainda com um pequeno sino. Os moradores do lugar se referem a um sino grande, de que não pude ainda averiguar a existência, nem onde pára. Já porém as paredes da capela, com exceção dos elementos de ligação da torre, que obedecem ao processo de construção desta, são de taipa. Apenas a parede interna, que separa a sacristia do longo compartimento que dá entrada ao púlpito e ao coreto, é de páu-a-pique.

Talvez um dos mais curiosos elementos da capela de Santo Antônio seja a sua fachada. E' por completo feita de madeira e, com toda a probabilidade, se conserva como foi primitivamente, pois tanto as dobradiças da porta como as molduras são iguais às existentes no interior da capela. Apenas um problema surge. Nos dois grandes esteios externos da fachada, abrem-se dois orifícios que varam esses esteios até a parede a que eles se arrimam. Um desses orifícios está perfeitamente visível na fig. II, no esteio próximo à torre. Além desses orifícios e pouco acima deles, observam-se ainda chanfraduras nos ângulos com que os esteios se defrontam. Conforme a arguta observação do sr. Luiz Saia, tanto orifícios como chanfraduras parecem ser elementos de samblagem de tesouras, que formariam na frente da capela um alpendre. Repetir-se-ia, portanto, na capela de Santo Antônio a solução de fachada de igreja com alpendre que encontramos na igreja de São Miguel, no município de São Paulo, e a que o sr. Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala,* atribue influência arquitetônica das casas-grandes. Em todo caso, cumpre observar que tal solução da arquitetura religiosa das pequenas igrejas e capelas se repete na Argentina, e pelo menos na Espanha.

Ainda na fachada surge um motivo que talvez desperte um problema de arquitetura regional. Pela fig. II observa-se perfeitamente que nos gradeados emoldurando as envasaduras das janelas, os balaustres são dispostos losangularmente. Este dispositivo arquitetônico, criador de movimento e maior riqueza de claro-escuro, se repete frequentemente nas construções coloniais dos arredores da capital de São Paulo.



Fig. II



Fig. III

Na própria parte ainda existente da casa-grande de Santo Antônio ele é usado nas janelas. Não me recordo de ter visto esta losangulação de balaustres noutras regiões do Brasil. Mesmo pela zona de São Luiz do Paraitinga e Ubatuba, que visitei recentemente, em vão procurei este detalhe tão eminentemente dcorativo. Não afirmo nada porém. A ausência de bibliografia a respeito da arquitetura nacional e portuguesa, vácuo que certamente em parte o S.P.H.A.N. agora sanará, não oferece documentação para estudo, e me contento de lembranças --- o que é muito frágil.

Entremos na capela. O coro sob o qual a gente passa não tem nada que interesse particularmente.

E' sem decoração, e sua balaustrada atual parece substituir outra primitiva. Com efeito, o corte dos seus balaustres é o mesmo de uma janela que está aberta no lado direito do altar-mor e que é certamente posterior à capela primitiva.

Nas paredes da nave central vêm-se dois quadros, ambos enormemente danificados. Num deles está a imagem de São Jorge, apenas reconhecivel, e que ainda não posso assegurar possa ser restaurada. O outro quadro nem sequer permite mais definir-lhe o tema.

E' curioso que o barão de Piratininga, na desgraçadamente veloz e sumária descrição que faz do edifício, não se refira a estes dois quadros, que, quando mais não seja, pelo estado de dano em que se acham, muito mais danificados que o próprio teto, indicam forte antiguidade. Entretanto o barão se refere a um só quadro, que não pode ser identificado a nenhum dos dois existentes. "Na parede esquerda do corpo da capela, ainda existe uma grande tela representando no plano superior o ceu com o Padre Eterno, a Santa Virgem, os anjos e os justos, e no plano inferior o inferno com os réprobos, entre os quais se destacam frades e freiras". Este quadro não existe mais na capela.

Logo após o quadro existente na direita de quem entra, acha-se o púlpito, aberto na parede, e ao qual se sobe pelo compartimento longo que se liga ao altar-mor por uma porta. O púlpito é de talha dourada, bastante bem feita, e tem por elemento decorativo principal duas aves dispostas simetricamente.

O barão de Piratininga se refere a dois altares laterais "com obras de entalhe dourado". Existem de fato dois altares laterais, porém os seus entalhes jamais foram dourados. A madeira empregada é o cedro, esculpido grosseiramente e completamente desnudado de qualquer revestimento posterior, mesmo verniz (fig. n. III). Tenho a sensação de que estes altares, que são certamente os descritos com tanta leviandade pelo barão de Piratininga, pois que *ninguem não* se refere a mudanças posteriores, tenho a sensação que estes altares laterais não existiam na capela seiscentista. Não é de crer-se que Fernão Pais, de cuja capela temos ainda o altar-mór primitivo, tivesse mandado entalhar os altar- laterais por outra mão que a do altar-mor. Em todo caso, é absolutamente certo que os altares laterais não correspondem à luxuosa decoração primitiva da capela, e não repetem nenhum motivo de entalhe existente no altar-mor (fig. n. IV). Este, embora desproporcionado como conjunto, é folhado a ouro, e de autor experimentado na escultura em madeira. O entalhe dos dois altares laterais, que devem ser dum mesmo autor, repete-se, apenas com diferença total de motivo na base e no coroamento.

Como pintura, o que interessa grandemente são as decorações dos tetos. Todas elas admiráveis, apesar do estado ruinoso em que se acham, ainda proporcionam a este interior silencioso e desengonçado, o seu timbre mais sincero de suntuosidade. Saborosamente patinadas pelo tempo, embora conservando ainda a claridade de suas cores, são do melhor tipo da decoração afigurativa. Representam aliás a decoração de tetos que era usada mais frequentemente na região, e que difere bastante da das igrejas maiores do Brasil com suas sequelas de santos e justos e grandes paineis figurados, ao centro. Nestas decorações da capela de Santo Antônio, que repetem as do oratório do "Sítio Velho" e talvez sejam do mesmo pintor, apenas bem no centro do teto da nave ha um pequeno painel com figuras. Na da parte do altar-mor o painel, menor ainda, não tem figuras humanas, mas, entrelaçadas, uma cruz, um ramo de lírios e um livro. Na do teto da sacristia provavelmente se repetia tambem um pequeno painel sem representacões antromôrfas, pelo que se pode presumir. Mas lhe falta justamente a taboa central que o tempo fez ruir e desaparecer. Dou dessas decorações um exem-



Fig. IV



Fig. V

plo, tirado do corpo do altar-mór (fig. V). Pelo que anda existe destes tetos bonitos, considero-os possíveis de restauração quasi completa — o que deve ser feito.

Pertencem ainda ao acervo da capela de Santo Antônio um quadro representando Jesus, ainda conservado nela e de boa pintura, e dois candelabros antropomôrtos, representando escravos da Guiné, tirados da capela pelo sr. Washington Luis e resguardados atualmente no Museu do Ipiranga. Conta, aliás, o barão de Piratininga que na primitiva casa-grande havia tambem "um retrato a óleo, que o último administrador alferes João de Deus asseverava ser do venerando padre José de Anchieta". Acrescenta que emprestara "esta preciosidade arqueológica a um amigo, que a levou a Itú, onde se acha no colégio de São Luiz". Mas o apressado desta comunicação não me permitiu ainda averiguar a sobrevivência desta obra de arte.

E assim está a capela de Santo Antônio, mandada construir em 1681, na sua fazenda, pelo bandeirante Fernão Pais de Barros. Este foi um homem rico, natural de São Paulo, filho do capitão-mor governador Pedro Vaz de Barros, o fundador de São Roque. Fernão Pais "fez-se notavel pela sua intrepidez nas explorações do sertão e pelas riquezas que adquiriu". Foi principalmente um ótimo auxiliar da Corôa nestas partes da Colônia, ajudando inteiramente à sua custa a d. Manoel Lobo que vinha fundar a colônia do Sacramento, e ainda, antes disso, auxiliando no preparo das explorações e dando hospedagem a Agostinho Barbalho Bezerra e a d. Rodrigo de Castelo Branco. Morreu a 30 de Março de 1709, sem deixar filhos dos seus dois casamentos. Mas de solteiro inventara uma filha bastarda, tida dum mulata de Pernambuco, que lhe perpetuou a raça boa.

MARIO DE ANDRADE.

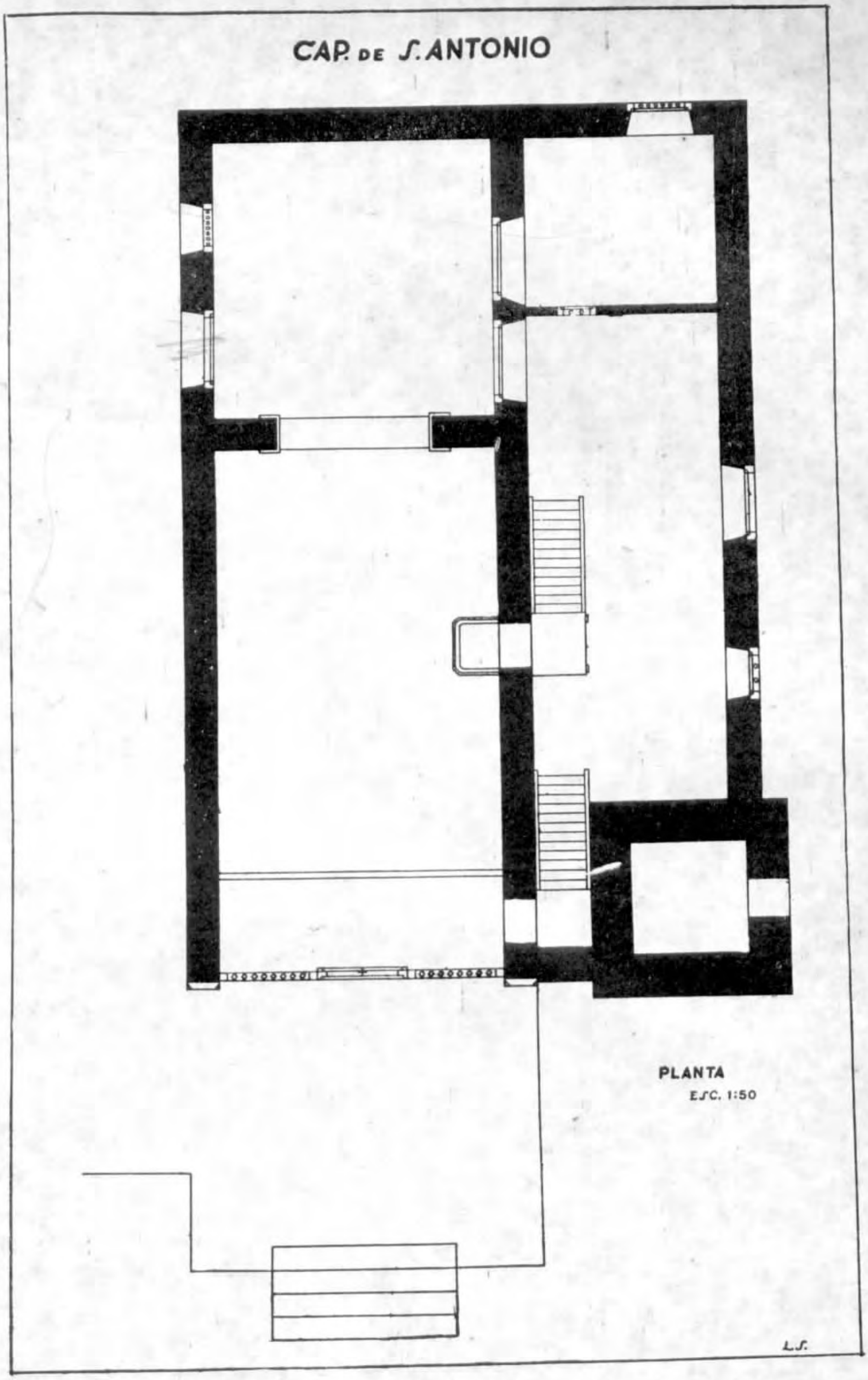
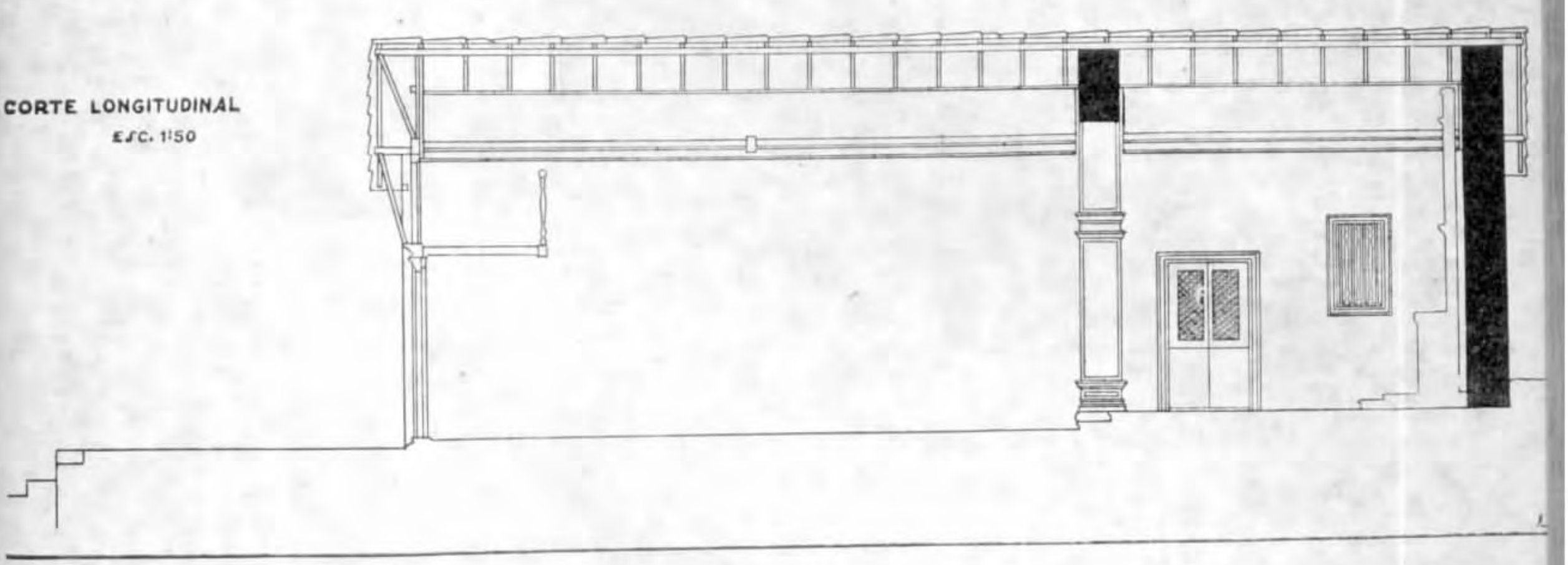


Fig. VI
Planta da capela de Sto. Antonio, construida no século XVII, no municipio de São Roque (São Paulo)

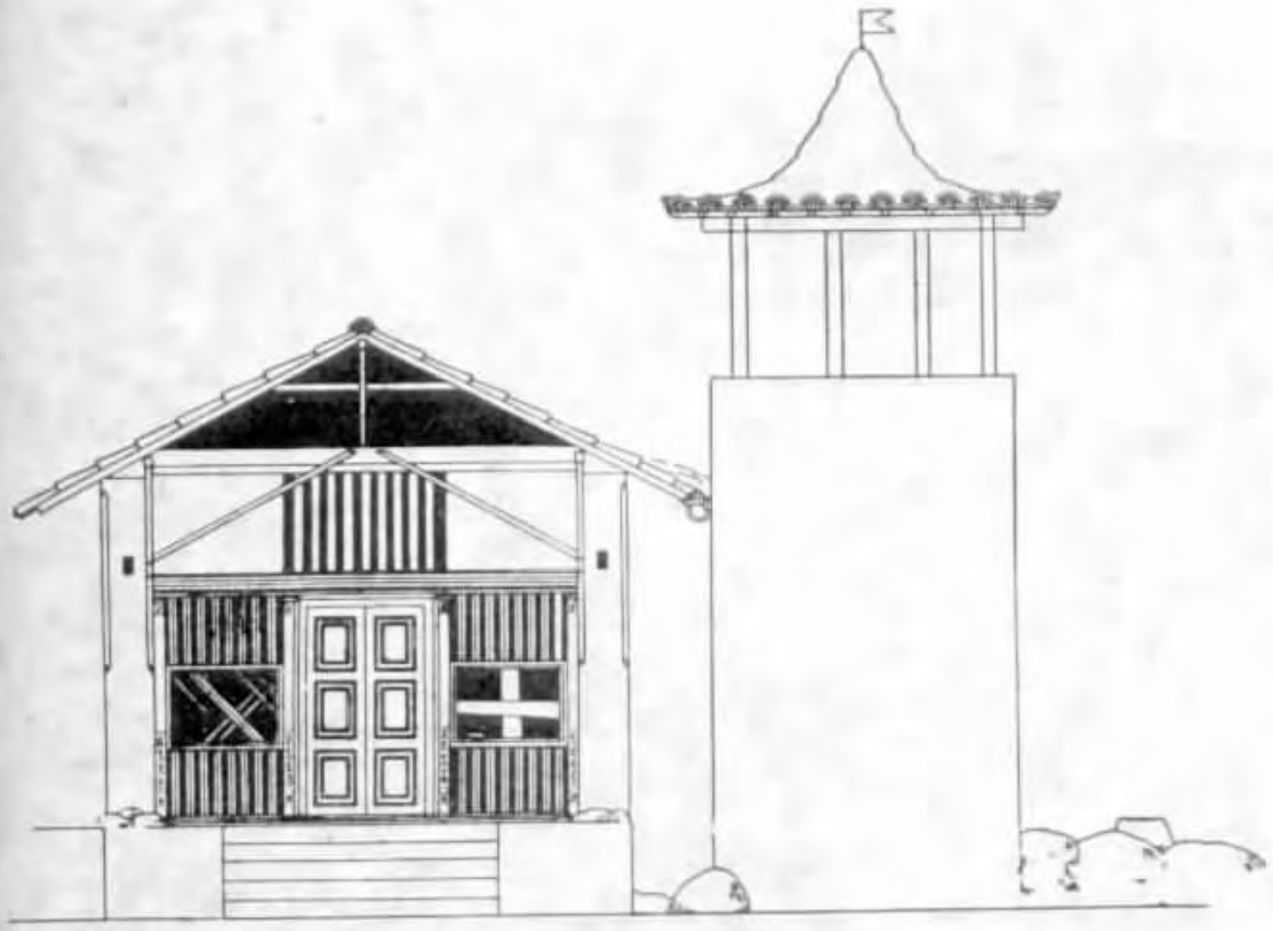
CAP. DE S. ANTONIO



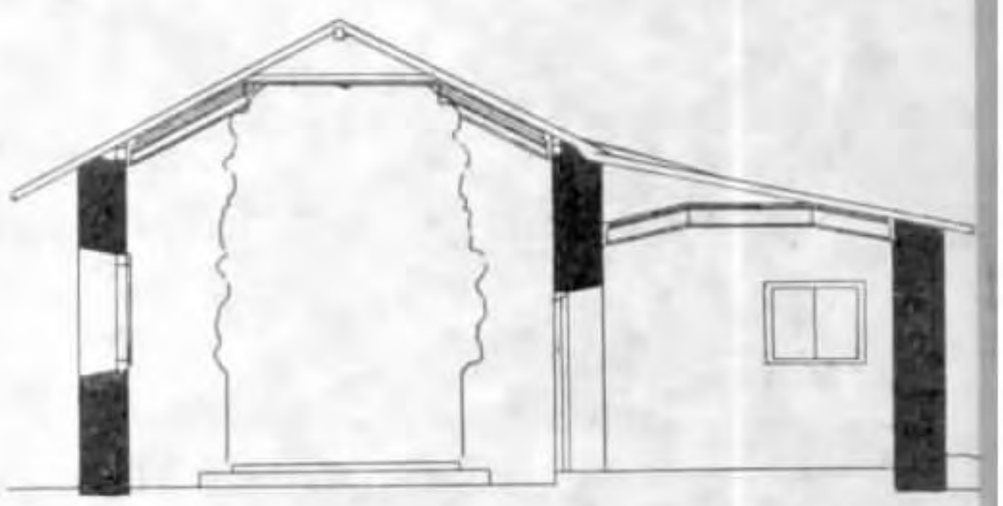
CORTE LONGITUDINAL
ESC. 1:50

Fig. VII

CAP. DE S. ANTONIO



FACHADA
ESC. 1:50



CORTE TRANSVERSAL
ESC. 1:50

Fig. VIII

A IGREJA DOS REMÉDIOS

A Igreja dos Remédios, em São Paulo, localiza-se no antigo Largo de São Gonçalo, atual Praça João Mendes. E' um edifício assobradado, sem torre, de uns doze metros de frente por cincoenta de fundos. Possue no alto, do lado do frontespício e superposto ao seu segundo andar, uma pequena dependência retangular, de madeira, que substitue a torre, servindo de campanário, pois é aí que estão os seus sinos. O templo foi construido ou reconstruido em 1825. Esta data está esculpida na pedra do arco superior da entrada principal. A sua fachada é de azulejos azues. Possue, na frente, três portas, sendo uma central, grande e duas laterais, menores; ao alto, cinco janelas, uma claraboia em forma de rosácea, o relógio e três sinos, tudo encimado por uma cruz de ferro. Ao lado direito, quatro portas, quatro janelas em baixo e oito no andar superior. Nos fundos, cinco portas e cinco janelas. Estes já não são ocupados com ministérios religiosos, estando alugados a estabelecimentos comerciais, uma marcenaria e um restaurante.

* * *

Essa Igreja dos Remédios, segundo os estudiosos que dela trataram, inclusive Afonso A. de Freitas, foi edificada por Sebastião Fernandes do Rego. O mais antigo desses historiadores, que dá essa versão, é Azevedo Marques. E, ao que me parece, todos os outros não fizeram mais do que o repetir, sem um cuidado exame do assunto.

O autor dos *Apontamentos* diz, textualmente, que a "Igreja de Nossa Senhora dos Remédios foi fundada como capela sob a invocação de São Vicente, em 1724, pelo coronel Sebastião Fernandes do Rego (vide Lemes) quando se achava preso na cadeia por crimes em que esteve envolvido, e por cujo livramento fez voto de erigir a capela. Caindo, porém, em decadência, posteriormente encarregou-se dela a Irmandade da Misericórdia, em 1747, com aprovação do bispo D. Bernardo Rodrigues Nogueira. Anos depois foi reedificada, ampliando-se

às proporções que ora tem, e com a invocação de Senhora dos Remédios, ficando desde então a cargo da respectiva irmandade. Nela está instituida a confraria da mesma Senhora, cujo compromisso foi aprovado por lei provincial de 9 de Fevereiro de 1836. (Cartório de órfãos de São Paulo e episcopal da mesma cidade, processos antigos --- *Apontamentos*, **I, 130**).

Essa asserção foi publicada no ano de 1879. Daí para cá, tem sido repetida. E muito recentemente insistiu, na mesma procedência do referido templo, Francisco Nardi Filho.

Escreveu esse antigo arquivista da Cúria de São Paulo, e de certo baseado em algum documento daquele arquivo, que o primeiro título da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios "foi o de São Vicente Ferrer, tendo sido seu fundador o famigerado perseguidor e algoz dos inditosos irmãos Leme, Sebastião Fernandes do Rego, o audaz autor do famoso roubo dos cunhetes reais". (*O Estado de S. Paulo*, de 15-12-35).

Este investigador reproduz em seguida Azevedo Marques e alude a outros "apontamentos", que se percebe serem os de Antônio Egídio Martins, e isto para de um e outro discordar no tocante a datas. O primeiro dá a igreja como de 1724 e o segundo, de 1727. E ambos concordam que foi fundada nessa época por voto de Sebastião Fernandes do Rego, quando se achava preso, sendo que este foi preso em 1731 e posto em liberdade em 1739. Logo, conclue Nardi Filho que "a fundação dessa capela foi posterior a 1739, a não ser que a esposa de Fernandes do Rego, d. Mariana Caminha, que tanto se empenhava pela liberdade do marido, a houvesse, a pedido deste, construido; mas, mesmo que assim fosse, essa fundação não podia ter sido feita antes de 1731, de quando data a prisão de Fernandes do Rego". (Idem).

Isso, no tocante à capelinha de São Vicente Ferrer.

* * *

Quanto à dos Remédios propriamente dita, e que teria sido edificada com a ampliação desta, no mesmo local em que ainda se acha, conjeturemos.

A Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios foi erecta na Igreja de São Bento. Em 1782, porém, o abade do Mosteiro, não concordando

com as eleições do juiz e mais irmãos da mesa, declarou-a extinta. A Irmandade, que não estava pelos autos, não concordou. Recorreu para o Senado da Camara em 17 de agosto de 1782, expondo o acontecido e solicitando-lhe concedesse "interinamente a capellinha de São Vicente Ferreira para nella recolherem, e collocarem a imagem de Nossa Senhora", ficando todas as bemfeitorias que fizessem na dita capela pertencendo ao dito São Vicente Ferrer (*Atas*, XVII, 472-474).

E Nardi Filho continúa:

"Data pois de 1782 a ocupação feita pela Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios dessa Capela; e, com o correr do tempo, passou a capela, já completamente reformada e aumentada, a ter o título de Nossa Senhora dos Remédios".

E' interessante saber-se ainda que, após o pedido dos irmãos dos Remédios, o procurador do Concelho informou que "como os supplicantes se offerecem em seu requerimento retro a recolherem a Senhora na mencionada capella de São Vicente pertencente a este Senado com a obrigação de ficar ao Senado todas as bemfeitorias que nella fizerem emquanto na mesma tiverem a Senhora e não tiverem outra igreja; assignando a mesa dos Supplicantes no livro da Camara a obrigação de a todo tempo não quererem repetir as ditas bemfeitorias, nem chamar-se á posse da capella pelo tempo que nella estiverem [com] a dita Senhora não pode haver duvida, nem eu duvido se lhe conceda a faculdade que pedem" E' o que posso responder a vossas mercês, que mandarão o que forem servidos". (*Atas*, XVII, 473).

Seis dias depois, a 26 de agosto, voltaram os irmãos dos Remédios ao Senado da Camara, entre eles o juiz da Irmandade, Gonçalo Antunes e o procurador da mesma, Felipe da Conceição e aí assinaram um termo em que se obrigavam "em tempo algum e emquanto estiverem na capellinha de São Vicente Ferreira, pertencente ao Senado da Camara desta cidade, de não repetirem, nem pedirem ao mesmo Senado se lhes pague as bemfeitorias que na dita capellinha, para sua accomodação, fizerem, nem se chamarem á posse da mesma capellinha, ainda que nella estejam mais de trinta annos..." Eles se achavam "sem igreja, e tudo quanto na dita capellinha fizerem em beneficio da mesma e augmento, promettem de nunca terem jus de pedirem nada, nem em juizo, nem

fóra delle e só sim querem que os senhores do Senado os conservem na mesma capellinha de São Vicente Ferreira emquanto não fizerem a igreja, que feita ella só sahirão com a Imagem da Senhora dos Remedios e mais ornamentos que pertencerem á mesma Senhora, ficando todas as bemfeitorias que fizerem na dita capellinha pertencendo a São Vicente Ferreira". (Idem, ib., 475).

* * *

Ora, até aqui ficam fóra de dúvida dois fatos: primeiro, a existência da igrejinha de São Vicente; segundo, que nela se instalou a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, com a respectiva Santa, visto como tiveram que sair da igreja de São Bento.

Resta agora resolver o seguinte: se sobre a capelinha de São Vicente se edificou a igreja dos Remédios, sendo ambas a mesma coisa, como dizem os historiadores, e se aquela foi instituida por Sebastião Fernandes do Rego.

Vejamos.

Quando se construiu a Capelinha?

Cremos que depois de 1722, talvez na época enunciada por Azevedo Marques, isto é, em 1724. Quanto à primeira data, no tempo do capitão general, d. Rodrigo Cesar de Menezes, este aventou a idéia da fundação de um pequeno oratório, que devia ficar em frente da cadeia, o que consta da vereança de 21 de março de 1722. Issi é fora de dúvida.

Diz a ata:

"Requereo mais o dito procurador que o Exmo. Snor. General lhe adevertira o cer muito conveniente o fazerse hum Oratorio defronte das emchovias da cadea pera com seu altar se dizer nelle misa pera Ouvirem os prezos domingos e dias santos e que o fizese prezente aos ditos ofeciais pera o detreminarem ao que responderão os ditos vereadores que com a presença do Dezembargador ouvidor Geral se detreminaria o que fose mais comveniente". (*Atas*, IX, 161).

Localizemos o prédio em questão.

Em Setembro de 1721, a Casa do Senado da Câmara e da Cadeia ficava "pegado ao adro de Sam Francisco", provavelmente no local em que se ergue hoje a Academia de Direito --- e por sinal que, nesse tem-

po, já não era coberta de palha, como assevera Teodoro Sampaio. Esse prédio, pequeno sobrado de um andar, fôra construido, e mal construido, pelo capitão- *mor* José de Gois e Morais. *Em* fevereiro de 1722 realizaram-se obras nessa Casa do Concelho, com o fim de melhora-la, as quais importaram em cem mil réis, que foram pagos ao mesmo construtor. Quer-me parecer que, apesar disso, o prédio continuou ruim ou deficiente. E que, daí, teriam mudado o Senado da Câmara antes de 1725. Pelo menos, nessa data, José Barbosa Lima aforou ao Concelho o terreno da Cadeia Velha, para nele fazer umas casas, pagando o fôro de uma pataca por ano. Pelo desmonte da casa velha e desentulho dela e do terreno a Câmara lhe pagaria 19$000. O terreno media tres braças de testada por seis de fundos, "sem quintal nem largura mais alguma e ser a paragem muy..." (*Atas,* IX,445-446).

Essa "casa velha" podia ser a de 1722.

Em 12 de Outubro de 1727, ficou resolvido publicar-se um edital, fazendo-se saber que "na Cadeya desta cidade por bayxo da casa da Camara se fazia assougue". (Idem, ib., 556).

A cadeia, em 3 de Março de 1937, era frágil, tendo os presos tentado fugir. Ficava nos seus baixos o açougue, o que facliitara o arrombamento da enxóvia. Deliberaram então os edis mudar a casa do "asoige" para defronte dela, aproveitando-se este para nova enxóvia. (Idem, XI, 41).

Em julho, o mestre Manoel de Oliveira reconstruiu a cadeia por 371$400 réis, sendo as obras "forar as duas emxovias e grades das genelas para fortificacam dos prezos". (*Atas,* XI, 63).

Mas onde se situava ela?

Em vereança de 10 de setembro de 1738, portanto na mesma época, se lê que os oficiais da Câmara, andando em correição, foram "á rua desta cadêa, e na esquina de Luis Rodrigues Villares, donde assiste sua molher Angela Vieira, e rua que vae para Jozé da Sylva Ferrão, em razão de haverem duvidas entre estas partes referidas sobre a expedição, e exito das agoas e fazendo petição o dito Jozé da Sylva Ferrão para se fazer vestoria no dito beco sobre o ver o exito das agoas se correm para a Mizericordia, ou se para as casas do dito Jozé da Sylva Ferrão, em razão de atterrar o beco Angela Vieira, e tambem

fazer o dito Jozé da Sylva outro atterrado, e se despachou..." (Idem, ib., 149).

Ora, temos aí um elemento precioso de referência: a igreja da Misericórdia. Essa foi na rua Direita, no largo que ainda hoje tem o seu nome. Portanto, é indiscutivel que as ruas por onde corriam as águas das chuvas eram: a que ia terminar em frente à Misericórdia, atual Quintino Bocaiuva; a outra devia ser a atual Paranapiacaba, onde residiria José da Silva Ferrão, rua essa que tem ainda hoje uma regular inclinação para o largo da Sé. O beco de Angela Vieira seria o pequeno trecho que vai da Quintino Bocaiuva para a Direita, por trás do prédio Matarazzo. Com a obstrução desse beco, as águas se represariam, correndo em grande parte pelo beco de cima, o do Ferrão, que deu o cavaco, barrando tambem o seu beco, naturalmente nas proximidades do seu prédio, o que acabou por originar um verdadeiro açude em plena rua.

A coisa poderia ser tambem diferente: o beco de Ângela Vieira seria o pequeno trecho que ligava a rua Direita à rua José Bonifácio e que se chamou da Conceição, em 1800; e a rua do Ferrão, o trecho da Quintino à Direita, passando por trás do Edifício Matarazzo. Devemos notar que, naquele tempo, era outro o facies topográfico do terreno em questão, constituindo uma só rua a que ia da Direita ao Piques e que é hoje José Bonifácio e duas, os trechos da Quintino, que vão da Direita a José Bonifácio e desta à do Riachuelo. Ora, se Ângela Vieira aterrou a entrada do seu beco, na José Bonifácio, rumo da Misericórdia, era claro que as enxurradas desceriam pelo outro lado, rumo da Drogaria Amarante, podendo ser que residisse por ali o Ferrão.

Pormenores nem de todo supérfluos.

O que é irrecusavelmente certo, porém, é que Ângela Vieira residia numa das esquinas da rua Quintino Bocaiuva --- pois só por ali as águas poderiam, devido à conformação do terreno, "correr para a Misericordia".

Nesses anos, a rua Quintino era "o becco que vem do Campo da Forca a sahir na Misericordia". (*Atas*, XVI, 14).

Muito bem.

Dizem os oficiais que eles "foram á rua desta cadêa, e na esquina de Luiz Rodrigues Villares, donde assiste sua molher Angela Vieira, e rua que vae para José da Silva Ferrão..."



Igreja dos Remedios, na capital de São Paulo

Ora, é claro que essa rua da Cadeia seria então, em 1738, uma das que atravessavam a Quintino e que a atravessavam na esquina de Ângela Vieira, a qual só poderia atravancar, sabe lá por que caprichos femininos, a entrada das ruas que iam à Direita, pelo lado dos fundos ou pela direita do prédio Matarazzo. Assim, a rua da Cadeia, em 1738, seria a rua José Bonifácio. Para mim, a Cadeia ficava na esquina desta, do lado da rua de São Bento e Ângela Vieira, na outra, *vis-à-vis*.

Se a Cadeia, em 1738, já era na rua José Bonifácio, seria a cadeia do largo de São Francisco a "cadeia velha" de 1736 e outra cadeia, a "cadeia velha", de 1722. Aliás, a da José Bonifácio foi tambem "cadeia velha", depois de 1769, ano em que caia de podre. (*Atas,* XV, 448-510). As madeiras desse prédio foram depositadas, em 1771, nos baixos da casa da Câmara e postas em hasta pública, para desocupar o lugar, que devia ser alugado. (Idem, XVI, 13). Para ficar bem documentado que a José Bonifácio era então a rua da "Cadeia Velha", basta este trecho de ata: "... e que o caminho da rua da cadeia velha se concertasse por se achar de toda arruinado até a ponte, e que para a factura delle o dito alcaide notifique os moradores da rua de São Francisco, do Conego Thomé Pinto, e da rua da Freira para cada um dos notificados darem um escravo..." (Idem, ib., 54). A única rua, sem ser a de São Francisco, que ia até á ponte do Piques, era a José Bonifácio. E desta rua, em junho de 1770, mudaram o Senado da Câmara para a rua do Carmo, onde pagavam 26$600 de aluguel por ano. (Idem, XV, 582).

Assim, a rua da Cadeia Velha, em 1736, seria indubitavelmente a Floriano Peixoto ou a José Bonifácio, as únicas que chegavam até ao largo do Piques.

Em 5 de Novembro de 1740, mandaram-se fazer "quatro cortinas para as quatro janellas da Caza do Senado, capazes e de ceda, por totalmente haver falta disso, e estarem muito rotas as que existiam, e estarem indecentes". (*Atas,* I, 303).

Quatro janelas de frente tinha o Paço Municipal.

Não podiam caber essas quatro janelas no espaço de três braças de frente, ou seja no edifício existente, em 1722, junto ao adro de São

Francisco; tratava-se sem dúvida de outro edifício, de certo do da rua José Bonifácio.

Em 1741 foi adquirido de d. Luiza Leme de Barros, por intermédio de seu filho Antônio Penteado Leite, "huma braça craveira de terra no muro de seu quintal pera o beneficio da caza que se quer fabricar para o asougue do corte da carne em rezam de se achar aquele seu quintal fronteiro e contigo á caza da cadea e deste cenado".

Essa braça custou 2$000.

Mas onde ficava ela? Pelos meus cálculos, na rua José Bonifácio, sendo os fundos de um prédio da rua Direita.

Ora, o que parece é que se tratava de reforma no açougue já então ali existente, o qual seria aumentado com o novo terreno. A obra realiza-la-ia o mesmo carpinteiro Manoel de Oliveira. O açougue teria "face para a rua, e fronte da Cadea com dez palmos mais de comprido, que faz secenta, com as mais condiçoins já feitas..... para o que se lhe prometteo mais dés mil réis, e a madeira do açougue velho e..." (*Atas*, X, 350).

Daí, concluo que o prédio do Senado da Câmara, da Cadeia e Açougue, pelos anos de 1724-1760, ficava efetivamente na atual rua José Bonifácio, fazendo esquina com a rua Quintino Bocaiuva. O terreno fronteiriço, até a rua Direita, estaria devoluto. E na rua Direita, lado da então rua da Quitanda Velha, com frente para o pequeno largo que ali ha, ficava a igreja da Misericórdia.

Localizados, perfunctoriamente, esses edifícios, leiamos o documento inédito que se segue e que vem esclarecer o local em que teria sido edificada a igrejinha de São Vicente:

"Os officiaes do Senado da Camara desta Cidade de São Paulo e seu termo, que de presente servimos por eleição, e bem das Ordenações de S. Magestade que Deus Guarde &ª. Fazemos saber aos que o presente nosso Alvará de Mercê virem, que a nós nos enviou a dizer, por sua petição, o provedor da Santa Casa de Misericordia desta Cidade, que queriam preparar com toda decencia o Oratorio, ou Capella, que estava defronte da Cadeya, para nella se celebrar Missa para ouvirem os presos, e que para compustura, e direitura da rua, carecia de fazerem desde o dito Oratorio hum muro, que fechasse com a casa do Açougue.

e pela parte de baixo fosse fechar com o canto da rua; para o que nos pediam, por fim, no remate de Sua Petição, lhe fizessemos Mercê conceder-lhe o poder e fazer os ditos muros, dando-lhes por esmola os ditos bocados de terra assim mencionados para reparo do dito Oratorio. E attendendo a ser justo o requerimento dos supplicantes e ser para hua Obra tão Pia, sendo ouvido o primeiro Procurador deste Senado, em que deo sua resposta, dizendo que éra muito justo o dito requerimento, attendendo a caridade dos pobres presos, e senão seguir desconveniencia algua, mas antes em utilidade ao serviço de Deus e da Rebublica: A vista do que lhe concedemos por Mercê, e esmola, os ditos chãos, para nelles poderem fazer a Obra, que pretendem, com clausura, de que em nenhum tempo poderão alugar nem vender os ditos chãos assima declarados, com pena de perderem toda a propriedade, ficando para este Conselho, e pagar o Foro, conforme pelo Senado da Camara fora arbitrado. E para firmeza de tudo lhe mandamos dar e passar o presente Alvará de Mercê por nós assignado e sellado com o sello Real deste Senado. Dado e passado nelle, e nesta dita Cidade de São Paulo, aos 16 dias do mez de Dezembro de 1747 annos. E eu Manoel da Luz Silveira, escrivão da Camara, o fiz. Domingos Gonçalves da Cunha, José Rodrigues da Silva Horta, Ignacio de Barros Rego, Bento do Amaral e Silva, Salvador de Lima Madureira". (*Livro de Atas da Santa Casa*, I. --- Inédito).

Agora, a seguinte Provisão, tambem inédita, elucida perfeitamente a questão, por isso que se refere claramente à Capela de São Vicente:

"Provisão da Capella — Don Bernardo Rodrigues Nogueira por mercê de Deus, e da Santa Sé Apostolica, primeiro bispo de São Paulo, do Conselho de Sua Magestade &ª. — Aos que esta nossa Provisão virem, que, attendendo ao que o Provedor, e mais Irmãos da Santa Casa de Misericordia, nos representaram por Sua Petição, e constando-nos por informação do Parocho da Sé Cathedral da formalidade (?) e descencia da Capella defronte da Cadeya desta Cidade. Havemos por bem dar faculdade, e conceder licença ao dito Reverendo Parocho para benzer a referida Capella na forma do Ritual Romano e Constituição do Bispado, e, depois de benta, dizer nella Missa nos dias de perceyto subsequentes hum Sacerdote Seccular ou Regular, com a licença ne-

cessaria de seus Superiores; e usarão desta licença enquanto não mandarmos o contrario, com clausulas porem de no termo de seis mezes terem os paramentos, e ornamentos competentes, proprios da mesma capella. Dado nesta Cidade de São Paulo, sob o nosso Signal e Sello aos 25 de Dezembro de 1747; e declaramos que esta terá effeito sem prejuizo dos direitos Parochiaes. — Chansella, 1$600; Sello, 20; Desta, 160; Registro, 80. Gratis tudo. — Manoel José Váz, Bacharel formado na Faculdade etc. Certifico em como em comprimento da Provisão do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo deste Bispado benzi na forma do ritual Romano a Capella de São Vicente dita defronte da Cadeya desta mesma Cidade, e por verdade passei a presente. São Paulo, 2 de Fevereiro de 1748. Manoel José Váz". (*Livro de Atas da Santa Casa,* I. — Inédito).

* * *

Ora, se a Capela de São Vicente ficava nas proximidades da rua Quintino Bocaiuva e José Bonifácio, a igreja dos Remédios, que se localiza na Praça João Mendes, não poderia ter tido origem nela. E não teve, pelo menos a que lá está. Quando foi edificado o novo prédio do Senado da Câmara, Cadeia e Açougue, no Largo de São Gonçalo — e que é onde hoje está instalado o Congresso do Estado, nele se instituiu um pequeno oratório e para lá teria sido removida a imagem de São Vicente Ferrer, pois, segundo se vê do Livro dos Bens da Câmara, de 1808, inédito, aquele oratório possuia "uma imagem de S. Vicente Ferreira com sua cruz de chumbo, com resplendor de prata". Caso a igreja dos Remédios tivesse sido erecta na própria Capelinha de São Vicente, naturalmente essa imagem (de certo a mesma) não teria saido dali. Assim, concluo que a atual igreja dos Remédios é a primeira e única de todos os tempos, não tendo sido absolutamente edificada em terrenos outróra pertencentes ou doados por Sebastião Fernandes do Rego. Ela data de 1825. E como já estava construido o novo prédio do Senado da Câmara, é provável que, ao sair a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios da antiga Capelinha de São Vicente, tivesse essa sido demolida, pois já o Senado da Câmara possuia, no seu próprio prédio, um novo oratório.

Quanto a Sebastião Fernandes do Rego, não encontrei, no inventário dos seus bens, nenhuma referência a terrenos seus nas cercanias da atual igreja dos Remédios, nem da antiga Capelinha de São Vicente, a não ser a feita a "hua morada de casas citas na rua Direita, desta cidade, com duas sallas grandes, duas alcobas e uma entersalla, tres camarinhas de cada parte, e uma cozinha, e um refeitorio, e os baixos com as mesmas casas, que de uma banda parte com cazas do Cap. Matheus da Silva e da outra banda com cazas de Manoel de Macedo e os fundos com a travessa da Quitanda Velha, que foi visto e avaliado pelos mestres carpinteiros em 2:754$000. (Inventário de Sebastião Fernandes do Rego, existente no Arquivo Aguirra. — Inédito).

Esta casa foi vendida pelo inventariante, o Juiz de Órfãos Manoel Antunes Belem de Andrade, à Santa Casa de Misericórdia. Isso depois de 1741. Portanto, não se prende ao caso da Capelinha de São Vicente. Agora, Sebastião Fernandes do Rego foi logar-tenente de Rodrigo César de Menezes, que aventou a idéia da fundação da dita capelinha em frente da Cadeia de 1722, sendo que a atual igreja dos Remédios foi edificada defronte de outra Cadeia, em 1825; talvez daí provenha o equívoco, a menos que Azevedo Marques não tenha incorrido em equivoco. Até segunda ordem, no entanto, terei para mim que nem Sebastião Fernandes do Rego foi o doador da Capelinha de São Vicente, nem nessa Capelinha teria tido origem a lendária igreja dos Remédios.

Nuto Sant'Anna
Do Departamento de Cultura.

A IGREJA DE S. FRANCISCO XAVIER EM NITERÓI

Todas ou quasi todas as igrejas coloniais, erguidas aqui e ali, têm no inventário do passado um mundo de recordações a rememorar.

Pertence ao número desses santuários a igreja de São Francisco Xavier, erecta numa colina, no Saco de São Francisco, em Niterói, junto à casa conventual outróra ocupada pelos jesuitas e cujo acesso se faz por sinuoso caminho aladeirado.

Está no primeiro lance desse caminho o marco da medição da sesmaria concedida àqueles religiosos. Formado por coluna construida de pedra e cal, de quasi três metros de altura, tem a coroá-lo uma espécie de coruchéu. Em sua face anterior, voltada para a formosa enseada de São Francisco, se destacam caracteres apagados da inscrição, conseguindo-se ainda ler o seguinte:

Peão das Terras
S xer tombadas
da Costa Mimoso
O M. R. P. Antonio
Anno

Em trabalho do erúdito desembargador Vieira Ferreira, publicado na *Revista do Instituto Histórico,* encontra-se nítida fotogravura desse marco, bem como a da fachada da igreja.

Costa Mimoso, cujo nome aparece na inscrição, foi o ouvidor Manoel da Costa Mimoso, que em princípios do século XVIII mandara executar naquela região do recôncavo várias obras de utilidade pública, inclusive uma ponte sobre o rio Guaxindiba, "por ser uma das passagens mais frequentadas por lavradores que vão a embarcar a sua produção nas embarcações".

Esse trecho litorâneo da Guanabara sofreu sensíveis alterações topográficas e toponímicas, em confronto com os termos de lavratura

das primeiras sesmarias concedidas por Mem e Estácio de Sá e, sobretudo, através do exame da carta do Rio de Janeiro, copiada por Norival de Freitas de um roteiro manuscrito da Torre do Tombo e reproduzida na *Revista do Instituto Histórico,* tomo 70, pag. 876 e na *História da Colonização Portuguesa,* vol. III, pag. 230.

O aspecto do templo é de uma pequena capela — com a mesma contextura e traços acaçapados da maioria dos santuários erguidos nos primeiros tempos da colônia.

Torre, sino, janelas e portas, têm reduzidas proporções. Interiormente, tudo denuncía ancianidade. As paredes, de grandes dimensões, as pesadas portas, as almofadas destas, do estilo jesuítico dos séculos da descoberta e da colonização, os artefactos de marcenaria, trabalhados em madeiras brasileiras — estes e aqueles detalhes oferecem ao visitante a impressão de coisas bem antigas, de velharias históricas, todas dignas de serem carinhosamente resguardadas.

Num dos compartimentos anexos ao templo, é versão corrente haver Anchieta instalado o seu dormitório quando por ali passara. O aposento indicado e romanceado pela lenda apresenta os mesmos traços das construções coloniais, com suas grossas paredes. Sofreu ultimamente algumas obras de reparo e caiação, que lhe não modificaram, contudo, a aparência de cela claustral, das que foram comumente construidas pelos jesuitas em suas casas conventuais.

Embutido na parede da sacristia, desperta atenção um armário de jacarandá, que é, evidentemente, obra de marcenaria histórica, distinguindo-se na parte superior, em algarismos bem visíveis, a data — 1696 — como assinaladora, ao que dizem, do primeiro centenário da morte de Anchieta. Esse movel tem sido envernizado por vezes e passou em 1906 por cuidadoso reparo, feito a expensas de uma das senhoras da família Froes da Cruz.

Na parede externa, que deita para vasto terreno aos fundos do templo, observa-se, gravado dentro de um quadrilátero, o relógio de sol da casa conventual dos jesuitas, admiravelmente preservado da destruição, notando-se-lhe recentíssima obra de pintura.

Encima-o pequena cruz — com as iniciais simbólicas *I H J* — que comprovam a interferência dos padres da Companhia de Jesus no seu risco.

Coube-lhes a prioridade de introduzirem em Portugal e suas colônias os célebres relógios em que as horas e os minutos são indicados pela sombra projetada por um gnomon.

Eram "marcadores do tempo em que a terra gasta para fazer a rotação completa".

Contemplamos ha cerca de vinte anos vestígios de um desses interessantes relógios no hospital dos lázaros, em São Cristóvão, e no paredão da igreja da Penitência, no morro de Santo Antônio. O do hospital dos lázaros, maior do que o da igreja da Penitência, continha, muito abaixo da haste vertical que marcava as horas, desenvolvida legenda em latim.

A CAPELA DE S. FRANCISCO XAVIER A LUZ DE DOCUMENTOS

Segundo Monsenhor Pizarro, em suas *Memórias Históricas,* a capela dos jesuitas foi erguida em anos pouco anteriores ao de 1696, em terras de propriedade da Companhia de Jesus, tomando o historiador como ponto de referência a indicação que se vê no armário existente na sacristia do templo.

Moreira Pinto, no *Dicionário Geográfico do Brasil,* reproduz por outras palavras o que se lê em Pizarro, adiantando, porém, que, depois da expulsão dos proprietários da fazenda, teve capelão privativo com jurisdição paroquial até se vender as terras, a cujo comprador passou tambem a capela.

Em *Antiqualhas* e *Memórias do Rio de Janeiro* (tomo 95, vol. 149, da *Revista do Instituto Histórico*), diz-nos simplesmente Vieira Fazenda que a capela de São Francisco Xavier está situada no Saco de São Francisco ou da Charita, onde existiu antiga fazenda de gado dos jesuitas, que anteriormente pertenceu a Lucas Antunes. No frontispício da ermida estava gravada a palavra — *Charitas*. O povo adulterou a palavra e transformou-a em *Charita.*

Antônio José Caetano da Silva, em seu minucioso trabalho publicado no tomo LXVII — 2.ª parte da *Revista do Instituto Histórico,* sob o título "O Estado do Rio de Janeiro em 1906", ao tratar de Jurujuba, 6.º distrito do município de Niterói, escreve:

"No extremo oriental do município. Sob a invocação de N. S. da Conceição da Vargem, elevada a freguezia por lei provincial n. 208, de 23 de maio de 1842, sendo a sede estabelecida no arraial que existia na fazenda dos jesuitas, situada na pitoresca enseada de Charitas, vulgarmente conhecida por Saco de S. Francisco, — extremado pelos morros de Jurujuba e Cavalão. Ali se encontram as capelas da Conceição e a de S. Francisco e o velho convento do mesmo orago, construido em fins do século XVII".

Em 1868 foi transferida a matriz para a igreja de S. Francisco Xavier, trasladando-se o sacrário da capela de N. S. da Conceição da Vargem, que se acha atualmente em completa ruina.

Tudo faz acreditar na anciania da capela erguida pelos jesuitas na pitoresca colina do Saco de S. Francisco e talvez construida em período muito anterior a 1696. Não se tem, no entanto, notícia de nenhum documento pelo qual se possa determinar a época exata da sua fundação.

Extensa é a bibliografia anchietana e bem apreciavel a documentação acerca do sequestro dos bens dos jesuitas, em virtude de determinação do governo da metrópole.

As cartas de Anchieta são as primícias da historiografia brasileira, assim o diz Max Fleiuss. Alem do magnífico estudo do douto secretário do Instituto Histórico, publicado por ocasião do 4.º Centenário do nascimento do grande apóstolo, são excelentes fontes de consulta:

a) Livro de registro das cartas dos padres da Companhia de Jesus sobre o Brasil (1549-1586) — oferta feita à Biblioteca Nacional pelo Conselheiro Lara Ordonez.

b) *Revista do Instituto Histórico* — tomos II e III — Januário da Cunha Barbosa.

c) *Ar is do Rio de Janeiro* — Baltazar da Silva Lisboa.

d) Cartas jesuíticas — Cartas e informações — Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594) — Edição da Academia Brasileira de Letras.

e) Materiais e Achegas — Vale Cabral e Capistrano de Abreu.

Não se lê em nenhuma das cartas escritas por Anchieta para a casa dos religiosos da Companhia, em Lisboa, aos provinciais da Ordem, ao governo português e aos irmãos loiolistas, a mais aligeirada referência, sequer, sobre a capela que houvesse planeado ou erguido o notavel catequista no Saco de S. Francisco.

E', todavia, possível que, em suas peregrinações, ele deixasse a aldeia de S. Lourenço, dos índios teminimós chefiados por Ararigboia, e se internasse até o recanto niteroiense, ali assentando alicerces de pequena ermida — como um dos marcos assinaladores do seu apostolado.

No ativo de inestimaveis serviços do padre José de Anchieta, inscreve-se, todos o sabem, a fundação do teatro brasileiro, no Rio de Janeiro. Simão de Vasconcelos registra a efeméride em 1555. Divergem do autor da *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil* vários autores, que se referem ao estabelecimento dos tablados jesuíticos de 1560 a 1570.

Anchieta fez representar, de fato, na aldeia de S. Lourenço a *pregação universal,* posteriormente a outro trabalho tambem de sua lavra. que fôra ouvido no tablado de S. Vicente. Para o teatro dos índios de S. Lourenço compusera o missionário enredos e missões de moral cristã, como o *Misterio de Jesus* — a mais notória de suas produções.

Representava — como quer Max Fleiuss, (*Dicionário do Instituto Histórico* — vol. 1.º) — a luta de três demônios: *Guaixara, Savarana* e *Aimbiré,* que tentavam destruir a nascente aldeia católica, semeando o pecado e abalando a fé nativa dos gentios, mas vencidos por S. Sebastião e S. Lourenço. Estes santos entravam em cena escoltados por anjos luminosos, potências celestiais e anjos da guarda do nascente aldeiamento indígena.

Havendo ali se demorado, não é de admirar procurasse Anchieta aquele recanto das águas guanabarinas impelido pelo desejo de conhecer o matagal esbrazeado e as tentações da natureza e para estender

a assistência religiosa aos índios ainda arredios da convivência civilizadora.

"Na evangelização cristã aos selvícolas da Pindorama — escreve o Dr. Freire de Carvalho Filho (*O Estabelecimento de Governo Geral — Os primeiros Jesuitas*) — penetrou Anchieta nas matas virgens, galgou montes e serras, desceu vales, atravessou rios, lagoas e paues, nada lhe obstando em seu santo ideal, que tinha como seu dever de civilizar os naturais desta terra, que já se denominava de Santa Cruz. Viveu com os tupinambás da Baía, com os aimorés em Porto Seguro, com os tupinamquins no Espírito Santo, com os tamôios no Rio de Janeiro, com os maramonis em S. Vicente e com os guaianazes em S. Paulo, a todos ensinando a religião da verdade e da virtude, do amor e da caridade para com o próximo".

Em torno da figura abnegada do apóstolo do Novo Mundo — seduzindo o gentio e domando as feras — a iconografia anchietana compôs um quadro — dos que mais popularizaram o missionário jesuita. A gravura da coleção Barbosa Machado, da nossa Biblioteca Nacional, é de 1626, com a seguinte legenda — *Venerabilis P. Joseph Anchieta e Societate Jesu.*

Impressa nos *Anais da Biblioteca,* foi reproduzida na revista — *Arquivo do Distrito Federal* (número de Janeiro de 1894).

Anchieta, em corpo inteiro, ocupa o centro do painel. Um jaguar lambe-lhe docilmente os pés. Ao redor do *padre grande* — como o chamavam os índios — espécimes da fáuna brasileira. Ao fundo, divisa-se o mar e, ao longe, baloiçando-se sobre as ondas, uma embarcação.

Amansando os bichos da selva e fazendo ouvir os autos dos tablados, o padre José, à semelhança de seus irmãos de glórias e desventuras, estabeleceu aldeias, converteu indígenas, pouco lhe importando as caminhadas penosas a que era obrigado em defesa da causa da paz e da confraternização das tribus dispostas à guerra de extermínio.

Em lugares distantes dos centros de recursos, onde já habitavam mercadores e maiorais da Colônia, fundaram os jesuitas, na Baía, igrejas, povoações e escolas, a doze e dezesseis léguas da cidade do Salvador, lutando com sérias dificuldades para se transportarem por meio de cavalgaduras ou embarcados em frágeis bateis.

Muito mais próximo do que aqueles rincões baianos estava a aldeia dos índios de S. Lourenço, para que facilmente pudesse Anchieta irradiar até o recanto da praia de S. Francisco as luzes de sua catequese, ali fundando uma ermida, a exemplificar o domínio da fé esplendorosa do cristianismo em terras de Ararigboia.

Qual, porém, a data da construção da igreja?

Minudentes informes a respeito de templos católicos inserem o *Dicionário* de Milliet de Saint'Adolphe (tradução do Dr. Caetano Lopes de Moura); o relatório do Vice-Rei Marquês do Lavradio (*Revista do Instituto Histórico,* tomo IV); *Mapas gerais das cidades, vilas e freguezias, com suas igrejas* (*Revista do Instituto Histórico,* tomos VII e XLVII); *Tradições de Niterói,* de Matoso Maia Forte e o trabalho do mesmo autor publicado no *Jornal do Comércio,* de 24 de Maio de 1934 (*O Centenário das três cidades fluminenses — Angra dos Reis, Campo de Goitacazes* e *Niterói*); os vários números do *Almanaque Laemert* e o *Arcebispado do Rio de Janeiro,* de Monsenhor Antônio Alves Ferreira dos Santos.

Nenhuma referência se vê nestes trabalhos sobre a construção da igreja de S. Francisco Xavier, no Saco de S. Francisco, em Niterói.

Joaquim Norberto, tão minucioso em sua admiravel *Memória Histórica e Documentada das aldeias dos índios da Província do Rio de Janeiro* (*Revista do Instituto Histórico,* tomo XVII), silencia igualmente no tocante à data certa da erecção da primitiva igreja.

Nos preciosos e eruditos estudos do historiador Costa Ferreira (*A Cidade do Rio de Janeiro e seu termo*), em cujas páginas ha inúmeras referencias ao parcelamento territorial do Rio de Janeiro e de seu recôncavo, abordando o autor variados aspectos dessa expansão e acerca dos jesuitas, não se encontra identificada a sesmaria que compreendia aquela reentrância do litoral da Guanabara.

O inventário e o sequestro de bens dos jesuitas, discriminados no tomo LXIII da *Revista do Instituto Histórico* e no *Arquivo do Distrito Federal* (4 volumes, 1894-97), com os arrendamentos, arrematações, avaliações, traslados, alvarás, registros, etc., são inteiramente omissos

em relação à propriedade sesmeira do Saco de S. Francisco e à igreja ali erigida.

Não nos parece aceitavel a era de 1696 como assinaladora da construção, ou que esta se tenha realizado — como pretendem Pizarro e Moreira Pinto — pouco antes daquele ano.

A inscrição que se lê no armário existente na sacristia do templo — e que, segundo o vigário da paróquia, foi esculpida para comemorar o primeiro centenário da morte do padre José de Anchieta — evoca provavelmente um dos mais importantes fatos da futura cidade de Niterói. A alegação do pároco contrarfa em absoluto a verdade histórica, clara e insofismavelmente conhecida por todos quantos se ocuparam da biografia e da vida do incomparavel jesuita.

Anchieta faleceu a 9 de junho de 1597 em Reritiba ou Iriritiba, depois Benevente e hoje cidade de Anchieta. Os índios carregaram às costas o seu corpo até a vila do Espírito Santo, na distância de quinze léguas, em longa e fúnebre procissão. Depositaram-no na capela de S. Tiago, da igreja dos jesuitas, donde foi posteriormente trasladado para a cidade do Salvador, da Baía, e sepultado no Colégio da Companhia.

No local da capela, atualmente ocupado pelo edifício da Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, lançou-se a lápide funerária que assinala o primitivo túmulo. E' expressivo monumento que à memória de Anchieta levantou o Instituto Histórico daquele Estado, em 1922, sob os auspícios do Governador Nestor Gomes.

Entre as páginas 74 e 75, 90 e 91 do número 7 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* (Março de 1934), encontram-se, respectivamente, as gravuras da lápide funerária e da fachada da secular matriz de S. Tiago, com sua torre semafórica e seu belo campanário.

Se isto não fosse suficiente para demonstrar à saciedade que a morte do inimitavel evangelizador de nossos indígenas ocorreu em 1597, bastaria a citação de inúmeros autores que confirmam plenamente esse fato. Dos mais autorizados estudiosos do passado que trataram de

coisas anchietanas, se distinguiram: Teixeira de Melo (*Efemérides Nacionais*), Rio Branco (*Efemérides Brasileiras*), Pedro Calmon, Jônatas Serrano, Teodóro Sampaio, Augusto de Lima e Jorge de Lima, em suas conferências no Instituto Histórico, reproduzidas na obra — *Anchieta,* — edição da Livraria do Globo, de Porto Alegre.

* * *

Em terras doadas por Mem de Sá a *Martim Afonso de Souza* — o índio Ararigboia — terras que foram de Antônio de Mariz, estabeleceu em 1573 o valoroso chefe teminimó a séde da aldeia de S. Lourenço, padroeiro da rústica capela erguida nesse ano pelos jesuitas para o culto e para a catequese dos selvícolas aldeados.

Ao lado da sesmaria do famoso índio e fiel aliado dos portugueses, ficava a que o fidalgo Antônio de Mariz obtivera para compensá-lo da que havia renunciado.

Ao flanco dessa *dada* de terras fôra concedida uma outra a Jácome Pinheiro, *600 braças ao longo d'água e* 800 *para o sertão na praia grande, defronte da Lage* (Monsenhor Pizarro —Relação de Sesmarias — *Revista do Instituto* — tomo 63).

Matoso Maia Forte — o mais reputado sabedor da história da cidade de Ararigboia — localiza essa sesmaria em parte de terras de Icaraí, e admite que as *dadas* de Cristóvão de Barros e José Adorno ou de Pedro Martins Namorado e Adorno — citadas tambem no registro de Monsenhor Pizarro — se estendessem àquele aprazivel sítio que, segundo o Dr. Teodóro Sampaio (*O Tupí na Geografia Nacional*), na línguagem dos tamôios — *y* — *carahy* — queria dizer água santa.

"Como quer que seja — acrescenta o historiador fluminense — o certo é que nessa sesmaria (a de Jácome Pinheiro), que precedia à de Ararigboia, se fundou a capela de S. João de *Cari-y,* em 1660, em um morro próximo ao campo da fazenda do mosteiro de S. Bento". Este lugar a que denominavam da "Pedra", pouco distava da praia de *Cari-y* — escreve Pizarro, em suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro,* tomo 3º.

"Foi esta capela que serviu de séde à paróquia criada pelo alvará de 18 de Janeiro de 1696 — a qual é a mais antiga de Niterói — pondera Matoso Maia — porque a de S. Lourenço data de 1758, ainda que a existência de sua igreja fosse do tempo de Ararigboia".

Estabelecida a paróquia de São João Batista de Icaraí em 1696, parece natural que na antiga capela do Saco de S. Francisco, localizada *embora um pouco distante, mas no perímetro da recem-criada vigararia*, ficasse assignalado aquele ato da autoridade eclesiástica. Cuidaram, de certo, os jesuitas, donos da fazenda de gado e da capela de S. Francisco Xavier, de inscrever de forma indelevel, indestrutivel, a era que marcaria o início de nova ordem de coisas. Daí figurar até os nossos dias a data — 1696 — num movel colocado na sacristia e onde se guardam paramentos e outros objetos do culto.

Aceita como provavel a hipótese aqui formulada, e, consequentemente destruida mais uma vez a descabida alegação de que ocorrera em 1696 o primeiro centenário do falecimento de Anchieta, fica, ainda assim, mantida a dúvida sobre a data verdadeira da fundação da capela jesuítica.

Tendo-se procedido à medição da sesmaria dos jesuitas durante a ouvidoria de Manoel da Costa Mimoso, que exerceu o alto cargo nos primeiros anos do século XVIII, se nos afigura fóra de controvérsia que a concessão ou transmissão da *dada* àqueles religiosos deve remontar a época muito anterior, discriminando-se no limiar da centúria setecentista a raia e os rumos da vasta propriedade que, no doutissimo conceito de Vieira Fazenda, pertencera antes a Lucas Antunes.

Este, possivelmente sob a influência dos padres que exerciam bem perto o seu apostolado na aldeia de S. Lourenço, teria consentido e concorrido para a erecção de uma capela, mais tarde anexada à casa conventual. Sem o perigo de incursões do selvagem confederado, que ardera em fúria contra os portugueses, congregaram-se os vizinhos, já libertos do ambiente de violências e dominados pelo entusiasmo e pelo fervor religioso do tempo.

Outros pequenos santuários teriam sido erguidos — como testemunhos de sentimentos de colonos e índios.

Remanescente de remotíssima época, ainda se contempla nos arredores uma igreja em ruinaria, sob a invocação de N. S. da Conceição, na enseada de Jurujuba, a três quilômetros do templo de S. Francisco Xavier. O percurso do Saco de S. Francisco até aquela enseada, onde ficam a torre e as paredes esboroadas da frontaria da nave, quasi ao nível do mar, a uns quinhentos metros da pitoresca capelinha de São Pedro dos Pescadores, pode ser feito em cerca de vinte minutos, em viagem de onibus.

À semelhança da igreja dos jesuitas, típica é a sua construção, com sólidas e grossas paredes laterais, à sombra de modesto, feio e forte campanário. Ignora-se a data da fundação desse templo, podendo-se, entretanto, conjeturar que, como o de S. Francisco, tem ele todos os indícios para que se o considere velhíssima construção colonial, erguida dos últimos anos do século XVI aos primeiros dias da era seiscentista.

Se a capela do Saco de S. Francisco foi erigida pelo padre José de Anchieta, isto só poderia ter ocorrido antes de 1585, pois, nesse ano, por motivo de moléstia e obedecendo à ordem do reitor do Colégio do Rio de Janeiro, o famoso catequista transferira residência para Reritiba, no litoral do Espírito Santo.

Humílimas ermidas do século quinhentista se transmudaram em capelas e igrejas em princípios da centúria da colonização.

Exigências do culto católico e o sensivel crescimento de levas colonizadoras, que o destemor e a fé inquebrantavel dos jesuitas alicerçaram e animaram, fizeram desdobrar o cenário da expansão territorial.

Já em meados do século XVII, aquela região do recôncavo, devido à produção agrícola e ao ativamento de amiudadas pescarias nas piscosas águas de Icaraí e Jurujuba, mantinha intenso intercâmbio comercial com o mercado da cidade do Rio de Janeiro.

Conquistara relevante importância no trato dos negócios da Capitania, favorecendo-lhe sobremodo a proximidade do grande centro consumidor.

Abrigando os oragos — deuses protetores das famílias que ali se instalaram — suas capelas deveriam ter sido os primeiros marcos da obra de conquista espiritual e de domínio da autoridade.

Não obstante as dúvidas que se opõem à elucidação da verdade histórica, pela deficiência de fontes seguras de consulta — podemos afirmar que a igreja de S. Francisco Xavier, situada no Saco de S. Francisco, apresenta flagrantes característicos dos primeiros templos levantados por jesuitas em terras brasileiras.

Noronha Santos.



Capela de N. S. de Sant'Ana. As folhas das portas denunciam tres epocas diferentes de construção.

A CAPELA DE N. S. DE SANT'ANA

Está situada no morro de Sant'Ana, elevação final da serra de Itacolomí, a leste da velha cidade de Mariana, em Minas. Não existe ali nenhuma outra construção. Apenas, ao fundo, estende-se o cemitério municipal, novo, que ocupa o lugar onde se levantava a Santa Casa de Misericórdia, cuja irmandade durante muitos anos administrou a capela. Hoje a Cúria Metropolitana se incumbe da administração, pois a última irmandade, a da Misericórdia, se dissolveu com a ruina da Santa Casa.

Documentos achados na tipografia da Cúria dão o mineiro Antônio Pereira como antigo proprietário da capela, pois em 1752 uma ordem régia criava a freguezia de N. Senhora da Conceição de Antônio Pereira. Ignoramos a data da construção, mas é certo que na primeira metade do século XVIII existia uma capela de Sant'Ana, não a atual, com frontispício de pedra, rematado por cunhais de pedestais e entablamento de cantaria, janelas e portas molduradas por peças de cantaria tambem, mas uma casa de adobe, com molduras e cunhais de madeira, semelhantes aos que vemos no corpo do consistório.

Como a antiga Rosário e a primitiva Carmo, de Mariana, a de N. S. do Pilar e a primeira matriz de S. João d'El Rey, provavelmente essa velha capela, pertencente ao grupo das levantadas por mineiros e fazendeiros devotos, não foi construida em obediência a risco ou planta. Servia uma só peça de sacristia e consistório. Ao fundo, atrás do altar-mór, amontoavam-se santos e andores num espaço tão reduzido, que lá não poude ficar a congregação da Ordem Terceira de S. Francisco, depois que enriqueceu.

Em documentos relativos a um acontecimento notável na vida religiosa de Minas, a questão das *conhecenças*, ou dízimos que os fieis contribuiam para a côngrua dos pastores, encontramos referência à capela de Sant'Ana. Em 1753 d. frei Manoel da Cruz, primeiro bispo

de Mariana, escreve a d. Maria I: "Queixam-se a V. Mag. os moradores da freguezia da Sé desta cidade, principalmente os mineiros moradores no *morro de Sant'Anna,* Santo Antonio, arrayal da Passagem e mais partes da mesma freguezia das vexações, pleitos e execuções que esperimentam do seu parocho Manoel Pinto Ribeiro, exigindo de seus freguezes conhecenças exhorbitantes, eguaes por cada pessoa, sem distincção de branco ou preto, fazendo-se este direito Parochial não só excessivo querendo que lhe paguem tres tostões por Pessoa, mas tambem injusto, porque tendo elles nos seus distritos *capelas* com Capellães, se fazia este Direito mais insuportavel".

Ao aludir à recomendação que d. Maria I, atendendo à representação feita em 18 de Fevereiro de 1718 "pelos moradores destas Minas", fizera a d. Francisco de S. Jeronymo, bispo do Rio de Janeiro, diz d. frei Manoel da Cruz: "Nas capellas em pouca distancia em que os padres podem commodamente administrar os sacramentos e os taes moradores querem ter capella para lhes dizer missa e não serem obrigados a irem ouvil-a a Matriz, justamente para lhes administrar com mais brevidade os sacramentos e evitarem o onus de hir chamar o Parocho todas as vezes que lhes he necessario, me parece não são obrigados os Parochos a concorrer para congrua dos Capellães ainda que se se quizerem eximir desse trabalho se devam ajustar com elles e darlhes as suas vezes".

Finalmente escreve o dr. Quintiliano Alves Teixeira, vigario de Congonhas do Campo, referindo-se à resolução que em 1736 a junta de Vila Rica tomara de modificar a taxa das conhecenças para trezentos réis: "Mas bem de preça o Espirito de Machinação, que via por este lado feixadas as portas para mais requerer a S. Mag., soube inspirar aos moradores da Sé, mineiros de Santo Antonio,*Sant'Ana* e arraial da Passagem o excogitado meio de tornar a investir este ponto debaixo de hum novo e affectado pretexto, queixando-se a S. Mag., que vivendo elles distantes da sua matriz, e tendo erigido e ornado as suas custas as capellas aonde commodamente podessem com as suas familias satisfazer os preceitos divinos, erão obrigados com grande vexame a fazer congruas a aquelles Capellães, e satisfazer ao Parocho as excessivas e exorbitantes conhecensas, de trezentos reis, e mais direitos pa-

rochiaes. Mas a particular sem razão com que se queixarão os moradores da Sé e os referidos mineiros de S. Anto. e *Sant'Anna* foi bem conhecida, porque sendo designadas depois pelo Exmo. Prelado em virtude das posteriores ordens de S. Mag. aquellas capellas, que os Parochos devião prover de Capellães, não foram comprehindidas neste numero as do morro de Santo Antonio e *Sant'Anna* por se acharem em pequena distancia da Sé, e serem feitas e erectas por commodo particular só dos senhores em cujo territorio ou fazendas ellas estavão edificadas".

A capela de Sant'Ana, como em geral as do século XVIII, provavelmente nasceu da capela-mor para a fachada, desenvolveu-se à medida que se enriquecia o mineiro ou a irmandade que a levantou. A princípio era de adobe ou taipa, com um telheiro pobre ao fundo, onde se reuniam o consistório e a sacristia. O frontispício de pedra argamassada, que o pórtico ornamenta, encimado por janelas com molduras de pedra sabão, veio depois, quando as dádivas pesaram no cofre de madeira pregado junto à pia. Foi aí que apareceu o forro novo, onde avultam as redomas para quadros, dessas que embelezam os tetos das igrejas matrizes.

À esquerda o consistório mostra à nave duas portas em arco fechadas por balaustres — simples ornamento. A parede à direita é enfeitada por um púlpito, obra de talha, com desenhos semelhantes aos que existem no forro.

Em contraste com a abundância de talha, admiravel numa capela tão pobre, nota-se a falta de cantaria, apenas existente no arco-cruzeiro. Ao fundo, num luxo desordenado, o altar-mor da Santa. Nos pedestais do arco e na escadaria que leva ao presbitério aparecem molduras delicadas. À entrada, um guarda-vento de madeira, primitivo, pobre e arruinado, sustenta o côro, que é defendido por uma balaustrada com torcidos e bolachas.

No altar-mor, cercados de ornatos caprichosos, anjos e serafins papudos e anêmicos, em dois nichos protegidos por doceis, S. Francisco de Paula, com hábito dourado, e S. Francisco de Assis, com uma caveira na mão esquerda, ladeiam a Virgem, que tem aos pés as imagens de Santo Antônio e S. Joaquim.

Entre as inovações prejudiciais à construção, aparecidas de 1900 a 1905, figura o cômodo hoje destinado à sacristia. Não obstante possuir os mesmos materiais do conjunto, têm um forro de táboas lisas e piso de táboas estreitas, em desharmonia com que ha na sala do consistório: forro de esteira e piso de lages, agora escondidas quasi todas por cimento.

O campanário que assentaram sobre a fachada principal é alteração mais antiga: já existia em 1856, e tão arruinado que a irmandade da Santa Casa queria protegê-lo ou destruí-lo. Houve antes outro campanário no lado esquerdo da capela. Alguem em Mariana ainda alcançou ali duas sineiras de madeira, perto do adro.

Nota-se o corte feito no telhado, para dar passagem à parede da torre. A escadaria desta é tambem um apêndice. Antigamente, quando não estava construida a atual sacristia, subia-se ao coro por uma escada portátil, que se apoiava ao peitoril de uma janela, hoje transformada em porta. Essa escada estava no átrio, provavelmente metida numa caixa de madeira, coisa que se vê na capela do Rosário do Padre Faria.

No corpo da capela-mor o piso, feito de estrados de madeira, que se retiravam para a limpeza, foi substituido por ladrilhos.

A pintura nova estragou tudo. No exterior é amarela. E dentro a caiação varre o forro, chega ao teto, suja todas as peças de madeira, do guarda-vento ao altar-mor, cobre colunas, torcidos, acantos, palmas, rosáceas, folhas de parreira, cachos de uva, membros de anjos, bicos e asas de pombas, entablamentos de pilastras. Só a escadaria que leva ao presbitério escapou, porque a pintura a cal e água não se poderia fixar na cantaria.

Epaminondas de Macêdo.

LOUIS VAUTHIER E O SEU DIARIO INÉDITO DE UMA VIAGEM AO BRASIL

O notável escritor paulista Sr. Páulo Prado encontrou e adquiriu não ha muito em Paris um documento curioso, que interessa vivamente à história de Pernambuco na primeira metade do século passado. Ofereceu-o ao Sr. Gilberto Freyre, que o cedeu generosamente ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para uma de suas próximas publicações.

E' um manuscrito de 225 páginas in-4.°, o diário do arquiteto francês Louis Léger Vauthier, autor do projeto do Teatro Santa Isabel, de Recife.

Quando, no verão de 1840, Vauthier chegou a Marselha afim de embarcar para o Brasil, vinha contratado para executar em Pernambuco várias obras importantes. Tinha apenas vinte e cinco anos, mas adquirira certa nomeada entre os engenheiros de França e isso lhe dava alguma confiança em si. Tinha uma sensibilidade fina e o contacto com estranhos lhe seria penoso, se não fosse a certeza de sua superioridade em relação à maioria da gente com quem privava. Convicção que lhe causou alguns prejuizos, como se verá depois.

Ao chegar a Marselha, já vinha ferido de muitas pequenas mágoas e algumas decepções. Lutando desde cedo com a pobreza, dizia ter feito o juramento de Aníbal, de cavalgar a vida e de vencer. Contanto que não fosse à custa de transigências com sua conciência. Antes de tudo, queria conservar-se homem de bem. Vinha para o Brasil com sonhos de fortuna, mas trazia tambem a melhor das intenções de servir ao país que o acolhia e que talvez lhe permitisse emancipar-se financeiramente.

Os sonhos de Vauthier se concretizavam na pessoa de uma Elisa Joubert, que vivia em Florença. Segundo sua própria classificação, ele cra um "amoureux à long terme". Sua namorada, filha de algum con-

sul de França, talvez fosse pobre tambem, porque o pai se opusera ao casamento. Ele, porém, fizera o propósito de conservar-se digno dela.

A família de Vauthier, embora numerosa, era muito unida. Mesmo de longe, ele permanecia identificado com os interesses de cada um dos seus. Mãe, irmãs, irmãos, todos lhe escreviam constantemente e o correio de França era esperado com ansiedade que se transformava quasi em sofrimento, tantas emoções provocava. E' um dos aspectos mais simpáticos do viajante, esse apego permanente à família, dividindo-o entre esta e os interesses que o prendiam cada vez mais ao Brasil. Ao pai, escrevia de preferência contando os êxitos, justificando os insucessos. Havia maior distância entre eles.

Em Marselha, onde se demorou vários dias, à espera de que o tempo permitisse ao navio pôr-se à vela, deu logo mostras de seu espírito curioso e observador. Visitou a cidade e os arredores, tomando notas detalhadas das obras do porto, da peça de teatro a que assistiu, e redigindo uma memória sobre certa manufatura que inspeccionou ali.

Vauthier não partia só para o Brasil. Viajava em sua companhia um outro engenheiro, — Boulitreau —, contratado para auxiliá-lo em Pernambuco. Tornaram-se amigos. M. Boulitreau partilhava dos ideais alevantados de Vauthier e deixava em França noiva ou esposa a quem havia jurado fidelidade perfeita. Vauthier se regosijava de partilhar com ele o orgulho de conservar-se incorruptivel em meio das tentações que iam defrontar. Previsões falhas, já se vê.

Enquanto aguardavam um vento favoravel, o engenheiro fez relações com o Sr. S., médico que seguia tambem para Recife em companhia da esposa e de um filhinho. Desde então, o nome de Mme. S. figura constantemente nas páginas inquietas do diário de Vauthier. A princípio, ela surpreendeu-o favoravelmente. Diziam-na feia, mas agradou-lhe à primeira vista. Era fresca e saudavel. Vauthier fazia-lhe confidências e depois se arrependia. Ela não estava à altura de entender um sentimento profundo como o que o unia a Elisa. Não estava, mas impressionava o rapaz. Aos poucos, encontrou-lhe mil defeitos: era curta de inteligência, má, ambiciosa, vulgar, faladeira. Por que, então, essa preocupação constante ?

O "Armorique", naviozinho que ele descreve com minúcias de engenheiro, levou-os aos trambolhões pelo Golfo de Biscáia e só aos poucos o viajante emergiu da cabine para retomar gosto e contacto com a vida. Escovou os dentes, envergou uma imponente "robe de chambre" e surgiu no passadiço. A sociedade de bordo era composta quasi exclusivamente de homens de negócio, caixeiros-viajantes que faziam transações com o Brasil. Um punhado de homens insignificantes a quem Vauthier ofuscou logo, metido em seu roupão, com seus traços finos e maneiras distintas. Preferia conservar-se à distancia, sentado ao pé da vela-mestra e encher seu caderno de impressões várias: notas de leituras, retratos dos companheiros de bordo. Só às vezes dignava-se falar em ciência e literatura, discutir sobre questões sociais com os companheiros de viagem que não enxergavam muito alem dos cálculos de seus lucros.

O Recife que Vauthier viu ao chegar era extremamente pitoresco. Teve a impressão de um cenário de teatro a que nenhuma leitura ou noticia o havia preparado. A natureza tropical lhe pareceu de uma grande doçura e a cidade se lhe afigurou mais rica e adiantada do que antecipara. Mais tarde, foi ficando severo em seu julgamento sobre a população indolente e miseravel, tão pouco desejosa de sair, pelo trabalho, da penúria em que vivia. No campo, sobretudo, é que encontrou figuras singulares de matutos, de fisionomia nobre e traços finos. Viu mulheres vestindo trajes estranhos, com flores no penteado.

O Presidente da Província era uma figura bonanchona de patriarca. Simples, amigo da família, interessado em introduzir na administração reformas úteis e pronto a ouvir as sugestões do estrangeiro recem-chegado. Recebeu-o no terraço de sua casa, na Madalena, onde estava rodeado de amigos, chapéu de palha à cabeça, gozando da fresca da tarde. Vauthier vestia uma sobrecasaca solene, único traje que lhe fôra permitido retirar de bordo. O acolhimento foi simples e cordial. "Madame la Présidente" é que se fez esperar e veiu depois ataviada em extremo para tomar conhecimento do moço engenheiro. Parece, aliás, ter sido a única vez que ele foi admitido a ver a esposa do Governador. Os acontecimentos que se sucederam o afastaram gradualmente do estadista que acabou por tratá-lo com grande frieza.

A princípio, porém, não lhe faltaram mostras de consideração. Encontrou um ambiente de grande acatamento às suas sugestões; era visitado pelas figuras mais eminentes de Pernambuco. Para suas primeiras viagens de reconhecimento, o Presidente pôs à sua disposição um ordenança. Vauthier instalou tambem seu escritório em ponto central da cidade e logo em seguida franquearam-lhe as salas de uma dependência do Arsenal de Marinha.

Recebido em casa de brasileiro logo ao chegar, teve ocasião de ver as mulheres do país em seu ambiente. Pareceram-lhe sem naturalidade, rígidas de maneiras, embora educadas e vestidas à européia.

Seu primeiro baile (porque foi logo convidado para um saráu e eleito sócio dos clubes literários e dansantes do Recife) permitiu-lhe fazer de pronto uma idéia da melhor sociedade do lugar. As senhoras muito elegantes, vestidas pelos últimos figurinos, mas, ainda aí, tão rígidas, tão sem graça... Só mais tarde ele veiu a fazer justiça às belezas da terra.

Logo ao chegar, iniciou o estudo do plano do teatro — o principal objetivo de sua viagem. Começaram, então, os dissabores. Os trabalhos foram complicados pela incompreensão dos chefes de serviço e má vontade dos funcionários em geral. A não ser M. Boulitreau, não contava com a colaboração de ninguem. Seu projeto encontrou tambem oposição por parte de algumas autoridades. Faltavam-lhe material e braços. Ninguem se ajustava para o serviço. Teve de contratar um mestre de obras alemão e, à falta de auxiliares, obteve do Presidente licença para mandar vir de França operários e mais alguns engenheiros. Entretanto, não havia falta de gente: uma multidão estacionava diante da praça onde se ergueria o teatro. Mas era para ridicularizar os estrangeiros, pôr-lhes nomes, impedí-los de trabalhar.

Ao mesmo tempo que projeta o teatro, realiza desde logo, pelo interior, uma série de viagens de reconhecimento às cabeceiras dos rios, de medição dos cursos de água, projetos de melhoramento das condições técnicas e construção de estradas, etc. Seu contrato com o Governo inclue serviços para a Repartição de Obras Públicas e para o Arsenal de Marinha, de adaptação do antigo asilo dos Carmelitas para instalação de um liceu, etc.

Enquanto dá ótimo desempenho a esses trabalhos, multiplica-se em outras atividades. Projeta empresas que o tornarão independente: drenagem dos alagadiços de Olinda, fornecimento de água a Recife, instalação de serrarias modelo, navegação no Biberibe. Alem disso, todo o mundo pedia seus conselhos de técnico. Chamavam-no a engenhos distantes, ora para examinar um forno, ora para opinar sobre a instalação de maquinismos ou sobre a inclinação de um telhado. Eram os ossos do ofício, que começavam a amargurá-lo, quando a fortuna tardava em lhe sorrir.

Em meio dessa atividade intensa, ele constantemente anota no caderno, como Luiz XVI: Rien... *Em tais dias, entretanto, ele tinha desenhado uma fachada do teatro, feito cálculos complicados. Sua alma, porém, registrava* 0. *Faltava-lhe a reação das "afetivas", segundo sua giria psicológica. Se, porém, ele tinha uma conversa, mesmo inepta com Mme. S, se fazia confidências ao compreensivo Boulitreau, se brilhava perante um auditório seleto, então, as páginas do diário se enchiam febrilmente.*

A colônia francêsa do Recife, àquele tempo, mereceria um estudo mais demorado. Figuras conradianas ou simplesmente de romance policial. Junto a seus compatriotas, parece que Vauthier assumia um ar de superioridade e tinha mais prazer em fazer valer seus dons de literato e de jornalista que seus títulos de arquitcto. Foi seu mal. Encarregado pelo Cônsul de tomar-lhe a defesa pelo jornal, contra um indivíduo que lhe movia uma campanha de injúrias, Vauthier sentiu que apelavam ao mesmo tempo para seus sentimentos de generosidade e para seus dotes intelectuais. Foi mordaz, foi leviano. Os resultados não se fizeram esperar. Uma intimação, um processo (parece que por crime de calúnia). Pasmo, indignação do querelado! Acha que ninguem é bastante solidário com ele, que se envolveu na questão para defender o Cônsul de França! E o Presidente que devia ser seu amigo, que tudo podia fazer para sustar o andamento do processo, negou-se a vê-lo, deixou-o passar por extremos de angústia. Até que, inesperadamente, mandou em sua defesa um advogado: Nabuco! Tudo se arranjou.

Essa triste aventura pôs água à fervura dos entusiasmos de Vauthier. Desde então, o Presidente tornou-se desconfiado, distante. Já

não lhe pedia mais que redigisse projetos de reforma da administração do Estado.

Em compensação, ele conheceu Dona A. R., senhora de princípios, mas com possibilidades de não resistir a um grande entusiasmo. As perplexidades do jovem Vauthier diante dessa fácil conquista e seus escrúpulos de homem de bem distrairam-no um pouco de suas decepções na vida pública. Sentia-se, tambem, ameaçado. Depois do processo, via inimigos por toda parte. E não faltava quem o avisasse dos graves riscos que corria. Luziam facas de ponta na escuridão dos caminhos, zumbiam balas no ar. Logo ao chegar, os patrícios o haviam prevenido de que sua presença em um departamento público iria contrariar vários interesses e provocar muita animosidade. E' provavel tambem que houvesse rivalidade entre os francêses da colônia, que procuravam assustá-lo com o que ele chamava de "blagues d'assassinat". "Blagues" ou não, ao voltar de suas excursões, julgava muitas vezes estar sendo seguido e, pondo o cavalo a toda brida, poucas semanas após sua chegada já revelava um conhecimento minucioso da topografia do Recife. Pontes, arcos, ruas e becos, ele percorria a galope, em zigue-zague para despistar o inimigo e acabava, afinal, em cordiais entendimentos com o alferes de polícia de prontidão, que o reconduzia à casa.

Depois da vinda de mais quatro engenheiros que, a conselho seu, o Presidente contratou em França, seu fiel Boulitreau afastou-se dele para se ligar aos recem-chegados. Sem que se registrasse nenhum incidente, esfriou aquela amizade baseada sobre grande comunhão de ideais. M. Boulitreau começava a desmerecer do alto conceito em que o tinha o amigo. A razão? As moças do país. E' eerto que Vauthier tambem degringolava por vezes. Fragorosamente. Passado o momento de fraqueza, ele tinha expressões candentes de desprezo contra si mesmo. As folhas do diário enchiam-se de pontos de exclamação. Que diria Elisa? que pensaria sua mãe? Em seguida, porém, tinha sempre o recurso de falar ciência, de um ponto de vista muitissimo elevado e assim se reerguia a seus próprios olhos. Sossegava tambem o espírito escrevendo para Florença. Entre suas incursões em terreno nacional, ha um episódio precioso: a história de um chapelinho.

O interesse e a curiosidade de Vauthier abrangiam todos os aspectos da vida no Brasil. Percorre constantemente o interior; nota com minúcia, a paisagem, os maquinismos de engenho; as próprias reações diante de uma invasão de bichos de pé; a construção de toda espécie de habitações; o sistema adotado pelos pescadores de Itamaracá para captação de peixes. Na cidade: pontes, fortes, faróis, as comédias portuguêsas, o costume dos enterros com acompanhamento de velas envolvidas em cartuchos de papel, os pratos brasileiros, etc. Uma das páginas mais curiosas do diário é a que descreve a recepção oficial por ocasião da proclamação da maioridade do Imperador. Impressionaram-no os uniformes estranhos, a profusão desordenada de galões e de condecorações com que os funcionários subalternos ultrapassavam em garbo e em dourados as mais altas patentes do Exército e da Marinha. Naquele dia, ele tambem envergou um uniforme e pretendia fazèr uma chegada solene ao palácio, cavalgando montaria condigna. Reclamou um ordenança. Em vão. Voltou, então, à sua condição de pedestre e às suas reflexões mais amargas sobre as glórias nacionais.

A hospitalidade dos senhores de engenho era quasi sempre cordial. Apenas uma ou outra vez receberam-no mais friamente e ele se sentiu estranho e importuno entre brasileiros. Quasi sempre, ao contrário, era festejado e as caprichosas senhoras das casas-grandes, — que ele desejaria tanto ver na moldura de seus interiores e que se esquivavam, — preparavam-lhe, entretanto, quartos aprazíveis, em camas de campanha, é verdade, mas cobertas de linhos bordados finamente, como ele nunca vira em França.

O diário termina de repente. Termina, aliás, em tom amargo de desilusão quanto aos amigos e à terra. E' provável tambem que o trabalho cada vez mais intenso, suas atividades multiplicadas em todas as direções tornassem impossível a continuação das confidências a seu caderno, o que exigia lazeres pachorrentos.

O método com que nunca deixou de anotar sua correspondência permite, entretanto, reconstituir, em linhas gerais, os quatro últimos anos em que viveu no Brasil: jornalismo, fundação de "falanges" em França com subscritores pernambucanos, contactos seguidos com autori-

dades da Côrte e governadores de província, sua indicação para membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Verifica-se, tambem pelo registro da correspondência, que a noiva veiu para o Brasil. Casaram-se. Ao voltar à França, levavam um filho brasileiro. Referindo-se certa vez a um francês, ele escreveu: "Marié à une brésilienne, il crévera au Brésil". Reflexão pouco lisonjeira para nós, mas justificavel diante desta outra página de seu diário:

"Assustar-me-ia a idéia de vir para este país pensando deixar aqui meus ossos. Não concebo essa deslocação completa de minhas afeições atuais. Aliás, além das afeições, haverá sempre em mim necessidades intelectuais bastante enérgicas que prevalecem sobre as faculdades sensitivas, na hipótese destas virem a ser satisfeitas e tenderem a me prender aqui. Entretanto, não amo meu país à maneira estreita daqueles em que o patriotismo é um sentimento violento. Mas a França, a França — apesar da pobre civilização que a dilacera é ainda o país mais adiantado do mundo..... é ainda ali que se encontram as verdadeiras luzes e os germes do progresso".

De volta à Pátria, onde ia assistir em breve à queda de Luiz Felipe, a duas mudanças de regime, iria viver dias intensos e encontrar um campo propício à expansão de seus talentos. Não devemos, pois, considerá-lo pouco reconhecido ao Brasil, que serviu lealmente enquanto permaneceu aqui, quando ele nota com solenidade o momento preciso em que afinal, após um exílio de seis anos, chegava ao termo de sua jornada:

"Le 19 au soir, vers 8 heurs, a paru à une vingtaine de milles le feu du Cap Clear. Longé la côte d'Irlande de 6 à 8 noeuds jusqu'à ce moment, 26 décembre 1846, 9 heures du soir dernier feu apperçu".



Museu regional de Olinda: Aspecto de uma das salas, vendo-se um painel que pertenceu ao Convento Franciscano de N. S. das Neves.

MUSEU REGIONAL DE OLINDA

O Museu Regional de Olinda foi fundado quando se comemorou o 4.º centenário da chegada de Duarte Coelho a Pernambuco. O seu organizador foi o Sr. José Maria de Albuquerque Melo, que continúa felizmente a dirigí-lo e que é tambem o diretor da Biblioteca pública do Estado, artista e erúdito de notáveis aptidões.

Naquela ocasião, as circunstâncias eram-lhe propícias para realizar uma obra que se harmonizasse com o tradicional espírito olindense. O primeiro objetivo visado nesse sentido foi a escolha e a obtenção da casa para abrigar o museu e que deveria ser um monumento representativo da arquitetura característica da cidade.

Situado no trecho de Olinda que tem resistido melhor às alterações progressistas, o edifício do museu tem a feição setecentista marcada de algumas outras construções de suas proximidades. O seu organizador teve o cuidado de dirigir pessoalmente as obras de adaptação de que necessitava, afim de que em nada lhe fosse alterado o aspecto primitivo.

Sem dúvida o futuro desenvolvimento do museu suscitará dificuldades sérias, para que se não perca a sua feição olindense característica. Para conservá-la, já têm sido aliás sacrificados interesses de seu desdobramento.

E' um museu retrospectivo, reunindo moveis, imagens, paineis e objetos de toda natureza em que se manifesta a arte regional.

Foram dispostas em cinco salas as coleções cujos exemplares mais preciosos consistem em um velho altar, que pertenceu à Sé de Olinda; um grande painel da guerra holandesa representando a batalha dos Guararapes, que pertenceu à antíga Câmara Municipal; velhos retratos a óleo dos principais cabos da guerra holandesa: — Fernandes Vieira, Henrique Dias, Camarão, Vidal de Negreiros; o armário do antigo Senado da Câmara de Olinda, que é uma das peças de maior interesse do museu. Entre muitos objetos menores, outros retratos de personagens notáveis, entre eles se salientando o do mestre de capela de Olinda, o velho Cantuária.

MUSEU MARIANO PROCÓPIO

O museu Mariano Procópio, de Juiz de Fóra, formou-se com as coleções que, ainda moço, organizou o dr. Alfredo Ferreira Lage, realizando aquisições no Brasil e na Europa.

Herdando de seus pais a antiga chácara Mariano Procópio, elogiada por Agassiz na sua obra sobre o Brasil, o dr. Ferreira Lage instalou nela as suas coleções, e, a 23 de Junho de 1921, quando a cidade comemorava o primeiro centenário do nascimento de Mariano Procópio Ferreira Lage, inaugurou-se o museu.

Já no ano seguinte, a 13 de Maio, surgiam várias galerias novas e eram expostos, na sala d. Pedro II, os bustos da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, trabalhos do escultor Rodolfo Bernardelli. O museu continuou a crescer, e ao completar dez anos de existência, juntavam-se a ele novas construções.

A 31 de Maio de 1933 realizou-se na praça fronteira a ele a inumação dos restos mortais de Mariano Procópio e de sua esposa, d. Maria Amália Ferreira Lage, que do cemitério de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, foram para lá trasladados. O mausoléu que os encerra é obra do escultor Correia Lima.

Em Junho de 1933, com a presença da Viscondessa de Cavalcanti, foi inaugurada a sala que tem o seu nome.

A 29 de Fevereiro de 1936 o dr. Alfredo Ferreira Lage, em escritura pública, doou à cidade de Juiz de Fóra o museu e o parque Mariano Procópio.

AS COLEÇÕES DO MUSEU

As coleções do museu Mariano Procópio constituem as seguintes secções: História e Antiguidades, Belas Artes, Autógrafos, Gravuras e Medalhas, Cerâmica e Ciências Naturais.

A secção histórica é das mais interessantes e valiosas, pois encerra documentos que recordam d. João VI, d. Pedro I, d. Pedro II, Princesa Isabel e várias personagens importantes do Império.

Destacam-se nessa secção tres fardas do Imperador d. Pedro II: a que vestiu na proclamação da maioridade, a da coroação e a do casamento, em 1843; o manto que usava d. Isabel nas ceremonias da Côrte; um vestido da Baronesa de Suruí, irmã do Duque de Caxias. Figuram tambem lá diversas fardas de ministros e políticos notáveis do Império, como as do conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena, oferta de seu filho dr. Afonso Pena Junior; as do antigo ministro conselheiro Visconde de Lima Duarte e a de seu sobrinho, antigo presidente da província do Paraná, dr. José Cesário de Miranda Ribeiro; a do médico e amigo de d. Pedro II, Conde de Mota Maia; a do cunhado de Mariano Procópio, conselheiro José Machado Coelho de Castro; a do dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente de várias províncias; a do senador do Império dr. Firmino Rodrigues Silva.

Completam a secção importante mobília do palácio de S. Cristovam, louças, serviços de mesa de d. João VI e d. Pedro II, leques, moveis que pertenceram à Marquesa de Abrantes, ao Barão de Cotegipe, ao Visconde de Barbacena.

Na sala d. Pedro II, que servia de quarto ao Imperador quando ele se hospedava no solar de Mariano Procópio, estão mostruários estilo Império, quatro belos consolos que pertenceram a d. João VI e a d. Pedro I, uma rica poltrona dourada do tempo de d. João V, um medalhão de bronze, retrato de d. Pedro II, trabalho do escultor francês Vasselot, grande péndula com artísticos bronzes, dois jarrões de cristal da Boêmia, peças de Sévres, relógios de d. Pedro II, uma pequena caixa de ouro que encerra cabelos de d. Pedro I, retratos da família imperial, bustos de d. Pedro II, de d. Teresa Cristina, da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, obras do escultor Bernardelli.

SECÇÃO DAS BELAS ARTES

E' uma das mais ricas secções do museu Mariano Procópio. A sua pinacoteca encerra muitos quadros de bons pintores, alguns de grande valor. São telas assinadas por Fragonard, doação da Visc. de Cavalcanti,

Daubigny, Willems, Roelofs, Ceramano, Ommeganck, Goethals, Vollon, De Penne, Luiz Eugênio Lambert, Damoye Petitjean, Zuber Buhler, Bernardos Hay, Vinet, Allongé, Cagniart, Perrassin, Scalbert, Luiz Mion, Boggiani, De Sanctis, Gianfanti, Vila y Prades, Villegas, Garofalo, Pinelo, Graner, Palmerola, Anunciação, Silva Porto, Malhoa, Souza Pinto, Antônio Carneiro e mais outros.

Dos pintores brasileiros possue o museu dois quadros de Pedro Américo, vários trabalhos de Vítor Meireles, Parreiras, Bernardelli, Amoêdo, Décio Vilares, Luiz de Freitas, Belmiro de Almeida, Batista da Costa, João Batista da Fonseca, Aníbal Matos, Vicente Leite, etc. A pintora Maria Pardos Lage, esposa do fundador do museu e sua colaboradora, está representada com várias telas, algumas premiadas em exposições.

Na galeria Maria Amália existem várias esculturas, sobresaindo as de Rodolfo Bernardelli, moveis antigos, porcelanas da China, a preciosa coleção de miniaturas que pertenceu à Viscondessa de Cavalcanti. A sala que tem o nome dessa senhora é uma das mais ricas do museu. Ha lá um pequeno quadro de Fragonard, um delicado desenho de Meissonier, uma estátua de David, trabalho do escultor Mercier, um grande pano chinês admiravelmente bordado a seda, as condecorações do Visconde de Cavalcanti, importante coleção de medalhas portuguêsas, joias antigas, objetos de marfim, pratarias, louças, numerosos *bibelots*, fotografias da família imperial, autógrafos, bela coleção de leques antigos, uma linda estatueta de Tanagra, diversos bronzes.

Na coleção de autógrafos ha documentos firmados por d. João VI, d. Pedro I, d. Pedro II, d. Teresa Cristina, Napoleão I, Rainha Vitória, d. Carlos de Portugal, Afonso XII de Espanha.

A secção de gravuras e medalhas contém exemplares raríssimos, alguns únicos, como a medalha de ouro oferecida por d. Pedro II ao Príncipe Adalberto da Prússia, comemorativa de sua visita ao Brasil.

Na coleção de condecorações estão representadas todas as ordens brasileiras e algumas estrangeiras.

Na secção científica destaca-se a coleção mineralógica, a primeira a que se dedicou o fundador do museu Mariano Procópio quando, colegial, estudava na Europa.



Museu David Carneiro — Sala geral — Vêm-se a bandeira imperial do 7.º da Guarda Nacional (Paraguai) e a bandeira republicana do 39.º de linha (Canudos)

O MUSEU CORONEL DAVID CARNEIRO, EM CURITIBA

O museu Coronel David Carneiro, da cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, foi, no seu início, o resultado de um conjunto de coleções dispersas, organizadas pelo engenheiro civil David Carneiro. A primeira coleção por este formada, a de minerais, data de 1914. A segunda, a de numismática, iniciada dois anos mais tarde, no começo progrediu pouco. Em 1923 encontrou muitas armas e objetos históricos em Lapa, recordações da Revolução Federalista, e teve a idéia de formar uma oploteca.

Pouco depois persuadiu o coronel David Carneiro, seu pai, a fazer uma coleção de condecorações e medalhas militares, coleção que mais tarde foi incorporada às suas.

Projetado em 1926, o museu surgiu da união de todas as coleções que já possuia, criação de outras e ampliação de todas.

Em 1928 o seu fundador deu-lhe o nome do Coronel David Carneiro, que acabava de falecer.

Instalada numa pequena casa, essa instituição cultural logo se popularizou, concorrendo para o progresso dela todos os cidadãos de boa vontade do Paraná, especialmente de Curitiba.

Em 1931 foi trasladada para o local que hoje ocupa, mais central e mais amplo. Aí se enriqueceu rapidamente, de forma que em 1934 teve de ser aumentado o edifício, e em 1936 quatro novas salas foram agregadas às primitivas.

O governo estadual, a 27 de Fevereiro de 1930, e o governo federal, a 22 de Maio de 1933, consideraram de utilidade pública o museu Coronel David Carneiro.

Vários opúsculos e livros têm sido publicados por esse estabelecimento, que atrai pesquisadores, curiosos, visitantes nacionais e estrangeiros.

Além disso o museu Coronel David Carneiro, obra dum homem só, que gasta nele tudo quanto ganha, tem organizado anualmente os seus programas culturais e os tem realizado.

Assim, em 1934 e nos anos seguintes, fez um cusro de História Geral da Humanidade em 52 palestras.

Este ano realizou dois cursos de filosofia e comemorou os centenários dos Grandes Tipos, cursos gratúitos, postos ao alcance de todos os cidadãos.

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFFICINAS DE
I. AMORIM & CIA. LTDA.
A RUA PEDRO I, N.º 29
—: RIO DE JANEIRO —: